

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

**A expressão do argumento dativo no português escrito: um estudo
comparativo entre o português brasileiro e o português europeu**

Adílson Góis da Cruz

**Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-graduação em Filologia e Língua
Portuguesa do Departamento de Letras
Clássicas e Vernáculas da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para obtenção
do título de mestre em Letras.**

Orientadora: Profa. Dra. Maria Aparecida C. R. Torres Morais.

São Paulo

2007

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

ADÍLSON GÓIS DA CRUZ

**A expressão do argumento dativo no português escrito: um estudo
comparativo entre o português brasileiro e o português europeu**

São Paulo
2007

À minha querida mãe, Dona Cotinha — mulher de fibra que, desde cedo, ensinou-me a escolher os melhores caminhos da vida.

AGRADECIMENTOS

À Prof^a. Dr^a. Maria Aparecida C. R. Torres Morais, pela oportunidade de continuar a minha carreira acadêmica e pela orientação certa, sem a qual não teria construído este trabalho.

Às Prof^{as}. Dr^{as}. Rosane Berlinck e Marymarcia Guedes, pelas primorosas sugestões no exame de qualificação.

À Malu Vasconcellos Lumsden, quem, como uma mãe, encorajou-me a voltar ao universo acadêmico.

Aos professores do mestrado: Marilza Oliveira, Ângela Rodrigues, Jairo Nunes.

À Prof^a. Deize Pereira, pela gentileza e paciência.

Aos amigos Marcelo Müller e Lara Brum, pelas sugestões e pelo apoio.

Aos amigos do mestrado: Daday Salles, Érika Nagase, Cássia Yamauchi, Maria Dantas, João de Vasconcellos e Andréa Colsato.

ÍNDICE DE GRÁFICOS

1. Distribuição das variantes segundo a variedade do português (Freire, 2000).....	30
2. Percentual de cada variante através do contínuo no PB (Freire, 2005)	31
3. Percentual de cada variante através do contínuo no PE (Freire, 2005)	32
4. Distribuição das preposições a e para na expressão do dativo de 3ª pessoa (Berlinck, 1999).....	34
5. Forma do complemento dativo segundo a distância em relação ao antecedente, no corpus JUC (Berlinck, 1997)	48
6. Frequência de ocorrência de objeto nulo segundo a distância em relação ao antecedente nos dados do PB do século XIX e no PBM (Berlinck, 1999)	49
7. Distribuição das variantes conforme a variedade do português	76

ÍNDICE DE TABELAS

1. Distribuição das ocorrências de OI anafórico segundo a forma do complemento, no PBM (Berlinck, 1997, 1998)	28
2. Distribuição dos dados computados segundo a variante usada (Freire, 2000)	29
3. Alternância entre clíticos, preposições a/para em construções dativas do português brasileiro e europeu (Bispo, 2004)	37
4. Distribuição do SP anafórico segundo a preposição regente (Freire, 2005)....	38
5. Paradigma pronominal do PB (Galves, 2001)	43
6. Objetos nulos no tempo (Cyrino, 1993)	46
7. Pronome proclítico ao verbo principal em locução verbal de estrutura matriz (Cyrino, 1993)	51
8. Distribuição dos dados de acordo com a variante usada	76
9. Distribuição do clítico dativo nos contextos verbais.....	85
10. Distribuição do pronome lexical nos contextos verbais	87
11. Distribuição do pronome nulo nos contextos verbais.....	89
12. Distribuição do clítico segundo o papel temático do dativo	93
13. Distribuição do pronome lexical segundo o papel temático do dativo.....	94
14. Distribuição do pronome nulo segundo o papel temático do dativo.....	95
15. Distribuição das preposições segundo o tipo de verbo no PB.....	96
16. Distribuição das variantes segundo o traço semântico do dativo	99
17. Distribuição das variantes segundo o tipo de sentença.....	100
18. Colocação dos clíticos no PB e no PE.....	103
19. Distribuição das variantes do dativo com valor de posse	106
20. Distribuição das estruturas que compõem o aparente fenômeno da alternância dativa no PB	110

SUMÁRIO

Introdução	12
1. O estudo do objeto indireto no português	16
1.1 O objeto indireto na tradição gramatical	16
1.1.1 Uma abordagem para o português europeu.....	18
1.1.2 A preposição que introduz o objeto indireto	21
1.2 Objeto indireto: categoria central e categoria independente	24
1.3 O objeto direto em estudos recentes.....	27
1.3.1 As variantes do objeto indireto no PB.....	27
1.3.2 A variação do objeto indireto: PB e PE em confronto.....	29
1.3.3 A variação entre as preposições <i>a</i> e <i>para</i> na expressão do OI	33
2. PB e PE: indícios de diferenças paramétricas	40
2.1 A projeção dos constituintes.....	41
2.2 O quadro dos pronomes.....	42
2.3 A freqüência de aspectos gramaticais compartilhados.....	45
2.4 A colocação dos clíticos	49
2.5 A alternância dativa	56
3. Fundamentos teóricos e metodológicos.....	62
3.1 Pressupostos teóricos	62
3.1.1 A teoria de Princípios e Parâmetros	62
3.1.2 A Sociolingüística Variacionista	64
3.2 Metodologia	66
4. Análise dos dados.....	75
4.1 Resultados da análise quantitativa	75
4.1.1 Tipo de verbo e papel temático do dativo	80
4.1.2 A variação entre <i>a</i> e <i>para</i> na introdução do dativo no PB.....	96
4.1.3 Traço semântico do antecedente do dativo	98
4.1.4 Tipo de sentença	100
4.1.5 Colocação do clítico na sentença	102
4.1.6 Clítico <i>lhe</i> possessivo versus pronomes possessivos	106

4.1.7 A aparente alternância dativa no PB	108
Considerações finais.....	112
Referências bibliográficas	115
Anexos	120

RESUMO

Esta dissertação estuda, em uma perspectiva comparativa entre o português brasileiro (PB) e o português europeu (PE), a representação do argumento dativo de terceira pessoa em um *corpus* de língua escrita formal, constituído pelas traduções brasileira e lusitana — feitas diretamente do espanhol — do romance *Cem anos de solidão* de Gabriel Garcia Marques. A análise detém-se ao comportamento de três variantes do dativo — o clítico *lhe/lhes*, os PPs *a/para ele(s)/ela(s)* e o pronome nulo — nos contextos de predicados ditransitivos, inacusativos, causativos, incoativos e inergativos. Dentro do quadro teórico da Teoria Gerativa e da Teoria da Variação, pretende-se explicitar diferenças entre o PB e o PE que possam corroborar, ou não, a hipótese de que essas duas variedades do português apresentam gramáticas distintas.

PALAVRAS-CHAVE: Objeto indireto, Clítico dativo, Pronome nulo, Pronome lexical, Teoria Gerativa, Teoria da Variação.

ABSTRACT

This dissertation discusses, in a comparative perspective between Brazilian Portuguese (BP) and European Portuguese (EP), the expression of the dative argument of the third person in a formal writing *corpus* constituted by the Brazilian and European translations — directly from Spanish — of the book *A Hundred Years of Solitude*, by Gabriel Garcia Marques. The analysis considers the behaviour of three dative variants — the clitic *lhe/lhe*, the PPs *a/para ele(s)/ela(s)* and the null pronoun — in ditransitive, inaccusative, causative, incoative and inergative predicates. In the context of the Generative Theory and the Variation Theory, the goal is to show differences between BP and EP that can confirm, or not, the hypothesis that the two variants of Portuguese reveal distinct grammars.

PALAVRAS-CHAVE: Indirect object, Dative clitic, Null pronoun, Lexical Pronoun, Generative Theory, Variation Theory.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, pesquisas lingüísticas, sincrônicas ou diacrônicas, tanto dentro do quadro teórico da Teoria de Variação como dentro do quadro teórico da Teoria Gerativa, revelaram e têm revelado importantes fenômenos de mudança em curso no português, sobretudo, na variedade brasileira falada.

Os resultados desses trabalhos nos mostram, entre outros aspectos, que, no campo da fala, o português brasileiro (PB), ao contrário do português europeu (PE), (i) está deixando de ser uma língua de sujeito nulo, mesmo em contextos em que a flexão verbal é suficientemente “rica” para recuperar os traços gramaticais de número e de pessoa do sujeito pronominal ou lexical; (ii) apresenta baixa produtividade de clíticos acusativos e dativos na referência à terceira pessoa, os quais têm sido substituídos pelas formas *ele(s)/ela(s)*, obrigatoriamente acompanhadas de preposição, no caso dos dativos; (iii) exhibe próclise generalizada ao verbo principal, flexionado ou não flexionado; (iv) apresenta um quadro de pronomes reestruturado em razão do uso de *você* em lugar do *tu* e de *a gente* em lugar de *nós*. Esses pronomes, embora indiquem segunda pessoa do singular e primeira do plural, levam a forma do verbo para a terceira pessoa do singular.

Desse quadro de mudanças lingüísticas, pode-se depreender que no PB a forma da gramática da fala se distancia, em grande medida, da forma da gramática da língua escrita, sobretudo, daquela dos textos mais formais, os quais explicitam as características da gramática normativa, normalmente, assimilada pelos falantes em situação formal de aprendizagem. Por outro lado, essas mudanças revelam fortes contrastes entre os usos lingüísticos do português europeu (PE) e os usos do português brasileiro (PB).

Dentre os fenômenos que compõem o conjunto de mudanças em progresso no PB, destaca-se a expressão do objeto indireto (OI) – ou argumento dativo. Os pesquisadores têm investigado, no PE e no PB, as formas de realização de tal categoria na língua falada e na língua escrita. Os resultados (cf. Berlinck, 1996, 1997, 2000, Bispo 2004, Freire, 2000, 2005, entre outros) têm apontado que, no português brasileiro atual, o clítico dativo *lhe* está em processo de desaparecimento

na língua falada e apresenta baixa produtividade na língua escrita. De modo geral, os falantes têm substituído o dativo *lhe* pelas formas oblíquas *a/para ele/s* e *a/para ela/s* ou por uma categoria vazia – recurso preferido na fala.

No PE, ao contrário, os resultados das investigações (Bispo 2004, Freire, 2000, 2005, entre outros) têm mostrado que não existe a competição entre os pronomes tônicos e a forma clítica *lhe*, quando se trata da realização do argumento dativo. Os pronomes tônicos, nessa variedade do português, ocorrem em contextos de redobro do clítico ou em contextos em que o pronome tônico é deslocado para o início da sentença, caso em que a retomada do clítico é optativa. Quanto ao pronome nulo, a pesquisas têm revelado que essa estratégia de expressão do argumento dativo no PE apresenta produtividade bem menor do que a verificada na variante brasileira.

Neste estágio de estudo acerca de fenômenos de variação no português do Brasil, vale examinar se os textos literários — marcados pela variante culta da língua — têm assimilado traços do comportamento do dativo, identificados com frequência na língua falada. Mais do que isso, vale investigar se a gramática dos textos formais escritos no Brasil ainda se mantém em sintonia com os preceitos da gramática tradicional, ou seja, se reflete os padrões lusitanos expressos nos textos formais produzidos em Portugal.

Nessa perspectiva, tomando como base as pesquisas realizadas dentro da teoria da variação e da teoria dos Princípios e Parâmetros (Galves, 1993, 1998; Torres Morais & Berlinck, 2006, entre outros), este trabalho examinará o processo de variação na expressão do complemento dativo anafórico de terceira pessoa nos contextos de verbos ditransitivos, inacusativos, causativos, incoativos e inergativos, nos quais o argumento dativo recebe um conjunto de interpretações, a saber: *recipiente, fonte, possuidor, afetado, beneficiário*, nas duas variedades do português: o PE e o PB. O estudo focalizará três variantes da expressão do dativo de terceira pessoa: o dativo *lhe*, o pronome lexical *ele(a)/s* precedido da preposição *a/para* e o pronome nulo anafórico. O *corpus* escolhido para coleta dos dados se baseia nas traduções feitas para o PB e o PE, diretamente do espanhol, da obra *Cem Anos de Solidão* de Gabriel Garcia Márquez.

O confronto entre gramáticas normativas do português e do espanhol revela similaridades quanto à expressão do argumento dativo. No entanto, essas semelhanças são mais fortes entre a variedade lusitana do português e o espanhol, já que o português brasileiro tem se distanciado cada vez mais do português europeu no que diz respeito à realização de tal categoria gramatical. A escolha dos *corpora* explica-se, portanto, pelo fato de se poderem observar, de forma comparativa, as estratégias que os tradutores adotaram ao transporem do espanhol para o português as sentenças que envolvem a expressão do OI, em particular, aquelas que envolvem os dativos anafóricos.

O material recolhido nos *corpora* será submetido ao pacote de programas estatísticos — Goldvarb — a fim de se investigar os contextos de variação do argumento dativo de terceira pessoa em um *corpus* de língua escrita formal, mais especificamente, textos literários traduzidos. Os resultados estatísticos servirão de base para a análise qualitativa. Apesar das especificidades que as traduções envolvem, de agora em diante, vamos nos referir ao *corpus* como representativo da linguagem escrita formal.

Ao longo deste estudo, buscaremos subsídios para negar ou confirmar resultados já encontrados em trabalhos acadêmicos que examinaram a expressão do dativo no PB e no PE (Berlinck, 1997; Freire, 2000, 2005; Bispo, 2004; Torres-Morais & Berlinck, 2006; Torres-Morais, 2007, entre outros). Vale dizer que esses trabalhos basearam-se em variados *corpora* distribuídos em um *continuum* que se estende da língua falada por falantes pouco escolarizados até a língua escrita mais elaborada, inclusive a de textos históricos. Nessa perspectiva, partiremos para a análise dos dados extraídos das duas amostras com algumas expectativas:

- (i) o PB escrito formal apresenta baixa produtividade do clítico *lhe*, em referência à terceira pessoa, em razão do escasso uso desse clítico na fala corrente de brasileiros cultos;
- (ii) o pronome lexical *ele(a)/s* precedido da preposição *a* ou da preposição *para* e o pronome nulo anafórico são estratégias de substituição do clítico *lhe* largamente empregadas no PB escrito formal;

- (iii) o clítico *lhe* com valor possessivo tem baixa produtividade no PB escrito formal;
- (iv) existe no PB uma forte competição entre as preposições *a* e *para* na introdução dos argumentos dativos sob a forma dos PPs *a/para ele(s)/ela(s)*;
- (v) o PE escrito formal apresenta um uso quase categórico do clítico *lhe* em referência à terceira pessoa, o que contrasta com o PB;
- (vi) no PE, ao contrário do PB, o pronome nulo é uma estratégia de realização do dativo de terceira pessoa pouco produtiva.

Para tratar do fenômeno lingüístico em questão, este trabalho está estruturado em quatro capítulos. O primeiro apresenta as abordagens acerca do argumento dativo na tradição gramatical e uma revisão acerca dos últimos estudos que se ocuparam dessa categoria gramatical. No segundo capítulo, encontra-se uma breve exposição sobre os estudos que apontaram indícios de diferenças paramétricas entre o PB e o PE. O terceiro consta dos pressupostos teórico-metodológicos que nortearão o estudo do fenômeno lingüístico em foco. O quarto capítulo traz, numa perspectiva comparativa, uma análise qualitativa e quantitativa dos dados do *corpus*, a qual procurará descortinar diferenças e semelhanças de comportamento do argumento dativo no PE e no PB. Por fim, serão apresentadas as conclusões decorrentes da pesquisa.

Espera-se que este trabalho seja mais uma contribuição para o conjunto de estudos que têm se voltado para os fenômenos de variação na língua portuguesa, sobretudo, na variedade brasileira. Espera-se ainda que, a partir dele, seja possível evidenciar argumentos que sustentam a hipótese de que o PB e o PE apresentam gramáticas diferentes.

1. O ESTUDO DO OBJETO INDIRETO NO PORTUGUÊS

Este capítulo exporá, num primeiro momento, as abordagens das gramáticas normativas ou descritivas do português em relação ao complemento objeto indireto. Em seguida, apresentará uma revisão dos principais trabalhos lingüísticos — tanto no campo da Sociolingüística Variacionista como no campo da Teoria Gerativa — que se ocuparam de aspectos relativos à representação de tal categoria no PB e no PE.

1.1. O objeto indireto na tradição gramatical

Uma leitura circunstanciada e crítica das gramáticas normativas revela que, definitivamente, não há consenso em relação à descrição do objeto indireto. De modo geral, a gramática tradicional (GT) caracteriza o objeto indireto como o complemento – introduzido por uma preposição – que completa o sentido de um verbo transitivo indireto (Cunha 1975:153, Cunha & Cintra 1985:139, 2005:143). Nessa perspectiva, os sintagmas preposicionados (PP), nas sentenças seguintes, são classificados como “objeto indireto”:

- (1) O delegado desconfia *dele*.
- (2) Márcia deu o livro *para ele*.
- (3) Precisamos *de novos mercados*.
- (4) A família clama *por justiça*.
- (5) O comentarista se referiu *aos periódicos mais vendidos*.

Entretanto, há que se considerar que esses PPs são divergentes tanto do ponto de vista formal como semântico. Em termos formais, apresentam diferenças de realização. Dos cinco exemplos, somente o (2) pode ser comutado pelo clítico dativo *lhe* – pronome que, segundo a própria descrição tradicional, funciona essencialmente como objeto indireto. Os demais podem ser substituídos pelos pronomes tônicos *ele(s)/ela(s)* encabeçados pelas preposições regidas pelos verbos.

As diferenças se repetem em termos semânticos. Em (1), (3), (4) e (5), por exemplo, os PPs apresentam o valor de tema. Na sentença (2), **para ele** tem valor de beneficiário ou recipiente da ação do verbo dar. No capítulo dois, veremos que o argumento dativo, de fato, não apresenta o valor de tema. Ao contrário, de acordo com os contextos verbais, terá os seguintes papéis temáticos: recipiente, benefativo, fonte, possessivo, locativo, experienciador e afetado.

Rocha Lima (2005) e Bechara (2003) consideram o OI como complemento de verbos acompanhados de objeto direto. Por outras palavras, para os autores, o OI é um dos complementos dos verbos classificados pela GT de bitransitivos, como *contar, dar, dedicar, dever, dizer, doar, entregar, oferecer, narrar, negar, pagar, pedir, perguntar, revelar*, entre outros (cf.(6)). Cunha (1975) e Cunha & Cintra (1985 e 2005), ao contrário, consideram o OI o complemento de verbos transitivos indiretos (cf. (7)).

(6) Maria deu um presente *ao Pedro*.

(7) João precisa *de dinheiro*.

É importante notar que Rocha Lima (2005) e Bechara (2003) admitem que o OI pode ocorrer com um pequeno número de verbos (*acontecer, ocorrer, interessar, aparecer, agradar, pertencer*, entre outros) que exigem apenas um complemento indireto (cf. (8), (9) e (10)).

(8) A campanha eleitoral não agradou *ao povo*. (*agradou-lhe*)

(9) O livro pertencia *ao Pedro*. (*pertencia-lhe*)

(10) *Apareceram-lhe* cartas anônimas.

Os dois gramáticos assumem a mesma postura quanto à classificação semântica do OI. Para o primeiro, “o objeto indireto representa o ser animado a que se dirige ou destina a ação ou o estado que o processo verbal expressa” (2005:248). Para o segundo, trata-se do “signo léxico [...] que denota geralmente relação a um ser animado [...] e que se refere à pessoa destinada ou beneficiada pela experiência

comunicada no primeiro momento da intenção comunicativa do predicado complexo (verbo + argumento)” (2003:421). Rocha Lima (2005) inclusive observa que “quando os substantivos referentes a ‘coisas’ (*lato sensu*) se usam como objeto indireto devem considerar-se [...] como se fossem capazes de receber tratamento igual ao de pessoas...”. Afirma ainda que, salvo raras exceções, o OI não assume o papel de sujeito na voz passiva e não se apresenta como uma oração subordinada, porque tem o traço [+pessoa]. Por outro lado, a descrição de Cunha (1975) e Cunha & Cintra (1985 e 2005) tem caráter mais formal. Não determina, portanto, que o constituinte que representa o OI na sentença é o ser animado ao qual se destina a ação, ou em cujo proveito ou prejuízo ela se realiza.

Outro aspecto que aproxima Rocha Lima (2005) de Bechara (2003) está vinculado à análise acerca dos complementos ligados ao verbo por meio de preposição. Os gramáticos distribuem esses complementos em dois grupos: os comutáveis pelo clítico dativo *lhe* (cf. (6) e (7)) e os comutáveis pelas formas tônicas *ele*, *ela*, *eles* e *elas* precedidas de preposição (cf. (8), (9) e (10)). Aos primeiros chamam objetos indiretos; aos segundos, complementos relativos (CR). Mais uma vez Cunha (1975) e Cunha & Cintra (1985, 2005) divergem dos dois autores, pois assumem que todos os complementos ligados ao verbo por meio de preposição são classificados como OI.

- (11) Pedro entregou o livro *ao Carlos*. (Pedro entregou-*lhe* o livro.)
- (12) Contamos o episódio *a um amigo*. (Contamos-*lhe* um episódio.)
- (13) Assistimos ao jogo. (Assistimos *a ele*.)
- (14) João gostou *dos romances*. (João gostou *deles*.)
- (15) Carlos confiou *na proposta*. (Carlos confiou *nela*.)

1.1.1. Uma abordagem para o português europeu

Em uma perspectiva voltada para o PE e bastante divergente em relação à tradição gramatical, Mateus et al. (2003) consideram o constituinte que representa o

OI “tipicamente o argumento interno de verbos de dois ou três lugares com papel semântico de Alvo ou Fonte” (MATEUS et al., 2003:289):

- (16) O professor ofereceu um livro *ao aluno*.
- (17) O professor comprou o livro *a um livreiro do centro da cidade*.

Para as autoras, o OI tem traço [+animado] na maioria dos casos e traço [-animado] com alguns predicadores de dois lugares (cf. (18) e (19)) e com os verbos *dar* e *fazer*, seguidos de um objeto direto cujo núcleo seja um nome deverbal (cf. (20) e (21)):

- (18) Obedecemos *ao regulamento*.
- (19) Sobrevivemos *ao massacre*.
- (20) A mulher deu uma lavada *às cortinas*.
- (21) Os meninos fizeram uma limpeza *ao carro*.

Nas sentenças (20) e (21), as autoras ressaltam que o OI pode ocorrer com função oblíqua, como em (22) e (23).

- (22) A mulher deu uma lavada *nas cortinas*.
- (23) Os meninos fizeram uma limpeza *no carro*.

Em contextos em que o objeto indireto é um pronome pessoal, exhibe a forma dativa casual *lhe/lhes* (cf. (24 a e b)).

- (24) a. O garoto devolveu o casaco *ao pai*.
- b. O garoto devolveu-*lhe* o casaco.

Assim como Rocha Lima (2005) e Bechara (2003), Mateus et al. (2003) assumem que a pronominalização em *lhe* é um recurso para identificar o

complemento dativo. Os complementos não-comutáveis por *lhe* (cf. (25) e (26)) são albergados no grupo das funções oblíquas.

- (25) a. Maria acredita *no namorado*.
 b. *Maria *lhe* acredita.
 c. Maria acredita *nele*.

- (26) a. Pedro depende *da mãe*.
 b. *Pedro *lhe* depende.
 c. Pedro depende *dela*.

As autoras, portanto, estabelecem uma distinção entre o complemento OI e o constituinte com relação gramatical oblíqua. Os “oblíquos”, quase sempre, estão ligados a verbos com regência preposicional, tais como: *acreditar em, assistir a (uma partida de futebol), carecer de, depender de, desconfiar de, gostar de, proceder a* etc. Na tradição gramatical, esses verbos são conhecidos como transitivos indiretos e seus complementos são classificados de objetos indiretos ou, conforme a descrição de Rocha Lima (2005) e Bechara (2005), de complementos relativos.

As relações gramaticais oblíquas não são, como o OI, centrais. Podem, portanto, constituir não somente argumentos obrigatórios (cf. (27) e (28)) ou opcionais (cf. (29) e (30)) do predicador verbal, mas também adjuntos (cf. (31) e (32)).

- (27) Pedro pôs a roupa *no armário* OBL.
 (28) O juiz autorizou o detento *a trabalhar* OBL.
 (29) Mário trouxe *da feira* OBL essas flores.
 (30) Mário viajou *da Bahia* OBL *para o Pará* OBL.
 (31) Os trens estão circulando lentamente *por causa da chuva* OBL.
 (32) Vou me levantar mais cedo *para não me atrasar* OBL.

1.1.2. A preposição que introduz o objeto indireto

Na tradição gramatical, não existe um consenso em relação à preposição que introduz o OI. Essa divergência parece decorrer do fato de as abordagens tradicionais apresentarem diferentes visões acerca do estatuto dessa categoria gramatical.

Os autores que distinguem o complemento objeto indireto dos demais complementos ligados ao verbo por meio de preposição (Rocha Lima, 2005; Bechara, 2003, Mateus et al., 2003) assumem que a preposição *a* é categórica na introdução do OI. Rocha Lima e Bechara mencionam a ocorrência de *para* em alguns casos. Mateus et al. (2003), ao contrário, admitem apenas a preposição *a* como introdutora da função gramatical objeto indireto e não fazem qualquer menção a *para*.

Para Bechara (2003), é possível a alternância entre *a* e *para* na introdução do OI, porque tal alternância ocorre em muitos esquemas sintáticos. No entanto, o autor insiste que a preposição *a* é categórica na introdução do complemento indireto. Vejamos o exemplo:

(33) Alguns alunos compraram flores *para a professora*.

Segundo o autor, o PP *para a professora* não constitui um complemento indireto, já que na oração pode-se introduzir um verdadeiro OI.

(34) Alguns alunos compraram flores *ao florista* para a professora.

Dos constituintes *ao florista* e *para a professora*, somente o primeiro pode ser comutado pelo clítico dativo *lhe*. Assim teremos:

(35) Alguns alunos compraram-*lhe* flores para a professora.

Mas nunca:

(36) *Alguns alunos compraram-*lhe* ao florista.

Mateus et al. (2003) também reconhecem apenas a preposição *a* como introdutora do OI. De acordo com as autoras, essa preposição é essencialmente um marcador de Caso e tem um papel secundário na marcação do papel temático do complemento verbal.

(37) Entregamos a carta *ao Pedro*.

(38) Comprei o livro *ao Pedro*.

Em (37), *ao Pedro* é o Beneficiário (Meta) do verbo *entregar*. Em (38), com o verbo *comprar*, *ao Pedro* pode ser o Beneficiário ou a Fonte. Nos dois exemplos, os itens lexicais que atribuem papel temático são os verbos *entregar* e *comprar*. A preposição *a*, nesses casos, é um marcador de Caso dativo. Com ou sem a presença da preposição *a*, os papéis temáticos continuarão associados a ambos os verbos. É o que ocorre quando o dativo é representado pelo clítico *lhe*.

(39) Entreguei-*lhe* a carta.

(40) Comprei-*lhe* o livro.

Com verbos preposicionados, entretanto, a preposição *a* terá papel importante na marcação temática:

(41) Vamos *a Paris*.

(42) Ele dirigiu-se *ao balcão de atendimento*.

Em (41) e (42), a preposição *a* é locativa, por isso, juntamente com os verbos *ir* e *dirigir-se*, marca papel temático Meta aos constituintes *Paris* e *o balcão de atendimento*. Também atribui a esses constituintes o Caso oblíquo.

Para Mateus et al., portanto, uma das diferenças entre o complemento objeto indireto e o complemento oblíquo está ligada ao valor sintático-semântico da preposição *a*. No caso do OI, ela funciona como uma flexão de dativo tal como no

latim. Assim, o *a*-DP corresponde a um DP com caso morfológico, do mesmo modo como ocorre com o clítico *lhe* que é marcado morfológicamente como dativo. No caso do oblíquo, o *a* é uma verdadeira preposição. Faz parte de um PP e atribui caso oblíquo a um DP.

Cunha (1975) e Cunha & Cintra (1985, 2005), como não distinguem o complemento dativo de outros complementos ligados ao verbo por meio de preposição, não determinam uma preposição categórica para introduzir o complemento objeto indireto. No entanto, estabelecem uma diferença semântica entre as preposições que introduzem o OI e as que introduzem os adjuntos adverbiais. No primeiro caso, as preposições revelam acentuado esvaziamento de sentido (cf. (43) e (44)); no segundo, têm valor significativo (cf. (45) e (46)). Comparem-se os exemplos:

(43) Cantava **para os amigos**.

(44) Não duvides **de mim**.

(45) Viajou **para São Paulo**.

(46) Não saias **de casa**.

Em (43) e (44), as preposições *para* e *de* são simples elos sintáticos. Em contrapartida, em (45) e (46), as mesmas preposições expressam, respectivamente, *o lugar para onde* e *o lugar donde*.

O discurso da tradição parece não admitir variação na escolha da preposição que encabeça o OI. No entanto, não é o que ocorre, pelo menos no português do Brasil. Um conjunto representativo de estudos lingüísticos (Berlinck 1997, Bispo 2004, Freire 2000, 2005, entre outros) tem revelado que existe uma forte competição entre *a* e *para* na expressão do complemento dativo. Em muitas regiões do Brasil, o falante tem preferido a preposição *para* na realização do OI. Por outro lado, em Portugal, a variação não ocorre. A variedade lusitana segue empregando a preposição *a* na introdução do complemento. Esses fatos, sem dúvida, evidenciam diferenças entre o PB e o PE e reiteram a necessidade de se investigar, em uma

perspectiva comparativa, fenômenos lingüísticos dessas duas variedades do português.

1.2. Objeto indireto: categoria central e categoria independente

A tradição gramatical e a literatura acadêmica, em menor ou maior grau, debruçaram-se sobre a questão de o OI ser, de fato, uma categoria central no esquema sintático. Rocha Lima (2005) e Bechara (2003) abordam o tema de forma rápida e não apresentam exemplos que sustentem suas considerações. Mateus et al. (2003) não tratam do assunto, porque, para elas, o OI é, indiscutivelmente, uma relação gramatical central, cujo constituinte faz parte da grade argumental de verbos de dois ou de três lugares.

Segundo Rocha Lima (2005), o OI se comporta menos como um complemento verbal do que como um complemento da oração. É independente, na maioria das vezes, da regência do verbo e, em muitos contextos, pode ser dispensável na oração. Bechara (2003), por sua vez, afirma que o OI é um termo que fica a meio caminho entre os verdadeiros argumentos verbais e os adjuntos. Aponta que os complementos que se ligam ao verbo imediatamente são os objetos diretos e os complementos relativos. O OI estabelece uma relação mediata com o núcleo predicador. É por essa razão que, em muitos contextos, o OI pode ser suprimido, o que não pode ocorrer com o complemento direto e com o complemento relativo.

Dentre as análises sobre a questão, a de Perini (2005) se destaca pela postura crítica em relação ao tratamento que a gramática tradicional dá a funções sintáticas e à transitividade. O autor postula que a transitividade está ligada à noção de “exigência”, “recusa” e “aceitação livre”. Assim, um item lexical como o verbo pode conter traços que determinam a aceitação, a recusa ou a aceitação livre das funções relevantes do português, postuladas por Perini, a saber: objeto direto, complemento do predicado, predicativo e adjunto circunstancial.

Para Perini, a categoria objeto indireto da gramática tradicional inclui-se no grupo dos “adjuntos circunstanciais”, no qual encontramos, entre outros

constituintes, complementos preposicionados (*Mané apanhou de Maria.*) e advérbios (*Juracy bebe muito.*). No entanto, a definição da função “adjunto circunstancial” não é suficiente para abarcar o complemento dativo. Segundo o autor, tal função caracteriza-se pelos seguintes traços: [-concordância verbal], [+anteposição], [-possibilidade de ser retomado pelos elementos que e quem], [+clivagem], [-concordância nominal], [-posição logo antes do núcleo do predicado] e [-posição de auxiliar]. Os dois últimos traços podem ser questionados, já que o OI sob a forma do clítico *lhe/lhes* pode situar-se antes do núcleo do predicado ou em posição auxiliar. O traço negativo em [-possibilidade de ser retomado pelos elementos que e quem] também é discutível, pois podemos admitir as variantes preposicionadas *a que, a quem* para a retomada do OI.

Dillinger (1991) faz uma discussão importante sobre a pertinência de se considerar o OI uma categoria essencial na sentença. Para o pesquisador, em termos semânticos, o OI é interpretado como uma “localização”, uma “orientação” ou uma “direção no espaço”. O autor postula que esses significados são definidos pelas preposições que introduzem os complementos, tal como ocorre com os sintagmas preposicionados com função adverbial, cujos valores semânticos são determinados pelas preposições. Por isso, não julga justificável situar o “objeto indireto” como uma categoria independente da categoria “adjunto adverbial”.

Dillinger et al. (2002), ao investigar os padrões de complementação no português falado no Brasil, apresentam resultados que corroboram a idéia de que o OI não é uma categoria independente na frase. Analisando os verbos das sentenças principais dos inquéritos do Rio de Janeiro e de São Paulo do Projeto NURC, os pesquisadores, entre outros resultados, constataram forte preponderância de verbos de um complemento (82%) sobre os verbos de dois complementos (18%). Desses complementos 78% apresentaram-se sob a forma de um sintagma nominal ou de uma sentença e 22%, sob a forma de um sintagma preposicionado. Daí os pesquisadores postularem que o “fundo” sintático seria [S V CØ] em lugar de [S V CØ C1], o que sugere que o C1 pode ser reanalisado como adjunto e não como argumento previsto na grade argumental dos verbos.

Berlinck (2001), considerando as divergências entre os estudiosos sobre o papel do complemento objeto indireto na sentença, busca explicações nas origens do “dativo” na língua portuguesa, sem fazer distinção entre PB e PE. Nesse sentido, a pesquisadora, com base em Van Hoecke (1996), procura esclarecer os sentidos do dativo em latim e o processo de mudança na forma de expressão dos complementos que eram marcados pelo dativo na língua latina.

Conforme afirma Berlinck (2001), a denominação dativo (de *dare*) revela que, para os gramáticos latinos, o caso dativo veiculava os sentidos de “atribuição” ou de “pessoa para quem algo é dado, dito, enviado, trazido”. No entanto, as noções de “remoção”, de “interesse”, de “aproximação” e de “finalidade” também eram expressas pelo dativo. Para a pesquisadora, a heterogeneidade de sentidos é aparente, já que é possível encontrar um sentido geral subjacente a todas as noções citadas, a saber, o sentido de “pólo de orientação”. Em outras palavras, o dativo constitui o pólo em direção ao qual o processo expresso na sentença é dirigido.

Berlinck observa que a marcação morfológica de caso se perdeu gradativamente no latim falado. Esse fato permitiu a expansão e a gramaticalização do uso das preposições nas línguas latinas. A bem da verdade, no latim clássico, já se verificava a competição entre caso morfológico e preposições. O primeiro expressava o complemento que se refere à pessoa. As segundas indicavam um lugar, com variação de AD – indicadora de destino, deslocamento em direção a algum lugar, ou até suas proximidades – e IN, veiculadora da idéia de lugar de destino com interioridade.

Berlinck (2001) aponta uma tendência a substituir o caso dativo por um PP encabeçado por AD nas sentenças em que os nomes se referem a pessoas ou a um nome abstrato sem conotação locativa.

Diante da variação do valor semântico dativo em latim, Berlinck (2001) conclui que, desde cedo, ocorreu interferência entre as noções de dativo e de espaço. A interpretação se justifica se considerarmos que o dativo constitui um pólo de orientação do processo descrito.

Considerando o conjunto de abordagens apresentado, conclui-se que os estudiosos da língua portuguesa divergem em relação ao estatuto da categoria OI.

De um lado, há análises que caracterizam o OI como um argumento previsto na grande argumental de verbos de dois e três lugares. De outro, há abordagens que situam tal categoria entre o complemento verbal e o adjunto ou afirmam que ela não se comporta como uma função exigida pelo verbo. Essas divergências apontam e justificam a necessidade de se investigar o comportamento do OI nos mais diversos contextos da fala e da escrita.

1.3. O objeto indireto em estudos recentes

1.3.1. As variantes do objeto indireto no PB

Nos últimos anos, a expressão do argumento dativo tem sido objeto de estudo de vários pesquisadores. Os resultados das investigações de língua falada e escrita vêm confirmando que, no português do Brasil, a produtividade das formas clíticas de terceira pessoa é cada vez menor. Os falantes têm substituído esses clíticos pelas formas tônicas preposicionadas *a/para ele(s)/a ela(s)* ou pelo pronome nulo (Berlinck 1997, Bispo 2004, Freire 2000, 2005, entre outros). Outro dado revelado pelos estudos é a substituição da preposição *a* pela preposição *para* ou *de* nos contextos de verbos de três lugares, nos quais o argumento dativo apresenta papel temático de meta/recipiente ou fonte/origem (Galves & Abaurre 1996, Bispo 2004, Cyrino 2000, entre outros).

Berlinck (1997) indica que, no português do Brasil, o objeto indireto pode expressar-se como sintagma preposicionado (preposição *a/para* + pronome tônico *ele/ela*), como pronome clítico dativo ou como uma categoria vazia. Na análise dos dados, a pesquisadora verificou que o português brasileiro moderno (PBM) tem restringido o clítico dativo e privilegiado a categoria vazia. A sentença a seguir traz um exemplo do uso da categoria vazia.

(01) O Luís faz um ano que liga pra mim e eu não ligo pra ele. Eu preciso ligar [Ø], mas é que eu sou tão relapsa. (Berlinck, 1997)

A pesquisadora chega a tais resultados comparando dados de dois *corpora* do século XIX — comédias de Martins Pena (1845) e de Simões Lopes Neto (1896) — com dados de dois *corpora* do português brasileiro moderno (PBM) – JUC (Jovens universitários Curitibanos) e PEUL (Programa de estudos sobre o uso da língua). A tabela abaixo reproduz os resultados da análise.

Tabela 1: Distribuição das ocorrências de OI anafórico segundo a forma do complemento, no PBM (Berlinck, 1997, 1998)

Forma do complemento	Freqüência
clítico dativo	24%
preposição + pronome tônico	21%
nulo anafórico	55%

Os dados da pesquisa apontam para uma hipótese de mudança no PBM: a preferência pela expressão do OI anafórico por meio de um pronome nulo anafórico.

É importante destacar que a diminuição de uso do pronome clítico dativo, sobretudo de terceira pessoa, relaciona-se a uma mudança no quadro pronominal do PBM. Segundo Torres Morais e Berlinck (2002), a gramaticalização do pronome *você*, que passa a ser empregado como pronome pessoal de segunda pessoa em substituição ao *tu* na maior parte do território brasileiro, provoca uma ruptura na relação entre o pronome e a flexão verbal, a qual deixará de identificar o sujeito nulo referencial. Em outros termos, o PBM deixa de apresentar uma correspondência perfeita entre as pessoas do pronome e as pessoas do verbo. A forma *você*, embora se refira à segunda pessoa, leva o verbo para a terceira pessoa e coocorre com dativos, acusativos, possessivos e pronomes átonos de terceira pessoa. Processa-se uma reorganização das funções pessoais dos pronomes e a forma *e/le* torna-se a não-pessoa.

Para as pesquisadoras, as alterações no sistema pronominal do PBM atingem especialmente o campo de expressão da terceira pessoa. Os pronomes clíticos, por exemplo, passam a ser substituídos por pronomes fracos livres – denominação da tipologia de Kato (1999). O dativo *lhe* encontra um concorrente expresso pelo

sintagma preposicional *a/para + ele(s)*, na terceira pessoa, e *a/para + você(s)*, na segunda.

1.3.2. A variação do objeto indireto: PB e PE em confronto

Nos últimos tempos, alguns trabalhos acadêmicos (Galves, 1998, 2001, Freire, 2000, 2005, Bispo, 2003, entre outros) – com o objetivo principal de evidenciar diferenças importantes entre as gramáticas do PB e do PE – dedicaram-se à investigação de fenômenos de variação lingüística em uma perspectiva comparativa entre essas duas variedades do português. A realização do OI foi e tem sido uma das questões focalizadas por essas pesquisas, pois constitui um fenômeno que revela forte diferença nessas duas gramáticas.

Freire (2000) aponta dados importantes sobre a variação na expressão do OI no PB. O pesquisador analisa duas amostras do português culto falado. A primeira, cedida pelo NURC do Rio de Janeiro, constitui-se da fala de 12 informantes com nível superior, entrevistados em 1992, distribuídos em três faixas etárias: 25 a 34 anos, 35 a 46 anos e 47 anos em diante. A segunda compõe-se de vinte entrevistas realizadas nos anos 70 com 28 informantes portugueses com nível universitário, os quais também foram distribuídos em três faixas etárias.

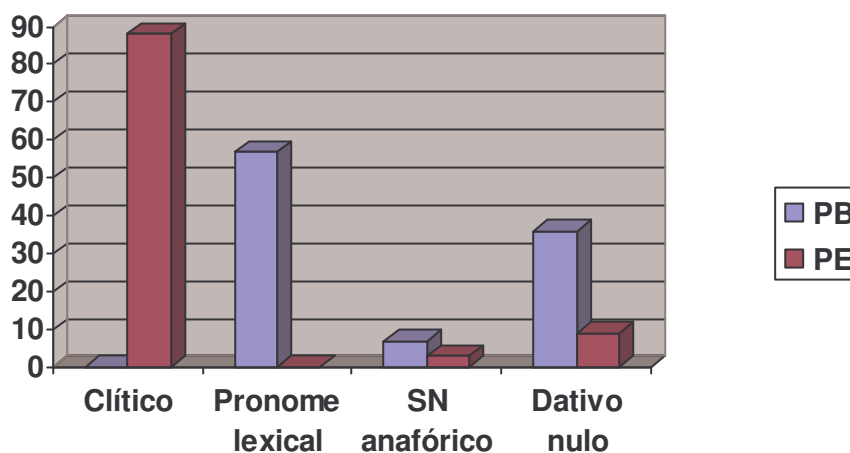
A pesquisa de Freire (2000) focalizou, além do clítico dativo, três estratégias de expressão do complemento dativo anafórico de terceira pessoa, a saber: o pronome lexical, os SNs anafóricos e o dativo nulo. A tabela a seguir mostra os resultados da análise das amostras:

Tabela 2: Distribuição dos dados computados segundo a variante usada (Freire, 2000).

Variante	Clítico		Pron. lexical		SN anafórico		Dativo nulo		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
PB	-	-	8	57	1	7	5	36	14	100
PE	29	88	-	-	1	3	3	9	33	100

Os percentuais revelam que a fala culta do PE apresenta alta produtividade do clítico *lhe* na expressão do dativo anafórico de terceira pessoa. Na fala do PB, em contrapartida, não se verifica uma só ocorrência de tal variação. É por essa razão que as estratégias de substituição ao clítico *lhe* são mais freqüentes na variedade brasileira PB do que na europeia. O gráfico a seguir demonstra o contraste:

Gráfico 1: Distribuição das variantes segundo a variedade do português (Freire, 2000).



O gráfico acima aponta que o emprego dos SNs anafóricos e dos dativos nulos é comum nas duas variedades do português. Entretanto, ocorre uma diferença importante na freqüência dessas variantes, as quais se mostram mais fortes no PB do que no PE. Além disso, verifica-se que somente no PB ocorre o pronome lexical na expressão do dativo.

Freire (2005) examinou a realização do complemento dativo na língua escrita do PB e do PE. O autor constituiu uma amostra de cada variedade do português a partir de textos de jornais e de histórias em quadrinhos, comercializados no Rio de Janeiro e em Lisboa. Todos os textos foram produzidos entre 1995 e 2004.

O pesquisador adota a metodologia proposta por Bortoni-Ricardo (2004), segundo a qual um fenômeno de variação lingüística pode ser entendido a partir de um contínuo de *oralidade-letramento*. Assim, distribui os dados de língua escrita de cada amostra nesse contínuo. Em um extremo, situam-se os dados cuja produção é mediada pela língua escrita, a qual constitui um padrão de comunicação

sistematizado pela tradição literária e prestigiado pelas camadas sociais letradas. No outro, localizam-se os dados cuja produção busca certa transposição da fala para a escrita.

No estudo, os gêneros textuais constantes das três amostras foram distribuídos em três grupos do contínuo *oralidade-letramento*:

- [+ oralidade/ - letramento]: tiras e histórias em quadrinhos – por tentarem reproduzir a fala e terem pouco compromisso com a língua escrita;
- [+ oralidade/ + letramento]: crônicas, trechos de fala transcrita em reportagem e entrevistas transcritas – por terem pontos de contato com a língua codificada pela tradição gramatical, mas que também registra traços de oralidade;
- [- oralidade/ + letramento]: reportagens, editoriais, críticas de livro/filme e artigos de opinião – por apresentarem maior compromisso com língua escrita padrão.

A análise dos dados indicou que o uso de uma ou de outra variante na expressão do complemento dativo é sensível aos graus de maior ou menor letramento estabelecido. Os gráficos a seguir demonstram os percentuais de freqüência das variantes ao longo do contínuo, no registro escrito do PB e do PE:

Gráfico 2: Percentual de cada variante através do contínuo no PB (Freire, 2005).

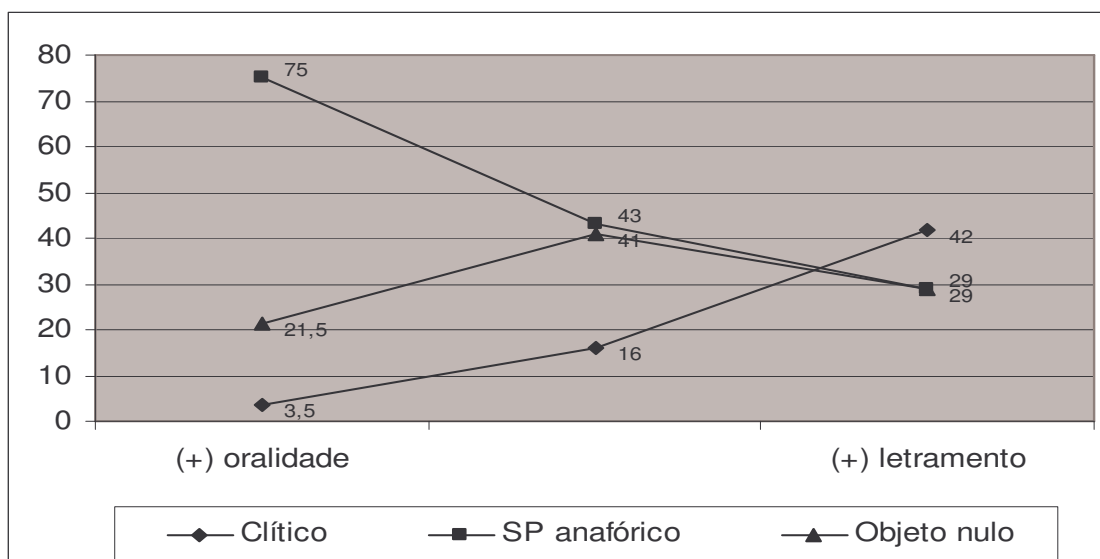
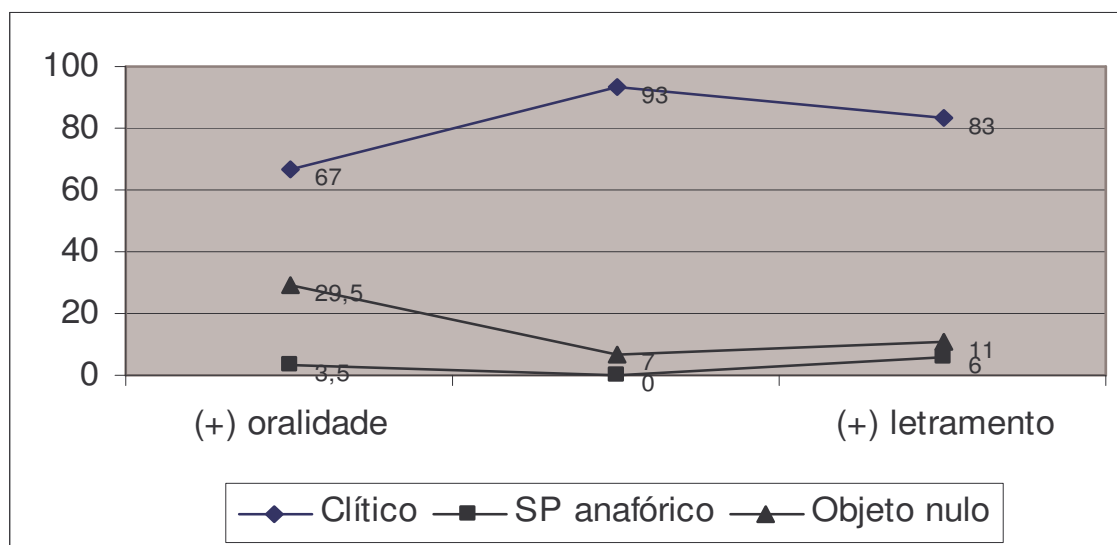


Gráfico 3: Percentual de cada variante através do contínuo no PE (Freire, 2005)



No caso do PB, o gráfico aponta que o clítico dativo exibe uma trajetória ascendente. Há baixa produtividade da variante no extremo de [+oralidade], ligeiro crescimento no nível intermediário e forte alta no extremo oposto. No entanto, mesmo no extremo de [+letramento], a freqüência dos clíticos não alcança a metade dos dados. No caso do PE, não se observam diferenças importantes entre os extremos do contínuo, o que mostra que o clítico *lhe* é a forma preferida de realização do dativo entre os portugueses.

Quanto aos SPs anafóricos e aos objetos nulos no PB, observa-se uma presença mais substancial em todos os pontos do contínuo. No extremo de [+oralidade], o SP anafórico é muito mais freqüente do que o objeto nulo; no nível intermediário, ocorre um equilíbrio entre as duas variantes; no extremo de [+letramento], ambas as estratégias de realização do dativo representam mais da metade do total de dados, mas perdem certo espaço para o clítico *lhe*. No PE, ao contrário do que ocorre no PB, o SP anafórico apresenta baixíssima produtividade. No nível intermediário do contínuo, não há sequer uma ocorrência dessa variante. Já o objeto nulo, ao longo de todo o contínuo, exibe percentuais de freqüência mais significativos do que os do SP anafórico, especialmente no extremo de [+oralidade]. É nesse extremo que a escrita portuguesa exibe maior variação na realização do

dativo, dado que as estratégias alternativas ao clítico constituem 33% do total de dados.

Dos dados apresentados, depreende-se que o clítico *lhe* não tem o mesmo estatuto nas duas variedades do português. Na escrita do PE, o *lhe* é altamente freqüente e estável ao longo de todo o contínuo. Para Freire (2005), tal fato decorre da alta produtividade desse clítico na língua oral, o que explicaria o seu emprego independentemente do gênero de comunicação escrita. Na escrita do PB, em contrapartida, a ocorrência do *lhe* está condicionada ao fator contínuo de oralidade-letramento, já que sua produtividade é praticamente nula na língua falada (cf. Berlinck, 1997, Freire, 2000, entre outros). Assim, a ocorrência do dativo *lhe* restringe-se basicamente a eventos de letramento, porque os textos que se enquadram nessa categoria mantêm pontos de contato com norma culta, a qual recomenda o uso do clítico.

Os resultados apresentados nos remetem à constatação de que o PB e o PE, de fato, realizam o dativo anafórico de terceira pessoa de maneiras bem diferentes. Além disso, explicitam que no PB o processo de mudança na expressão dessa categoria gramatical está em uma etapa bem avançada de implementação, visto que a escrita constitui-se no último estágio atingido por fenômenos de variação e mudança em uma língua.

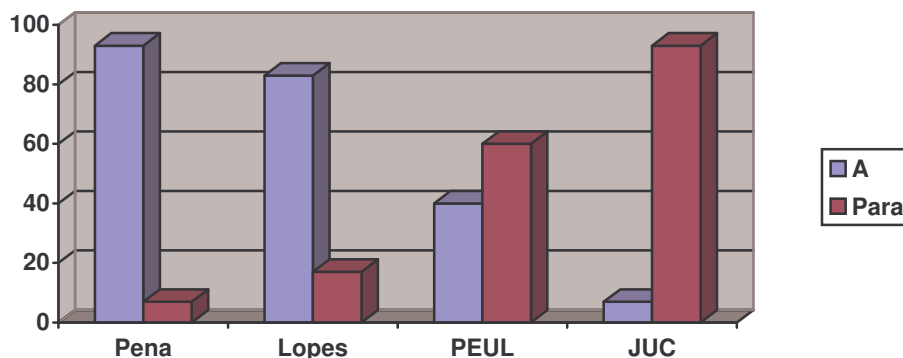
1.3.3. A variação entre as preposições *a* e *para* na expressão do OI

Os resultados das últimas pesquisas tanto no campo da sociolingüística variacionista como no campo da teoria gerativa têm apontado uma competição entre as preposições *a* e *para* na introdução dos OIs sob a forma de sintagmas preposicionados no PB. Essa variação, no entanto, não tem sido verificada no PE, o qual mantém a preposição *a* como introdutora exclusiva de OI.

Berlinck (1999), com base na comparação dos *corpora* citados na seção anterior, constatou que, no PB, vem ocorrendo uma progressiva diminuição na freqüência da preposição *a* na introdução do OI e um aumento no uso da preposição

para, a qual é preferida pelos falantes. Os resultados da pesquisa estão reproduzidos no gráfico a seguir:

Gráfico 4: Distribuição das preposições *a* e *para* na expressão do dativo de 3ª pessoa (Berlinck, 1999)



Em Gomes (2003), encontram-se dados importantes sobre a competição entre as preposições *a* e *para* na expressão do OI. A pesquisadora estuda o uso variável da preposição *a* que introduz o sintagma preposicionado de verbos de três lugares. Toma como base o dialeto carioca, no qual encontramos três variantes: preposição *a*, preposição *para* e ausência de preposição. Analisam-se dados em tempo aparente (Amostra Censo, 1980) e em tempo real (Amostra Censo, 2000).

Segundo Gomes (2003), os complementos preposicionados dos verbos ditransitivos diferem quanto à possibilidade de serem cliticizados e quanto a valores semânticos. A autora adota a classificação de Berlinck (1996), que rotula tais complementos de dativo, e a tipologia verbal que classifica os verbos de acordo com suas características semânticas. Assim, estarão sujeitos à variação os argumentos preposicionados dos verbos do nível 1 da tipologia de Berlinck. Para seu estudo, Gomes estabelece cinco tipos de verbo: 1) verbos de significação plena com transferência material (dar, pedir); 2) verbos de significação plena sem transferência material (dizer, ensinar); 3) verbos de movimento espacial (levar); 4) verbo leve com complemento indireto [+animado] (dar apoio a alguém); e 5) verbo leve com complemento indireto [-animado] (dar apoio a alguma coisa).

A análise dos dados revelou que no PB parece não haver relação entre a ordem dos complementos e a variação da preposição do PP. Assim, ao contrário das línguas em que existe a alternância do dativo, a variação no uso da preposição não está limitada à adjacência do PP ao verbo, nem a possibilidade de ordens diferentes para os argumentos dos verbos de dois lugares pode ser vinculada exclusivamente ao apagamento da preposição:

- (02) Eu falaria com o João para dar um emprego melhor [] o meu filho (Amostra 80 (C))
- (03) Eu vendi [] ela dois voto (Amostra 80 (C))
- (04) Ela levava a gente sempre [] o quadro pra fazer as coisas (Amostra 80 (C))

Os resultados também indicaram que tem ocorrido uma especialização no uso da preposição *a*, a qual estaria sendo empregada, preferencialmente, para representar relações semânticas mais abstratas.

Gomes sustenta que a variação no uso da preposição que introduz o argumento dativo é um processo sintático. Para a autora, a implementação da mudança relativa ao uso da preposição *a* no dialeto carioca é resultante do processo de reorganização do paradigma pronominal do PB. Importa dizer que, segundo Gomes, o aumento na frequência de sintagmas preposicionados vincula-se à diminuição na retenção de clíticos, principalmente, os de terceira pessoa. A baixa produtividade de clíticos pode ter influenciado a estrutura interna do sintagma verbal quanto à ordem dos argumentos e à possibilidade de alternância da preposição que introduz o argumento dativo.

A investigação de Gomes revelou ainda que há ocorrência de clíticos somente para a primeira e a segunda pessoas do singular e ausência de clíticos para as demais pessoas. Esses resultados, referentes ao dialeto carioca, assemelham-se aos de pesquisas que focalizaram outros dialetos (Duarte, 1986; Freire, 2000, entre outras).

Na comparação dos usos da comunidade em dois momentos diferentes, Amostra 80 (C) e Amostra 00 (C), Gomes observou a implementação da mudança

no uso da preposição que encabeça o argumento dativo. *Para* substituiu a preposição *a* em contextos que anteriormente favoreciam ou exigiam *a*. Vale dizer que, em 1980, considerando a distribuição por faixa etária, a preposição *para* era mais produtiva entre os mais jovens. No ano 2000, ao contrário, passou a ser preferida em todas as faixas etárias.

No estudo dos condicionamentos estruturais, Gomes verificou que, nos dados de 1980, quanto à posição do PP em relação ao verbo, a preposição *a* é favorecida quando o PP não está adjacente ao verbo. Em contrapartida, a preposição *para* é produtiva seja em posição adjacente, seja em posição não-adjacente ao verbo. Nos dados de 2000, verifica-se que a frequência de *para* é igual nas duas posições. No entanto, a diferença de uso da preposição *a* nas duas posições é insignificante, o que faz a pesquisadora supor a perda do efeito da posição do complemento na realização da preposição *a*.

No que respeita ao tipo de verbo, observou-se que a preposição *a* é mais freqüente em construções com verbos leves que apresentam relações semânticas mais abstratas. Já a preposição *para* é mais freqüente diante de PP que complementam verbos de significação plena. O teste com todos os tipos de verbos apontou uma preferência pela preposição *para*, o que mostra que essa preposição representa também relações semânticas mais abstratas.

Bispo (2004) também aponta variação entre a preposição *a* e *para* na expressão do OI. A pesquisadora estuda a alternância entre clíticos, preposição *a/para* em construções dativas do português brasileiro e do português europeu. Toma como base entrevistas realizadas com falantes do Rio de Janeiro (Projeto Censo constituído entre 1980 e 1982), da Paraíba (Projeto de Variação Lingüística no Estado da Paraíba – VALPB) e de Portugal (Projeto do Português Fundamental). A tabela abaixo aponta os resultados da pesquisa:

Tabela 3: Alternância entre clíticos, preposições *a/para* em construções dativas do português brasileiro e do português europeu (Bispo, 2004).

Fatores		Clíticos	Para	A	Total
Portugal	Número de ocorrências	20	0	3	23
	%	87%	0%	13%	
Paraíba	Número de ocorrências	12	1	4	17
	%	71%	6%	24%	
RJ	Número de ocorrências	22	35	5	62
	%	35%	56%	8%	
Total	Número de ocorrências	54	36	12	102
	%	53%	35%	12%	

A tabela revela que o uso do clítico predomina na função de objeto indireto em relação ao uso do sintagma introduzido pela preposição *para*, a qual, por sua vez, é mais freqüente do que a preposição *a*. Em Portugal, o uso do clítico é mais freqüente. Os percentuais relativos à preposição *para* indicam que tal preposição não introduz o objeto indireto no português europeu. Quanto ao português brasileiro, verifica-se que *para* compõe a maioria dos sintagmas preposicionados que expressam o dativo em português. Entretanto, vale observar que, na amostra da Paraíba, a preposição *a* é mais freqüente que *para*.

Freire (2005) aponta dados relevantes sobre a variação entre as preposições *a* e *para* na introdução do OI. Como dito na seção anterior, seu estudo contrasta a realização do dativo anafórico de terceira pessoa no PB com a realização da mesma categoria no PE, a partir de um contínuo de oralidade-letramento. Nessa perspectiva, o pesquisador analisa o tipo de preposição que rege o SP anafórico com valor dativo. A tabela abaixo exhibe os resultados da análise:

Tabela 4: Distribuição do SP anafórico segundo a preposição regente (Freire, 2005)

Variedade	A		para		outras preposições	
PB	36/65	56%	21/65	32%	8/65	12%
PE	2/3	67%	—	—	1/3	33%

Na tabela, os percentuais apontam que no PB a preposição *a* é mais freqüente na escrita do que as demais. Para Freire (2005), isso ocorre porque o registro escrito da língua mantém, com mais freqüência, pontos de contato com a cultura do letramento, o que eleva o grau de formalidade e, por conseguinte, propicia a ocorrência da preposição *a*, mais produtiva em contextos formais. O excerto abaixo, extraído da amostra do PB, ilustra um contexto de formalidade:

- (05) O propósito maior da educação sexual para adolescentes é dar **a eles** informações necessárias para que compreendam melhor o assunto e, com isso, possam ter uma vida sexual melhor. (PB: *O Globo*, 19-09-2004 – Reportagem) (Freire, 2005)

Freire (2005) observa que, embora haja uma relação entre registro escrito e cultura do letramento, já se verifica no PB uma importante ocorrência da preposição *para* regendo as formas tônicas de dativo em todos os pontos do contínuo oralidade-letramento. Os exemplos abaixo ilustram o fato:

- (06) Um elefante! Preciso dar quatro fardos de feno e 20 quilos de amendoim **pra ele!** (PB: *O melhor da Disney*, vol. 3, maio de 2004 – História em quadrinhos) (Freire, 2005)
- (07) Os quatro filhos a respeitam, assim como às suas colegas. [...] Orgulha-se da educação que deu **para eles**. (PB: *Caderno H do Jornal do Brasil*, 02-05-2004 – Reportagem) (Freire, 2005)

Os dados da pesquisa de Freire (2005) também revelaram casos de dativos anafóricos sob a forma de PPs encabeçados por outras preposições. Veja-se um exemplo:

- (08) Lembro do dia em que o Ayrton ia bater o recorde de *pole positions* consecutivas. [...] O Prost entrou depois e tomou a *pole position* **dele**. (PB: Seção de Esportes do Jornal do Brasil, 25-04-2004 – Entrevistas) (Freire, 2005)

Em relação ao PE, os resultados apontam a ausência da preposição *para*, apenas duas ocorrências da preposição *a* e um caso de preposição *de* em um PP que é normalmente construído com *de*.

2. PB E PE: INDÍCIOS DE DIFERENÇAS PARAMÉTRICAS

Chomsky (*apud* Galves, 1998), no quadro da Teoria Gerativa, opõe Língua-Externa (Língua-E) e Língua-Interna (Língua-I). A primeira corresponde a todos os enunciados que a gramática de uma determinada língua pode produzir. A segunda, ao contrário, é entendida como um objeto mental, isto é, o saber que os falantes possuem da língua, o qual lhes permite identificar enunciados a que são expostos como gramaticais ou agramaticais.

Considerando a oposição entre Língua-E e Língua-I, prevista na Teoria Gerativa, podemos admitir que, embora apresentem semelhanças, a Língua-E do PB e a do PE exibem fortes diferenças, isto é, falantes brasileiros e lusitanos produzem enunciados diferentes e atribuem estruturas diferentes a enunciados superficialmente idênticos. Tal constatação nos autoriza a postular que essas duas variedades do português podem apresentar Línguas-I distintas.

Nas palavras de Galves (1998), “Duas Línguas-I serão consideradas diferentes se contêm na sua parametrização pelo menos um parâmetro fixado diferentemente.” Ora, nessa perspectiva, podemos postular que o PB e o PE, segundo um número importante de pesquisas lingüísticas (Galves, 1993, 1998; Cyrino 1993, 1997; Berlinck 1997, 2000, 2001 a, b; Bispo 2004; Freire, 2000, 2005, entre outros), apresentam diferenças paramétricas. Um exemplo de indício de diferenças entre as duas variedades do português é variação na expressão do argumento dativo, objeto de estudo deste trabalho. Como vimos no capítulo anterior, as pesquisas mostraram que no PB há um processo bastante acentuado de perda de clíticos dativos de terceira pessoa, um forte aumento de pronome nulo ou de pronome lexical na função dativa, constatações que não são verificadas no PE. Essas divergências constituem, sem dúvida, argumentos a favor da hipótese de que o PB e o PE apresentam Línguas-I distintas.

As seções seguintes apresentam análises acerca de algumas importantes diferenças sintáticas entre as duas variedades. Os fatos analisados corroboram a hipótese de Galves (1998), a qual será assumida neste trabalho, de que PE e PB

constituem duas Línguas-I distintas, o que nos permite supor a existência de uma gramática brasileira e outra lusitana.

2.1. A projeção dos constituintes

Um aspecto que, de acordo com Galves (1998), diferencia o PB do PE são as construções de topicalização, nas quais o sujeito ou outro constituinte da sentença é deslocado para a posição inicial da sentença e é retomado por um pronome lembrete:

- (01) Essa competência ela é de natureza mental. (Pontes, 1981 *apud* Galves, 1998)
- (02) A Clarinha ela cozinha que é uma maravilha. (Duarte, 1995 *apud* Galves, 1998)

O PB apresenta dois tipos de construções não encontradas no PE que revelam a saliência do tópico na gramática da língua. Trata-se da relativização com pronome lembrete e das construções em que o objeto aparece na função de sujeito sem que haja uma marca flexional suplementar no verbo para legitimar a ausência da projeção do sujeito lexical do verbo, e o conseqüente alçamento do objeto. Vejam-se os exemplos:

- (03) Você acredita que um dia teve uma mulher que ela queria que a gente entrevistasse ela por telefone? (Tarallo, 1993 *apud* Galves, 1998)
- (04) O relógio quebrou o ponteiro. (Galves, 1998)

Ao contrário do que ocorre em outras línguas, em (03) verifica-se que o PB admite sentenças em que a relativização envolve um pronome mesmo quando o sintagma relativizado está bem próximo. Em outras línguas, isso ocorre somente quando o sintagma relativizado está longe do pronome.

2.2. O quadro dos pronomes

Importantes estudos acadêmicos (Cyrino, 1993, 1997a; Menon, 1995; Ilari et al., 1996; Galves, 1997, 2001, entre outros) têm mostrado que o sistema pronominal do PB apresenta características bastante particulares que o diferenciam fortemente do PE.

Um primeiro aspecto do quadro pronominal do PB a ser observado é o uso da forma *você*, empregada comumente em lugar do *tu* (Paredes Silva, 2003), em grande parte do território brasileiro, e da forma *a gente*, substituto de *nós*, em muitas situações de comunicação. Os dois pronomes, embora representem pessoas específicas no discurso — *você* é semanticamente segunda pessoa do singular e *a gente*, primeira do plural —, levam o verbo para terceira pessoa do singular, o que implica uma importante mudança no sistema flexional verbal. Assim, em alguns tempos verbais, teremos formas idênticas para pessoas gramaticais semanticamente diferentes (*eu cantava, você cantava, ele cantava, a gente cantava*).

Torres-Morais & Berlinck (2002) apontam que a adoção da forma gramaticalizada *você* no sistema pronominal do PB promove uma quebra da relação entre pronome e flexão verbal, a qual perde a propriedade de identificar sujeito nulo referencial, o que acarreta o fim da perfeita correspondência entre as pessoas do pronome e as pessoas do verbo. A forma *você*, embora se refira à segunda pessoa, passa a coocorrer com os possessivos e pronomes átonos, acusativos e dativos de terceira pessoa. Para a autora, o quadro de pronomes se desloca, ocorre um rearranjo das funções pessoais dos pronomes e a forma *ele* fica exclusiva como a não-pessoa (Ilari et al., 1996 *apud* Torres-Morais & Berlinck, 2002).

Importa dizer que essas mudanças, associadas à baixa produtividade dos clíticos de terceira pessoa no PB, geram, na função acusativa, um duelo entre as formas tônicas *ele(s)/ela(s)* e os clíticos *o(s)/a(s)*, os quais, segundo Galves (2001), não fazem parte da gramática nuclear, adquirida durante a infância, no processo normal de aquisição da língua, mas da “periferia” adquirida em situação formal de aprendizagem. Na função dativa, a disputa se dá entre o clítico dativo *lhe* e os

pronomes tônicos *ele* e *ocê*, na forma de sintagmas preposicionados: [*a/para + ele(s)/ela(s)*], na terceira pessoa, e [*a/para + ocê(s)*], na segunda pessoa.

Por essas considerações, pode-se afirmar que o paradigma pronominal do PB, inclusive em língua culta, está bastante distante do paradigma do português lusitano. Em PB, encontraremos pronomes, tipicamente nominativos em PE, ocorrendo em todas as posições sintáticas. A tabela abaixo, retirada de Galves (2001), ilustra o paradigma pronominal do PB:

Tabela 5: Paradigma pronominal do PB (Galves, 2001).

	Nominativo	Acusativo	Dativo	oblíquo
Singular	Eu	me	me	mim
	tu*/ocê	te/ocê/lhe	lhe/a ocê	ti/ocê
	ele(a)	ele(a), o/a	a ele(a)	ele(a)
Plural	nós/a gente	nos/a gente	nos/ a gente	nós/a gente
	Vocês	vocês	A vocês	vocês
	Eles	ele(a)(s), os/as	A eles(as)	eles(as)
* Uso dialetal				

Além das mudanças já apontadas, é importante notar que em PB ocorreu, portanto, a perda da diferenciação casual sistemática dos pronomes, o que não se verifica no PE, variante na qual os pronomes *ele* e *ocê*, interpretados como pronomes fortes, aparecem sempre como nominativos e as formas átonas representam invariavelmente os argumentos dativos e acusativos.

Ainda sobre os pronomes tônicos *ele* e *ocê*, vale destacar que no PB, ao contrário do PE, eles aparecem em função acusativa sem a reduplicação clítica e sem a preposição. Veja os seguintes exemplos de Galves (*op. cit.*):

(05) Vi *ele* ontem na rua. (PB).

(06) Vi-o a *ele* ontem na rua. (PE)

Os enunciados (5) e (6) diferem quanto à morfologia e, sobretudo, quanto à interpretação. No primeiro, o referente do pronome é tópico discursivo (a pessoa ou

a coisa de que se fala). No segundo, o pronome tônico precedido de preposição é interpretado como foco contrastivo, o que se verifica em (3):

(07) Vi-o *a ele* ontem na rua, mas não *a ela*.

No PE, os pronomes tônicos em posição de objeto como em (6) apresentam como referente exclusivamente uma pessoa, o que não ocorre com os clíticos que podem ter referentes animados e inanimados. No PB, ao contrário, o pronome tônico objeto revela um comportamento semelhante ao de um clítico do PE, pois pode ter referentes animados e inanimados. Esse fato diferencia o PB do PE e do outras línguas latinas.

Como visto anteriormente, os pronomes tônicos *você* e *ele* também são usados no PB em função dativa, mas sem a reduplicação do clítico. De modo geral, são antecidos da preposição *a* ou *para*.

(08) O Pedro enviou o livro *a/para você*.

(09) O Pedro enviou o livro *a ele*.

No PE, o pronome tônico *ele* com função dativa aparece apenas em contextos de redobro ou em contextos de topicalização, caso em que a retomada do clítico é opcional (Torres-Morais & Berlinck, 2002). A preposição *a* é única aceitável para esses casos. Outra possibilidade para o pronome tônico sem o redobro do clítico são as sentenças com as expressões *só*, *até* etc (Torres-Morais & Berlinck, 2006).

(10) O Pedro enviou-*lhe* o livro *a ele*.

(11) **A ele** o Pedro enviou (*lhe*) o livro.

(12) Enviaremos o livro **só a ele**.

2.3. A freqüência de aspectos gramaticais compartilhados

Um outro fato que distancia o PB do PE é a freqüência de propriedades gramaticais compartilhadas entre as duas variedades da língua. Ambas exibem, por exemplo, sujeito e objeto nulos:

(13) *cv* iremos todos ao cinema amanhã. (Galves, 1998)

(14) A Joana viu *cv* na televisão ontem. (Galves, 1998)

Todavia, a freqüência de um e de outro nas duas gramáticas é bem diferente. No que diz respeito ao sujeito nulo, os resultados de pesquisas (Duarte, 1995, 1996, entre outros) têm revelado que o PB apresenta uma forte tendência a usar o pronome lexical na posição de sujeito, ao contrário do PE que prefere o sujeito nulo. No entanto, não se deve afirmar que o sujeito nulo seja um fóssil na variedade brasileira da língua, pois ele é bastante freqüente em orações genéricas, o que não ocorre na variedade portuguesa. Veja o exemplo extraído do NURC:

(15) Não usa mais freio. (Galves, 1998)

A frase (15) é possível no PB e no PE. No entanto, somente no primeiro ocorre a interpretação genérica/indeterminada. No segundo, tal interpretação exige o pronome clítico *se*, sem o qual o sujeito terá como referência uma pessoa específica/determinada. Daí depreender-se que o que diferencia o sujeito nulo no PB e no PE é a sua interpretação.

Quanto ao objeto nulo, a situação se inverte. O PB o emprega largamente. Segundo Duarte (1989), trata-se do recurso mais utilizado na fala para a retomada anafórica em posição de objeto, em todas as faixas etárias e em todos os níveis de escolaridade que ela considerou em seu estudo.

Cyrino (1993, 1997), em um trabalho diacrônico baseado em um *corpus* de peças teatrais, revela que, no século XVI, o objeto nulo já competia com o clítico, em contextos em que o antecedente do clítico era oracional ou um predicativo. No

século XX, segundo a autora, o objeto nulo espalha-se para outros contextos e acentua-se no PB. A tabela seguinte mostra a evolução do objeto nulo no PB.

Tabela 6: Objetos nulos no tempo (Cyrino, 1993).

Século	Objetos nulos (%)
Primeira metade XVIII	14,2
Primeira metade XIX	41,6
Segunda metade XIX	23,2
Primeira metade XX	69,5
Segunda metade XX	81,1

Os resultados de Cyrino (1993) também apontam uma forte queda no uso de clíticos de terceira pessoa, o que para ela provocou o crescente esvaziamento da posição de objeto no PB. Essa situação não se verifica no PE, variedade na qual não houve queda no uso dos clíticos e o objeto nulo comporta-se, nas palavras de Raposo (1986), como uma variável sintática.

O estudo de Raposo (*apud* Galves, 2001) mostra que no PE há dois tipos de objeto nulo: um que ocorre em frases simples e refere-se a um elemento do contexto (cf. 16) e outro que aparece no segundo segmento de uma estrutura coordenada (cf. 17).

(16) O João comprou e_i na livraria ontem.

(17) O João comprou esse romance e_i e o Pedro comprou e_i também.

Para o autor, as duas categorias vazias são de natureza diferente, já que (16) respeita a Subjacência e (17) não a respeita, o que pode ser comprovado pelo contraste de gramaticalidade entre as sentenças seguintes, retiradas de Galves (2001):

(18) *O rapaz que trouxe e_i agora mesmo da pastelaria era teu afilhado.

(19) O Manuel entregou o dinheiro mas conheço gente que não teria entregue e_i .

Segundo Galves (2001), Raposo define o objeto nulo de (16) como uma variável sintática, ligada por um operador nulo em COMP, assim como os vestígios de movimento-QU. Veja-se a sentença seguinte:

(20) [OP_i [O João comprou t_i na livraria ontem.]]

Os argumentos de Raposo evidenciam, portanto, que o objeto nulo em PE não pode ocorrer quando está encaixado em domínios sentenciais dos quais a extração é impossível: sentença relativa (21), NP complexo (22), sujeito sentencial (23) e sentença adjunta (24). Vejam-se os exemplos extraídos de Galves (2001):

(21) *O rapaz que trouxe e_i da pastelaria era teu afilhado.

(22) *Eu informei a polícia da possibilidade do Manuel ter guardado e_i na sala de jantar.

(23) *Que a IBM venda e_i a particulares surpreende-me.

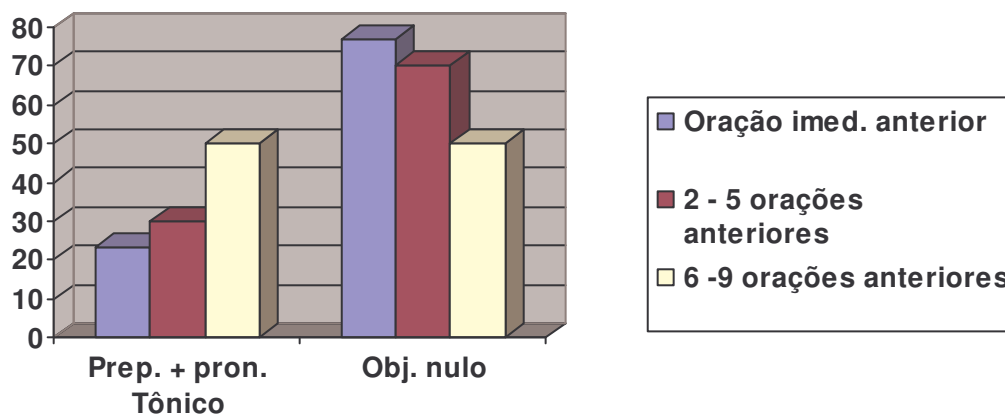
(24) *O pirata partiu para as Caraíbas depois de ter guardado e_i cuidadosamente.

No PB, como o objeto nulo comporta-se de forma distinta, as sentenças (21) – (24) são gramaticalmente aceitas, o que nos mostra que no PB o objeto nulo não é uma variável, mas um elemento de natureza pronominal.

Vale destacar os resultados de Berlinck (1997) acerca do objeto nulo na representação do argumento dativo no PB. A autora, ao analisar os dados do PBM (*Corpus* do JUC), verificou que existe uma relação importante entre o grau de acessibilidade do antecedente e o dativo anafórico. Os dados evidenciam que o dativo nulo é preferido quando o seu antecedente é recuperado em contexto imediatamente próximo e tende a ocorrer menos quando seu referente está mais distante. Os dados apontaram que, quando o antecedente está em sentença imediatamente anterior, o objeto nulo alcança 77% de ocorrência e a forma tônica precedida de preposição, 23%; quando está em contexto de 2 a 5 orações anteriores, o objeto nulo atinge 70% de uso contra 30% do pronome tônico; por fim,

nos contextos de 6 a 9 sentenças anteriores, tanto o objeto nulo quanto o pronome tônico chegam a 50% de emprego. O gráfico seguinte ilustra os resultados:

Gráfico 5: Forma do complemento dativo segundo a distância em relação ao antecedente, no *corpus* JUC (Berlinck, 1997).



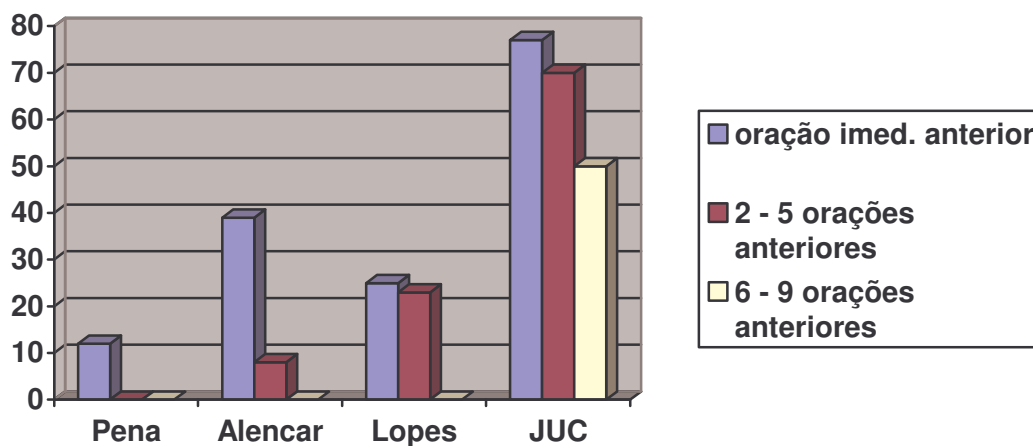
Em estudo anterior, baseado em peças teatrais do século XIX — escritas por Martins Pena (1845), José de Alencar (1857) e S. Lopes (1896) —, Berlinck (1999) verificou que o clítico era a forma mais freqüente de representação do dativo, ao contrário do que ocorreu com o PBM, no qual o pronome nulo mostrou-se ser a forma favorita. Para essa outra amostra, a autora também aplica o fator grau de acessibilidade a fim de apurar se ele estaria atuando do mesmo que no PBM em um outro momento da língua.

Os resultados revelaram que os antecedentes se situam em um contexto próximo ao elemento anafórico correspondente. Quando o referente está na sentença imediatamente anterior, a relação anafórica se realiza principalmente por clíticos e por objetos nulos, isto é, as formas menos salientes, marcadoras de alta acessibilidade. Por outro lado, quando o antecedente está entre 2 e 5 orações antes, aparecem com mais freqüência as formas mais salientes, de acessibilidade mais baixa — os sintagmas preposicionados.

Berlinck (1999) ressalta a situação do objeto nulo a partir de um paralelo entre os dados do século XX e do PBM. O objetivo é mostrar que essa categoria gramatical, junto com o pronome tônico precedido de preposição, deixou de ser uma

forma pouco usada e passou a ser predominante entre as estratégias de expressão do dativo. O gráfico seguinte ilustra a comparação.

Gráfico 6: Freqüência de ocorrência de objeto nulo segundo a distância em relação ao antecedente nos dados do PB do século XIX e no PBM (Berlinck, 1999)



Diante dos resultados, Berlinck (1999) afirma, portanto, que a aplicação do fator grau de acessibilidade do referente, além de ter relevância na caracterização da variação entre formas anafóricas, permite construir um quadro mais fiel do processo de mudança por que passou os complementos verbais no PB.

Freire (2000) também analisou a relação entre as variantes do dativo e o antecedente no PE. O autor não encontrou dados relevantes quanto ao dativo nulo. Os dados mostraram que o clítico é a forma predileta para recuperar antecedentes em oração anterior ou em contexto precedente.

2.4. A colocação dos clíticos

A sintaxe de colocação dos clíticos constitui uma outra forte diferença entre o PB e o PE. O primeiro admite o clítico em posição inicial absoluta na frase, o que é vedado no PE, conforme ilustra a frase abaixo extraída do NURC (Galves, 1998)

(25) Me chocou tremendamente.

Nas locuções verbais, as duas variedades do português também apresentam diferenças na colocação dos pronomes. No PB, mesmo na presença de atratores, o pronome átono ocorrerá em posição proclítica ao verbo principal nas locuções verbais. No PE, ao contrário, os atratores forçarão a próclise ao verbo auxiliar. Vejam-se os exemplos de Galves (*op. cit.*):

- (26) Agora não tinha me lembrado. (PB)
- (27) Agora me não tinha lembrado. (PE)
- (28) Essas indústrias novas que estão se implantando. (PB)
- (29) Essas indústrias novas que se estão implantando. (PE)

Vale observar que, na ausência de atratores, a próclise ao verbo principal vai se manter no PB. No PE, entretanto, ocorrerá a ênclise ao verbo auxiliar. Os exemplos extraídos de Galves et al. (2005) ilustram o fato:

- (30) E tinham se entendido perfeitamente. (PB)
- (31) E tinham-se entendido perfeitamente. (PE)

Dos exemplos apresentados, conclui-se que no PB e no PE, mesmo nos contextos em que há coincidência da próclise, esta não ocorre com o mesmo elemento da frase. No primeiro, o pronome é proclítico ao verbo principal; no segundo, é proclítico ao auxiliar. Segundo Galves (1998), isso evidencia que no PB o pronome tem uma relação mais lexical, com o verbo fonte da interpretação, do que gramatical, com o auxiliar portador dos traços de tempo e de concordância.

Cyrino (1993), em uma pesquisa diacrônica, observou que, no século XVIII, quanto à próclise, o pronome clítico podia subir até uma posição acima de NEG. No entanto, no século XX, o clítico passou a ocupar a posição sempre proclítica em relação ao verbo mais baixo de uma locução. Importa dizer que, no século XX, o uso da próclise tornou-se o preferido entre os falantes do PB, mesmo nos contextos em que tal uso é bloqueado do PE: imperativo afirmativo e início de sentenças. Em relação à ênclise, Cyrino verificou que, no século XVIII, a produtividade era de 100%

nas sentenças com o imperativo afirmativo, nas sentenças com infinitivo impessoal e nas sentenças com gerúndio. No século XX, a ênclise restringiu-se aos clíticos acusativos *a* e *o* em sentenças com infinitivo.

É importante examinar os resultados obtidos por Cyrino no que respeita ao comportamento do clítico ao longo do tempo em posição proclítica ao verbo principal de locuções verbais:

Tabela 7: Pronome proclítico ao verbo principal em locução verbal de estrutura matriz (Cyrino, 1993)

Século	Percentuais
Primeira metade XVIII	0%
Primeira metade XIX	7,7%
Segunda metade XIX	17,6%
Primeira metade XX	52,9%
Segunda metade XXa	63,6%
Segunda metade XXb	100%

Dos dados acima, pode-se inferir que a produtividade da ênclise foi diminuindo progressivamente não só com o verbo principal, mas também com o verbo auxiliar. Por outro lado, constata-se um aumento progressivo da próclise ao verbo principal, a qual se tornou categórica no último período analisado. Em outras palavras, o pronome clítico deixou de ser móvel no século XX e fixou-se à esquerda do verbo mais baixo. Segundo a autora, tal fixação processou-se inclusive em contextos em que havia a partícula atrativa na sentença. Os dados indicam, portanto, que, hoje em dia no PB oral, não se encontram sentenças – comuns na primeira metade do século XVIII – como a que segue:

(32) Pedro havia-me pedido o endereço do Museu de Arte Sacra.

Em uma sentença simples o clítico fixa-se à esquerda do V que carrega a concordância. Entretanto, em sentenças com locução verbal, o clítico vai se fixar à esquerda do V que não carrega a concordância. A ênclise ao auxiliar, portanto, deixa de ser produtiva no PB atual.

Numa perspectiva comparativa entre o PB e o PE, Torres Morais & Ribeiro (2005) descreveram, de forma qualitativa, o padrão de colocação dos clíticos na variante escrita e culta do PB atual. Compararam dados extraídos do romance *O Alquimista*, de Paulo Coelho, publicado em 1988, com a adaptação do mesmo romance publicada em Portugal.

As autoras partem do fato de que no PE, na ausência de “ativadores de próclise”, a ênclise é o padrão normal, ao passo que no PB, segundo as últimas pesquisas, na gramática vernacular, a próclise tornou-se o padrão básico nos domínios finitos e não-finitos. No entanto, Torres Morais & Ribeiro advertem que, embora a próclise no PB seja preferida na fala culta, a competição entre ênclise e próclise persiste. É evidente que a produtividade de ênclise é bem inferior à de próclise, inclusive na língua escrita.

Segundo as pesquisadoras, a presença de ênclise em contextos exclusivos de próclise no PB está associada ao conhecimento adquirido no processo de educação formal. A escola, por insistir em inculcar nos alunos o padrão de colocação pronominal lusitano, cria um estigma em relação aos usos de próclise, típicos na fala do brasileiro. Assim, falantes mais escolarizados tendem a evitar, principalmente, a colocação de pronomes oblíquos no início das sentenças, ou seja, rechaçam a próclise ao verbo e preferem a ênclise.

Os dados apontaram que no PE a ênclise é categórica em sentenças principais com verbo flexionado e com sujeito referencial pré-verbal. No PB, entretanto, no mesmo contexto, a próclise é a colocação normal para qualquer clítico. O mesmo contraste se verifica entre PE e PB, quando na posição de sujeito encontram-se pronomes pessoais ou demonstrativos neutros. As sentenças abaixo ilustram a diferença:

- (33) a) O horizonte *se* tingiu de vermelho, e depois apareceu o sol. (PB)
 b) O horizonte tingiu-*se* de vermelho, e depois apareceu o sol. (PE)
- (34) a) – E eu *lhe* ensino como chegar até o tesouro escondido. (PB)
 b) – E eu ensino-*te* como chegar ao tesouro escondido. (PE)

- (35) a) ...e isto *lhe* deu mais confiança. (PB)
 b) ...e isto deu-*lhe* mais confiança. (PE)

Até mesmo em sentenças com verbos no futuro do presente ou no futuro do pretérito, o PB apresentou a próclise. Nas sentenças do PE, ao contrário, encontrou-se a mesóclise.

- (36) a) Ainda não conhecia este homem, mas os seus olhos experimentados o reconheceriam... (PB)
 b) Ainda não conhecia esse homem, mas os seus olhos experimentados reconhecê-*lo*-iam... (PE)

O estudo revelou as estratégias criadas no PB para substituir os pronomes pessoais: o uso do pronome nulo anafórico na posição de um clítico acusativo ou dativo – inclusive o dativo de posse que freqüentemente é substituído no PB pelo pronome possessivo anafórico –, a retomada do próprio sintagma nominal antecedente e o uso do pronome acusativo somente no primeiro termo da coordenação.

- (37) a) Ela contou [] que era filha do comerciante ... (PB)
 b) Ela contou-*lhe* que era filha do comerciante... (PE)
- (38) a) *Os animais* então se queixavam, e os cameleiros desciam e desatolavam *os animais*. (PB)
 b) *Os animais* então queixavam-se, e os cameleiros desciam e ajudavam-*nos*. (PE)
- (39) a) Envolveu-*as* num lenço e tornou a colocar [] no bolso. (as moedas) (PB)
 b) Envolveu-*as* num lenço e tornou a colocá-*las* no bolso. (as moedas) (PE)
- (40) a) A velha [] segurava suas mãos. (PB)

b) A velha *lhe* segurava as mãos. (PE)

O contraste entre o PB e o PE, relativo à colocação dos pronomes foi observado em outros contextos. No PE, a ênclise permanece obrigatória em sentenças encabeçadas por conjunções coordenativas, na presença de advérbios de modo, tempo e lugar e em sentenças em que o verbo é o elemento inicial (V1). No PB, nesses mesmos contextos, a próclise é o padrão normal, embora possa ocorrer a variação próclise/ênclise. Também identificou-se no PB uma preferência pela realização do sujeito pronominal para se evitar o clítico em posição inicial.

Os dados apontaram uma tendência importante no PB: a substituição dos pronomes clíticos de terceira pessoa pelas formas tônicas *ele(s)/ela(s)*, introduzidas pela preposição *a* ou *para*.

(41) a) Diga *para ele* que o medo de sofrer é pior do que o próprio sofrimento. (PB)

b) Diga-*lhe* que o medo de sofrer é pior do que o próprio sofrimento. (PE)

(42) a) – Vamos, pergunta a ela! (PB)

b) – Vamos, pergunta-*lhe*! (PE)

As pesquisadoras também exploraram o padrão de colocação dos clíticos nos grupos verbais formados com os verbos auxiliares, temporais e aspectuais, *ter/haver/estar/ir* e com o verbo principal no infinitivo, no gerúndio ou no particípio, em sentenças com sujeito referencial em posição pré-verbal e em sentenças com sujeito pronominal e/ou conjunções coordenadas em posição pré-verbal. No PE, ocorre a ênclise sistemática ao verbo flexionado ou ao verbo principal. No PB, ao contrário, ocorre variação entre próclise e ênclise. A próclise no PB pode ocorrer ao verbo principal – o que constitui um fenômeno novo ausente da gramática do PE atual – ou ao verbo auxiliar. No PE, o segundo caso não é encontrado em sentenças principais sem operadores de próclise.

- (43) a) ... mas seu pai havia *lhe* ensinado o respeito pelos mais velhos. (PB)
 b) ... mas o pai tinha-*lhe* ensinado o respeito pelos mais velhos. (PE)

Nas sentenças com a ordem V1, o PE apresenta o pronome enclítico ao verbo principal, ao passo que no PB encontra-se a variação próclise/ênclise ao verbo principal.

- (44) a) -...vou *me* sentir pior do que me sentia antes. (PB)
 b) - ...vou sentir-*me* pior do que me sentia antes. (PE)

Na presença de um operador de próclise, no PE ocorre próclise ao verbo flexionado ou ênclise ao verbo principal. Já no PB ocorre variação entre próclise e ênclise sempre em relação ao verbo principal.

- (45) a) – Pensei que ia *me* ensinar aquilo que sabe. (PB)
 b) – Pensei que *me* ia ensinar aquilo que sabe. (PE)

Em sentenças com os verbos de controle – querer, desejar, prometer, poder, dever – verificou-se que a ênclise ao verbo não-finito é o padrão. No PB, em contrapartida, predomina o padrão inovador: próclise ao verbo principal.

- (46) a) – resolveu *me* dar aulas de Alquimia. (PB)
 b) – resolveu dar-*me* aulas de Alquimia. (PE)

Quando a forma verbal não flexionada é antecedida por uma preposição, no PE ocorre ênclise sistemática com a preposição *a* e variação próclise/ênclise com outras preposições. Já no PB há a variação próclise/ênclise independentemente da preposição.

- (47) a) ... começou a *lhe* contar as coisas da Alma do Mundo. (PB)
 b) ...começou a contar-*lhe* as coisas da Alma do Mundo. (PE)

Por fim, Torrais Morais & Ribeiro verificaram que, em construções com verbos causativos e sensitivos/perceptivos, no PE, o sujeito pronominal das completivas de infinitivo ocorre enclítico ou proclítico ao verbo principal. No PB, ao contrário, no mesmo contexto, encontra-se o pronome proclítico ao verbo da sentença principal.

- (48) a) As sentinelas *o* deixaram passar.
 b) As sentinelas deixaram-*no* passar.

O estudo das autoras mostrou que o padrão culto de colocação do clítico no PB escrito difere do padrão culto lusitano. O que se viu no texto formal escrito no Brasil é uma gramática que aos poucos se distancia da prescrição normativa.

2.5. A alternância dativa

Torres-Morais & Berlinck (2006) revelam um importante contraste entre o PB e o PE no que diz respeito à interpretação do argumento dativo. Para as autoras, o PE, ao contrário do PB, enquadra-se no grupo de línguas (espanhol, grego, inglês, entre outras) que exibem as propriedades sintáticas e semânticas das construções de objeto duplo, também conhecidas como construções aplicativas. Nessas sentenças, encontram-se, invariavelmente, dois objetos: um direto e um indireto.

As construções de objeto duplo na literatura acadêmica são incluídas normalmente no fenômeno conhecido como “alternância dativa”. Caracterizam-se por apresentar verbos ditransitivos cujo argumento dativo é expresso ora na forma de um PP, ora na forma de um DP. (49a) ilustra a construção ditransitiva preposicionada; (49b), a construção de objeto duplo.

- (49) a) Paul gave the book **to Peter**.
 b) Paul gave **Peter** a book.

Torre Morais & Berlinck (2006) postulam que a alternância dativa se manifesta no português lusitano em sentenças ditransitivas com verbos transitivos de atividade direcional (*enviar, roubar, etc.*) e com verbos transitivos de criação (*fazer, desenhar etc.*).

Nessa perspectiva, o PE apresentaria duas possibilidades para a expressão do argumento dativo. Nas sentenças ditransitivas preposicionadas (exemplos 50b, 51b e 52b), haveria um argumento introduzido por uma preposição lexical verdadeira (PP) – *em, para* ou *de*. Nas sentenças com objeto duplo (50a, 51a e 52a), o argumento dativo seria expresso na forma de um argumento pleno *a*-DP ou como um pronome clítico.

- (50) a) O Ricardo **entregou** o envelope **ao Paulo**/ entregou-**lhe** o envelope.
b) O Ricardo **entregou** o envelope **para o Paulo/ao Banco do Brasil**.
- (51) a) O Ricardo **roubou** o livro **ao Pedro**/ roubou-**lhe** o livro.
b) O Ricardo **roubou** o livro **do Pedro**
- (52) a) O Ricardo **fez** uma caipirinha **ao Pedro**/ fez-**lhe** uma caipirinha.
b) O Ricardo **fez** uma caipirinha **para Pedro**.

É importante verificar diferenças semânticas entre uma e outra construção da alternância dativa. Em 50, há uma diferença entre *entregar a* e *entregar para*. No primeiro caso, temos a idéia de entregar diretamente. Assim, o envelope saiu da mão de Ricardo para a mão de Paulo. Este, em nome daquele, poderia entregar o envelope a um terceiro. No segundo caso, o envelope pode não ter sido entregue diretamente a Paulo.

Em 50b, se considerarmos o locativo como o argumento preposicionado, não será possível substituí-lo por *lhe* ou *lhes*. No entanto, em alguns contextos, a forma plural *lhes* poderá ocupar o lugar de um locativo. Dessa forma, a sentença “*Pedi que o mensageiro fosse ao Banco do Brasil entregar-lhes o envelope.*” é gramatical. Isso porque ocorre uma relação dinâmica de posse entre o recipiente e o tema. Daí a

idéia de que as sentenças serão gramaticais apenas se houver uma interpretação direcional de posse entre o argumento dativo e o objeto direto, o que não é possível se o primeiro for um locativo puro.

Em 51a, encontramos a inversão da relação direcional de posse. O argumento dativo é interpretado como *fonte* e não como *recipiente*. Embora o livro não tenha que estar com o Pedro no momento do roubo, é possível interpretar que Pedro é mais diretamente afetado pelo evento expresso pelo verbo. Em 51b, essa interpretação não é possível, mesmo sabendo que Pedro é o possuidor do livro.

Do confronto entre 52a e 52b, depreende-se que, na primeira construção, o Ricardo fez a caipirinha ao Pedro, porque este, por alguma razão, não podia fazê-la. No entanto, não fica definido que Pedro tomará a caipirinha. Pode ocorrer de a bebida ter sido feita para um amigo de Pedro. Essa interpretação, entretanto, não aplica à segunda construção. Nesta, o Pedro será quem vai tomar a caipirinha, segundo a perspectiva do Ricardo.

Do exposto acima, infere-se que as sentenças de uma alternância dativa, embora expressem o mesmo evento, podem receber interpretações diferentes.

Torres Morais & Berlinck observam que vários estudos sobre os verbos ditransitivos que compõem a alternância dativa postularam uma estrutura que instancia, além do V e v, um núcleo adicional introdutor de argumentos, o qual é denominado *núcleo aplicativo*. As pesquisadoras defendem que a estrutura de objeto duplo no PE é uma construção aplicativo. Baseiam sua defesa na teoria de núcleos aplicativos desenvolvida por Pylkkänen (2002) e aplicada ao espanhol por Cuervo (2003).

De acordo com Pylkkänen (2002), é possível estabelecer uma tipologia universal dos argumentos aplicativos se considerarmos a semântica da construção. Ao observar diferenças semânticas entre construções aplicativos do inglês e de línguas bantas, a autora postulou dois tipos de núcleos aplicativos que podem, ou não, ser expressos nas línguas: aplicativos altos e aplicativos baixos. Os primeiros denotam uma relação entre o argumento aplicado e o evento; os segundos, uma relação entre dois indivíduos: o argumento dativo e o objeto direto. Ambas as

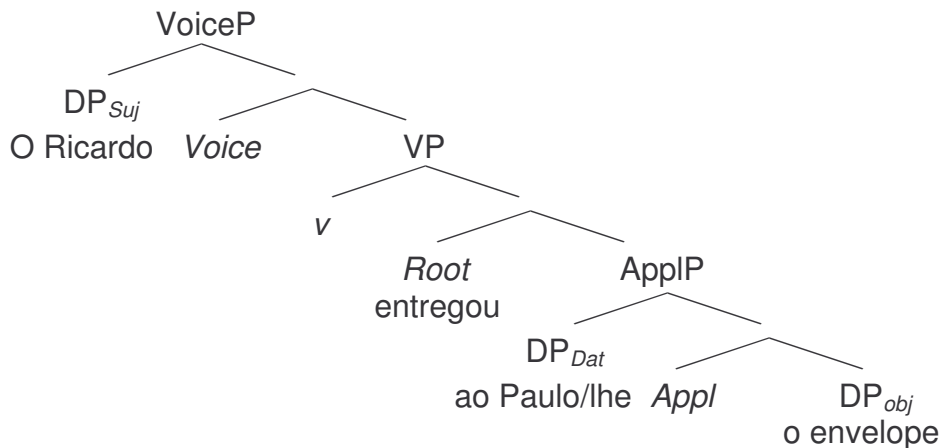
relações são estruturais. Os núcleos aplicativos baixos são compostos abaixo da raiz verbal e os altos, acima de tal raiz.

O estudo de Pylkkänen indica que o DP-*tema* — complemento do núcleo aplicativo baixo — relaciona-se ao especificador desse núcleo aplicativo. Por outras palavras, o DP mais alto estabelece com o mais baixo uma relação dinâmica de transferência de posse determinada pelo núcleo aplicativo baixo. Segundo a pesquisadora, na construção de objeto duplo do inglês, há uma relação necessária entre o argumento aplicado e o OD.

Para Torres Morais e Berlinck, portanto, os argumentos dativos têm significado estrutural, pois fazem parte dos eventos descritos pelos verbos e são licenciados, tanto do ponto de vista sintático como semântico, por um núcleo aplicativo. O fato de apresentarem diferenças de significação não compromete seu significado estrutural. Essas divergências ocorrem, porque o DP-*dativo* pode ocupar diferentes posições na estrutura em que é licenciado. A seguir, 53a e 53b representam as estruturas de 50a e 50b:

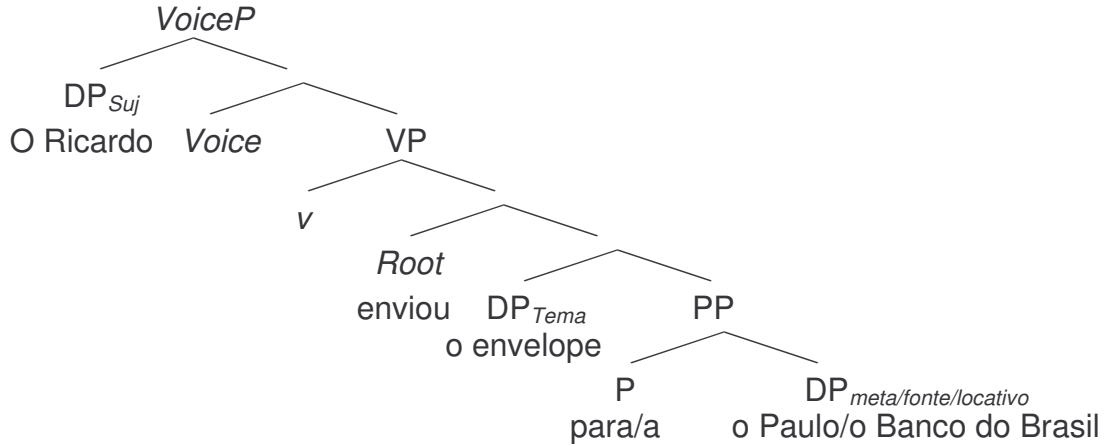
(53)

a) Estrutura de objeto duplo em português



(53)

b) Estrutura ditransitiva preposicionada



As duas autoras afirmam que o fato de, em sentenças com o redobro do clítico, as formas pronominais *a ele(a)*, *a eles(as)* estabelecerem uma relação anafórica com os clíticos *lhe* e *lhes* revela que o pronominal dativo é um *a*-DP e não um PP. Esses clíticos podem se comportar como marcas de concordância no caso do redobro obrigatório com as formas pronominais ou como argumentos — gerados, portanto, em posição argumental. Por essa razão, ocorre a distribuição complementar na estrutura de objeto duplo entre o clítico *lhe* e a forma plena *a*-DP, o que aponta a impossibilidade de redobro do clítico e, por conseguinte, revela que, em português, o núcleo aplicativo é nulo nas construções de objeto duplo.

Como demonstrado em vários estudos (Galves & Abaurre 1996, Berlinck 1997, Cyrino 2000, Gomes 2003, Bispo 2004 entre outros), a expressão do argumento dativo no PB é diferente da do PE. Neste o clítico dativo de terceira pessoa é categoricamente *lhe(s)* e a preposição que introduz o argumento dativo é categoricamente *a*. Naquele, ao contrário, ocorre uma gradativa perda dos clíticos de terceira pessoa e uma freqüente substituição da preposição *a* pela preposição *para*. Considerando esses dados e o quadro teórico que prevê um núcleo aplicativo introdutor de argumentos, Torres Morais & Berlinck postulam que o PB perdeu a propriedade gramatical de expressar morfologicamente o argumento dativo, ou seja,

perdeu a possibilidade de expressar o argumento dativo por meio do núcleo aplicativo.

Para as autoras, o PB reanalisou o argumento dativo como um PP nos contextos em que é expresso como um constituinte pleno e nos contextos em que é expresso como uma forma pronominal forte. No PE, a preposição *a* pode funcionar como um marcador de caso ou como uma preposição plena. No PB, em contrapartida, trata-se de uma preposição verdadeira que concorre com *para*, *de* e *em*. Desse modo, conclui-se que as construções de objeto duplo em PB equivalem a estruturas ditransitivas preposicionadas.

3. FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Para analisar, em uma perspectiva sincrônica, a variação na expressão do dativo anafórico de terceira pessoa no português escrito brasileiro e europeu e, ao mesmo tempo, explicitar diferenças entre essas duas variedades, este trabalho será desenvolvido de acordo com perspectivas teórico-metodológicas da Teoria Gerativa e da Teoria da Variação Lingüística Laboviana. Este capítulo estabelecerá os pressupostos teóricos e a metodologia de trabalho que nortearão a investigação do aspecto lingüístico em foco.

3.1. Pressupostos teóricos

Durante algum tempo, a Teoria Gerativa e a Teoria Variacionista foram consideradas modelos teóricos inconciliáveis. Essa incompatibilidade decorria do fato de a Teoria Gerativa centrar-se, sobretudo, no estudo da competência do falante, ou seja, naquilo que Chomsky (1985) denominou língua-Interna (ou língua-I) e a Teoria da Variação focalizar os usos da língua, isto é, a língua-Exteriorizada (ou língua-E).

No entanto, nas últimas décadas, com a divulgação da teoria de Princípios e Parâmetros de Chomsky (1981) e com o interesse pela aquisição da linguagem e pela mudança lingüística, muitos pesquisadores convenceram-se de que a articulação dos dois modelos poderia ser produtiva e reveladora para os estudos lingüístico-descritivos.

3.1.1. A teoria de Princípios e Parâmetros

Desde que Noam Chomsky apresentou nas *Conferências de Pisa*, em 1979 (*apud* Raposo, 1992), um novo modelo teórico para os estudos da linguagem, o interesse pela gramática gerativa foi revitalizado. Hoje, o quadro conceitual de tal gramática tem fornecido fundamentos teóricos para um conjunto importante de pesquisas lingüísticas.

Em linhas gerais, o programa gerativista postula que as línguas naturais são inerentes aos seres humanos e que a capacidade de falar uma língua tem relação direta com a genética dos humanos, o que os diferencia das outras espécies. Em outras palavras, a teoria gerativa baseia-se no princípio de que a linguagem é uma faculdade inata, albergada no cérebro humano. Esse fato, portanto, revela-nos que a mente humana detém um complexo sistema de cognição, transmitido geneticamente, que capacita os seres humanos a adquirir uma determinada língua a partir dos dados (*input*) a que são expostos.

Segundo Miotto et al. (2004), é preciso levar em conta que a mente humana é “modular”, ou seja, é formada por “órgãos” responsáveis por diferentes atividades. Assim, inferimos que a faculdade da linguagem é mais um módulo no cérebro que interage de forma complexa com outros módulos mentais autônomos e apresenta, portanto, suas especificidades, as quais possibilitam que a mente lide com as diversas características das línguas naturais. Esse complexo sistema responsável pela linguagem, hospedado na mente dos adultos, constitui o que se denomina *gramática*, conceito que, no âmbito da Teoria Gerativa, deve ser entendido como “conhecimento que um falante tem de sua língua materna” (Miotto et al., 2004:20).

Partindo dessas considerações, podemos entender que o módulo mental responsável pela linguagem apresenta um “estado inicial” (S_0) – que se desenvolve a partir da influência do meio e das experiências pessoais – e atinge um estágio estável (S_1). A esse estágio inicial chamamos *Gramática Universal (GU)*. De acordo com tal concepção, o desenvolvimento da faculdade da linguagem é determinado por princípios internos uniformes para todos os seres humanos.

Nesse contexto de estudos voltados para a GU, surge o modelo teórico de *Princípios e Parâmetros*, proposto por Chomsky (1981), no qual a GU constitui-se de dois tipos de princípios. Os primeiros são leis gerais comuns a todas as línguas e recebem o nome de *Princípios*. Os segundos são propriedades, determinadas pela experiência lingüística de um falante e podem ou não ser exibidos por uma dada língua. Recebem o nome de *parâmetros* e são responsáveis pelas diferenças entre as línguas.

Nessa perspectiva, devemos admitir que uma sentença que viola um *princípio* não será tolerada em nenhuma língua natural. Por outro lado, uma sentença que não esteja de acordo com um *parâmetro* pode ser gramaticalmente aceitável em uma língua e inaceitável em outra.

Este trabalho procurará verificar se a gramática do PB e do PE fixam parâmetros distintos na expressão do OI.

3.1.2. A sociolingüística Variacionista

A sociolingüística é uma disciplina, com metodologia própria, que investiga os fatos da língua em seu contexto social e procura dar conta da variação lingüística que é própria do sistema lingüístico (Silva-Corvalán, 1996; Monteiro, 2000). Nesse sentido, tal disciplina também se preocupa em explicar o efeito dos aspectos sociais e lingüísticos sobre o modo como se usa a linguagem, focalizando, inclusive, as suas regras sociais e os contextos de comunicação.

Há algumas décadas, a sociolingüística insurgiu-se contra alguns modelos teóricos – entre eles o gerativismo de Chomsky – que se centravam na estrutura abstrata das línguas, apartavam o fator social dos estudos lingüísticos e consideravam a variação livre. Esses modelos entendiam que a comunidade de fala, em geral, era homogênea, fato que contrariava uma das principais premissas dos sociolingüistas: a de que a língua é essencialmente heterogênea e diversificada, isto é, caracterizada pela variação inerente às regras gramaticais.

William Labov foi o precursor do modelo teórico-metodológico da Sociolingüística e quem mais insistiu na relação entre língua e sociedade. Para o pesquisador, a variação própria e existente em uma dada língua pode ser sistematizada.

Na perspectiva de Labov, pesquisadores sociolingüistas voltaram-se para a gramática da comunidade de fala e não para a gramática da língua, que era objeto da pesquisa estruturalista. Passaram a adotar a noção de heterogeneidade que não se vinculava à variação livre, porque os fatos estudados, em tal modelo, passam a ser correlacionados a fatores externos e internos da língua. Assim, a noção de

variação sistemática torna-se o norte dos estudos sociolingüísticos. Trata-se de uma noção baseada em uma heterogeneidade estruturada, pois parte do pressuposto de que a variação é própria da língua e não ocorre de forma aleatória.

É importante acrescentar que o modelo teórico de inspiração laboviana também é chamado por muitos pesquisadores de “sociolingüística quantitativa”, porque lida com números e com o estudo estatístico de dados coletados em situações reais de comunicação.

Na pesquisa sociolingüística, duas ou mais formas diferentes de expressar um conteúdo constituem uma variável lingüística. As formas que se alternam na expressão de uma idéia em um mesmo contexto são chamadas de variantes lingüísticas. Um exemplo de fenômeno de variação no português brasileiro escrito pode ser encontrado na expressão do dativo, objeto de estudo desta pesquisa. Conforme atestam várias pesquisas (Berlinck 1997, Bispo 2004, Freire, 2000, 2005, entre outros), há um conjunto de variantes na realização da variável objeto indireto anafórico, a saber: clítico (cf. (01)), o pronome lexical precedido da preposição *a* ou *para* (cf. (02) e (03)), categoria vazia (cf. (04)).

(01) Úrsula se atreveu a **lhe** (Jose A. Buedía) perguntar por que o fazia [...] (PB)

(02) As crianças haviam de recordar [...] a solenidade com que o pai [...] revelou **a eles** a sua descoberta. (PB)

(03) Então optou por mentir **para ele** (Jose A. Buedía) (PB)

(04) Fazia-o contar ____ [Aureliano Buendía] as minuciosas peripécias [...] (PB)

Essas variantes estão em duelo nos usos da língua até que uma entre elas vença a competição e se constitua na forma definitiva. Quando isso ocorrer, o processo de mudança estará concluído.

Do quadro teórico da sociolingüística quantitativa, importa a esta pesquisa a metodologia de quantificação de dados, a qual será importante, pois permitirá que se

analisem quantitativamente as estratégias de expressão do dativo na língua escrita formal do PB e do PE e, mais do isso, que se identifiquem diferenças entre as gramáticas dessas duas variedades do português.

Os dados serão submetidos ao Goldvarb, programa que permitirá verificar:

- ✓ a frequência geral das variantes que expressam o OI tanto no PB quanto no PE;
- ✓ a seleção dos fatores estatisticamente mais relevantes;
- ✓ os fatores descartados como numericamente irrelevantes;
- ✓ o cruzamento de fatores.

3.2. Metodologia

Em sintonia com uma das tendências dos últimos estudos sobre variação lingüística, esta pesquisa, a fim de cumprir seus objetivos, faz o casamento dos pressupostos da teoria de Princípios e Parâmetros com alguns fundamentos metodológicos da Sociolingüística Variacionista, sobretudo no que diz respeito à quantificação de dados.

Como o propósito principal deste trabalho é investigar, em uma perspectiva comparativa, a representação do argumento dativo de terceira na língua escrita formal do PB e do PE, constituiu-se um *corpus* a partir da tradução brasileira (2003) e da tradução portuguesa (1995) do romance *Cem Anos de Solidão* de Gabriel Garcia Marques. A escolha das traduções se explica pelo fato de exibirem, tanto no Brasil como em Portugal, a variante reconhecida como a norma culta padrão da língua, a qual, no Brasil, geralmente, é transmitida aos falantes em situação formal de aprendizagem.

No caso da variedade brasileira, a amostra possibilitará que se verifique, em uma variante conservadora da língua — a escrita —, o grau de implementação das variantes — já identificadas na fala por diversos pesquisadores (Berlinck, 1997; Freire, 2000, 2005; Bispo, 2004, entre outros) — referentes à realização do argumento dativo de terceira pessoa. Além disso, será possível examinar se a gramática desse texto formal respeita as prescrições das gramáticas normativas.

No estudo, foi determinada como variável dependente o argumento dativo anafórico de terceira pessoa. As variantes que se enfrentam na expressão de tal variável são o clítico *lhe/lhes*, o pronome lexical nas formas *a/para ele(a)/(s)* e o pronome nulo.

Para analisar o comportamento das variantes nas amostras do PB e do PE, selecionamos os seguintes grupos de fatores:

a) Tipo de verbo – Adotou-se a tipologia verbal proposta por Torres-Morais & Berlinck (2006), pois ela mais amplamente alcança os casos de argumentos dativos selecionados nas amostras do PB e do PE, a saber, os que aparecem na grade argumental de verbos transitivos, inacusativos, causativos e incoativos. Seguem exemplos das amostras:

(i) Verbos transitivos de atividade direcional. Incluem-se nessa categoria os verbos de transferência material (*dar*), verbal (*dizer*) e os verbos de movimento físico (*levar*) e abstrato (*impor*):

(05) [...] Úrsula pôde por fim **lhe** [José A. Buendía] dar uma notícia que parecia verdade. (PB)

(06) [...] Úrsula, por fim, pôde dar-**lhe** [José A. Buendía] uma notícia que parecia verdade. (PE)

(07) [...] e eu **lhes** [três homens] disse que o pusessem aí no canto [...] (PB)

(08) [...] e eu disse-**lhes** [três homens] que o pusessem aí, no canto [...] (PE)

(09) [...] todas as mães **lhe** [AS] levaram as suas filhas. (PB)

(10) [...] todas as mães **lhe** [AS] levaram as filhas. (PE)

(11) [...] a antiga aprendiz de rainha teve liberdade para selecionar os comensais e **lhes** [comensal] impor as rígidas normas [...] (PB)

(12) [...] a antiga aprendiz de rainha teve liberdade para seleccionar os comensais e impor-**lhes** [comensal] as rígidas normas [...] (PE)

(ii) Verbo transitivo de criação

(13) Preparou-**lhes** [os filhos] uma repugnante poção [...] (PB)

(14) Preparou-**lhes** [os filhos] uma poção repugnante [...] (PE)

(iii) Verbo transitivo de atividade não-direccional

(15) Ela o deixou terminar acariciando-**lhe** [Aureliano] a cabeça com as pontas dos dedos [...] (PB)

(16) Ela deixou-o acabar coçando-**lhe** [Aureliano] a cabeça com as pontas dos dedos [...] (PE)

(iv) Verbo transitivo estativo

(17) Esta conversa, o rancor magoado que sentia contra o pai e a iminente possibilidade de um amor desaforado inspiraram-**lhe** [JA] uma serena valentia. (PB)

(18) Esta conversa, o rancor que guardava contra o pai e a possibilidade iminente de um amor desmedido inspiraram-**lhe** [JA] uma serena valentia. (PE)

(v) Inacusativo psicológico

(19) Sentia-se tão distante e ocupado que o seu regresso **lhe** [Gastón] parecia impossível. (PB)

(20) Sentia-se tão distante e ocupado que o seu regresso parecia-**lhe** [Gastón] impossível. (PE)

(vi) Inacusativo existencial

(21) [...] e no outro lado da crise encontrara o estranho sentimento de valentia que **lhe** [Meme] faltara para fugir do colégio [...] (PB)

(22) [...] e do outro lado da crise encontrara o esquisito sentimento de valentia que **lhe** [Meme] fez falta para fugir do colégio [...] (PE)

(vii) Inacusativo (outros)

(23) [...] de modo que **lhe** [AB] bastava ler a inscrição para identificá-la. (PB)

(24) [...] de modo que **lhe** [AB] bastava ler a inscrição para as identificar. (PE)

(viii) Causativo

(25) Visitación não o reconheceu ao abrir-**lhe** [Melquíades] a porta [...] (PB)

(26) Visitación não o reconheceu ao abrir ____ [Melquíades] a porta [...] (PE)

(ix) Incoativo

(27) O buço povoou-se ____ [JA] de uma penugem incipiente. (PB)

(28) O buço povoou-se-**lhe** [JA] de uma penugem incipiente. (PE)

(x) Inergativo

(29) A perplexidade não **lhe** [JAS] durou muito tempo [...]. (PE)

b) Papel temático do argumento dativo:

(i) **Recipiente** – representa a entidade para a qual algo é transferido:

(30) [José A. Buendía] Construiu outro [...] reuniu no quartinho homens do povoado e demonstrou **a eles** [...] a possibilidade de regressar ao ponto de partida [...] (PB)

(31) [José A. Buendía] Construiu outro, reuniu no quartinho os homens da aldeia e demonstrou-**hes** [...] a possibilidade de regressar ao ponto de partida [...] (PE)

- (ii) **Beneficiário:** representa a entidade em cujo proveito se realiza a ação do verbo:
- (32) Úrsula vestia [...] umas calças compridas rudimentares que sua mãe **lhe** fabricou com lona de veleiro [...] (PB)
- (33) Úrsula vestia [...] umas calças reforçadas que a mãe **lhe** fizera com lona de veleiro [...] (PE)
- (iii) **Possuidor:** representa a entidade que possui algo.
- (34) Ela o deixou terminar acariciando-**lhe** [Aureliano] a cabeça com as pontas dos dedos [...] (PB)
- (35) Ela deixou-o acabar coçando-**lhe** [Aureliano] a cabeça com as pontas dos dedos [...] (PE)
- (iv) **Fonte** – representa a entidade que está na origem de uma dada situação:
- (36) [...] o capitão **lhe** [um soldado] arrancou o fuzil [...] (PB)
- (37) [...] o capitão tirou-**lhe** então a espingarda [...] (PE)
- (v) **Experienciador** – representa a entidade que é a sede psicológica ou física de uma dada propriedade ou relação:
- (38) Essa comprovação aliviou-a do desprazer que **lhe** [Meme] causava a sua altivez [...] (PB)
- (39) Essa verificação aliviou-a do desagrado que **lhe** [Meme] causava a sua altivez [...] (PE)

(vi) **Afetado**

- (40) [...] e sua alma se ____ [Fernanda] cristalizou com a saudade dos sonhos perdidos. (PB)
- (41) [...] e a alma cristalizou-se-**lhe** [Fernanda] com a nostalgia dos sonhos perdidos. (PE)

(vii) **Ético**

Era tão bonito [...] com uma elegância que **lhe** [um forasteiro] assentava tão bem [...] (PE)

c) Traço semântico

(i) [+ animado]

- (42) Escreveu uma extensa carta a seu filho JA [...] e nela **lhe** comunicou que a sua irmã Renata [...] (PB)
- (43) Escreveu uma extensa carta ao filho JA [...] e nela comunicou-**lhe** que a sua irmã Renata [...] (PE)

(ii) [- animado]

- (44) [...] e armava-**lhe** [pênis] laços de organza e chapeuzinhos de papel prateado. [...] (PB)
- (45) [...] e faziam de conta que envenenavam a sopa deitando-**lhe** pó de asas de borboletas [...] (PE)

d) Colocação do clítico – embora esse fator não esteja diretamente relacionado com a expressão do argumento dativo, ele será analisado quantitativamente no próximo capítulo. O objetivo é mostrar, por um lado, que a posição do clítico na

sentença é mais um fator que diferencia fortemente o PB do PE. Por outro lado, pretende-se examinar em que grau o texto formal do PB assimila o padrão de colocação dos clíticos descrito nas gramáticas normativas e adquirido pelo falante em situação formal de aprendizagem. Para tanto, analisaremos o comportamento do clítico nos seguintes contextos:

(i) Próclise a um verbo finito:

(46) Mas Fernanda **lhe** (AS) confessou que simplesmente estava deixando passar duas semanas [...] (PB)

(47) As crianças haveriam de recordar [...] a solenidade com que o pai [...] **lhes** revelou a sua descoberta. (PE)

(ii) Ênclise a um verbo finito:

(48) Ordenou-**lhes** (advogados) que o deixassem em paz [...] (PB)

(49) Reuniu no quartinho os homens da aldeia e demonstrou-**lhes** [...] a possibilidade de regressar ao ponto [...] (PE)

(iii) Próclise ao auxiliar:

(50) [...] Úrsula **lhes** (soldados) foi designando novas tarefas. (PB)

(51) Sabia que para oriente ficava a serra impenetrável [...] segundo **lhe** [José A. Buendía] tinha contado o primeiro AB [...] (PE)

(iv) Ênclise ao auxiliar:

(52) Haviam-**lhe** (Gastón) anunciado o embarque do avião [...] (PB)

(53) [...] Úrsula foi-**lhes** (soldados) dando novas tarefas. (PE)

(v) Próclise ao verbo principal (infinitivo, gerúndio ou particípio):

(54) Dissera-o a Aureliano e inclusive fizera planos para **lhe** deixar um negócio montado [...] (PB)

(55) A carta, dirigida a JAB, estava escrita em termos muito carinhosos por alguém que continuava a gostar muito dele [...] e que se sentia obrigado [...] a fazer a caridade de **lhe** [José A. Buendía] mandar aquela pobre orfãzinha [...]

(vi) Ênclise ao principal (infinitivo ou gerúndio):

(56) [...] e estava tentando ensinar-**lhe** (Aureliano) as danças da moda. (PB)

(57) Mas acabaram por se limitar a oferecer-**hes** (os filhos) uma prenda e a serem madrinhas. (PE)

(vii) Mesóclise

(58) “A primeira coisa que farei ao chegar será perguntar por ele e dar-**lhe**-ei [uma pessoa] o seu recado” (PE)

e) Tipo de sentença

(i) Sentença raiz:

(59) Ela **lhe** (JA) pediu que nessa noite fosse procurá-la. (PB)

(60) Perguntaram-**lhe** (Remedios) se era verdade que estava decidida a casar-se [...] (PE)

(ii) Subordinada:

(61) [...] e você me diz no ouvido todas as porcarias que **lhe** (JA) vierem à cabeça. (PB)

- (62) JA esquecera-os, porque a vida do mar **lhe** saturara a memória com demasiadas coisas dignas de serem recordadas. (PE)
- (iii) Coordenada:
- (63) Aureliano [...] percebeu que a aflição do irmão não tinha origem na busca da pedra filosofal, mas não **lhe** (JA) conseguiu arrancar nem uma confiança. (PB)
- (64) O doutor levou-o à janela e observou-**lhe** [Aureliano Buendía] o interior da pálpebra inferior. (PE)

Os dados selecionados na amostra do PB e na do PE foram codificados e submetidos ao Goldvarb 2001. O procedimento possibilitou a análise, em termos quantitativos, do comportamento das variantes do complemento dativo anafórico de terceira pessoa e da colocação dos clíticos em dois corpora de língua formal.

O próximo capítulo apresentará os resultados das análises estatísticas das três variantes em foco.

4. ANÁLISE DOS DADOS

4.1. Resultados da análise quantitativa

Esta seção apresentará a análise dos dados. Focalizei três possibilidades de expressão do dativo: o clítico *lhe*, as formas *a/para ele(s)* e o pronome nulo. Considerei os contextos lingüísticos que estariam favorecendo a realização das três variantes, para avaliar o grau de implementação dessas formas no português escrito formal do Brasil e de Portugal.

A análise das sentenças selecionadas em *corpus* de língua escrita do PB e do PE revelou as seguintes variantes na realização do dativo:

a) uso do clítico dativo

(01) [...] devolveu-**lhe** [José A. Buendía] os dobrões a troco da lupa [...]. (PE)

(02) [...] devolveu-**lhe** [José A. Buendía] os dobrões em troca da lupa [...]. (PB)

b) uso dos pronomes lexicais

(03) [...] e encontrou nas cinzas apagadas a comida que deixara **para ela** (Fernanda) no dia anterior. (PB)

(04) [...] como se o chão que ele pisava com as suas finas botas de verniz em outro lugar do mundo transmitisse **a ela** [Rebeca] o peso e a temperatura do seu sangue [...] (PB)

c) uso do pronome nulo

(05) "Muito em breve vamos ter ouro de sobra para assoalhar a casa, respondeu ___ o marido". (PB)

(06) [...] os garotos habituaram-se a pensar no avô como num ser lendário que ___ transcrevia versos piedosos nas cartas [...]. (PE)

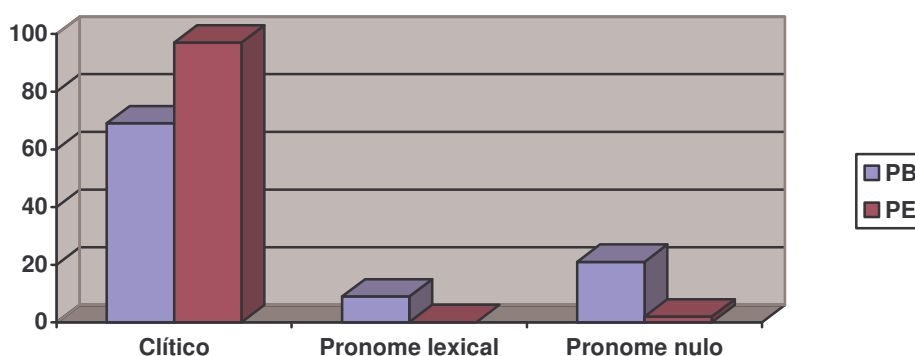
A tabela abaixo apresenta o total de dados, distribuídos de acordo com as três variantes analisadas:

Tabela 8: Distribuição dos dados de acordo com a variante usada.

Variante	Clítico		Pronome lexical		Pronome nulo	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
PB	575/829	69%	78/829	9%	176/829	21%
PE	1020/1047	97,5%	1/1047	-	26/1047	2,5%

Dos percentuais da tabela, pode-se inferir que, no PE, a língua escrita formal emprega o clítico *lhe* de forma preponderante na realização do dativo anafórico de terceira pessoa, ao passo que, no PB, o *lhe*, ainda que tenha alta produtividade, começa a ceder espaço para duas variantes do dativo de terceira pessoa: o pronome lexical e o pronome nulo. O gráfico a seguir mostra a distribuição das variantes segundo a variedade do português:

Gráfico 7: Distribuição das variantes conforme a variedade do português.



O gráfico revela que, embora o emprego do pronome nulo na realização do dativo seja um ponto comum entre PB e PE, o contraste entre as duas variedades do português é muito forte. Os resultados mostram que o PB utiliza o pronome nulo cerca de dez vezes mais do que o PE. Esse fato evidencia que uma estratégia marcante de expressão do dativo na fala dos brasileiros (Berlinck 1997, 1998, Freire,

2000, entre outros) — o pronome nulo — começa a ter um emprego considerável no PB escrito formal.

Os dados também apontam que o pronome lexical constitui uma estratégia de expressão do dativo exclusiva do PB, a qual, segundo pesquisas lingüísticas (Berlinck 1997, Freire 2000, Bispo, 2004, entre outros), assim como o pronome nulo, é comum na fala dos brasileiros. No entanto, chama a atenção uma única ocorrência de pronome lexical na amostra do PE:

(07) Uma manhã [Aureliano] foi acender o fogão como de costume e encontrou nas cinzas apagadas a comida que deixara **para ela** [Fernanda] na véspera. (PE)

Trata-se de um dado que aparentemente contraria o que os resultados de pesquisas comparativas entre PB e PE têm revelado em termos de expressão do dativo. Freire (2000, 2005), por exemplo, com base em amostra de língua falada culta e de língua escrita formal, não encontrou uma única ocorrência de pronome lexical em construções dativas, nos dados do PE. Torres-Morais & Berlinck (2006) afirmam que o PE restringe a forma pronominal preposicionada do dativo (*a ele, a ela*) a contextos de redobro do clítico, de valor contrastivo e de deslocamento do pronome tônico para o início da sentença, situação em que o redobro do clítico é opcional. A sentença (08) parece não se enquadrar em nenhum dos três contextos citados.

Outro aspecto intrigante no exemplo acima é o uso da preposição *para* antes do pronome lexical, o que não condiz com a norma padrão do português lusitano nem com os resultados de trabalhos acadêmicos (Torres-Morais & Berlinck, 2006, Freire 2000, 2005, Bispo, 2004 entre outros). Segundo Mira Mateus et al. (2005), o OI é introduzido necessariamente pela preposição *a* no PE e é cliticizável por *lhe*.

Entretanto, se considerarmos a alternância dativa prevista no PE (Torres-Morais & Berlinck, 2006; Torres-Morais, 2007) e apresentada no capítulo 2, chegaremos à conclusão de que (08) contraria o padrão lusitano e as pesquisas acadêmicas apenas de forma aparente. Isso porque, em tal sentença, o argumento dativo foi expresso por uma estrutura ditransitiva preposicionada e não por uma

estrutura applicativa ou de objeto duplo. As sentenças seguintes, retiradas da amostra do PE, ilustram estruturas applicativas com o verbo *deixar*:

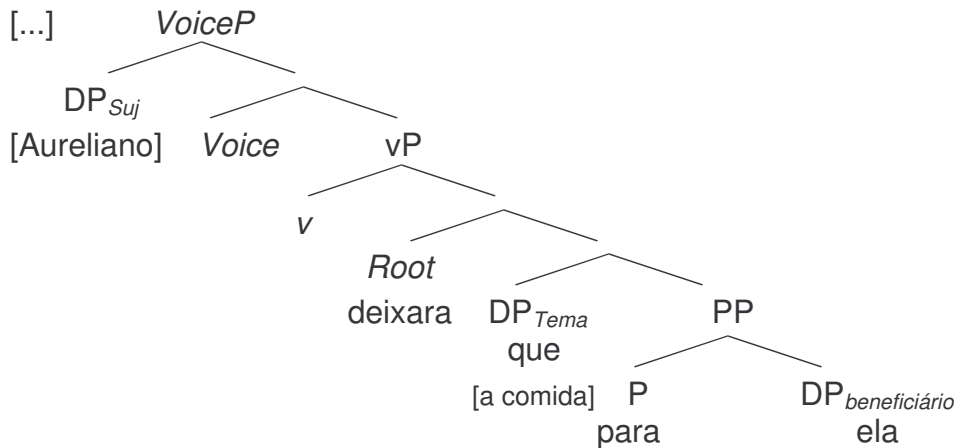
(08) Ao levantar-se, Fernanda encontrava o pequeno-almoço servido, e só voltava a sair do quarto para ir buscar a comida que Aureliano **lhe** deixava tapada sobre as brasas [...]

(09) Contara-o a Aureliano e até tinha feito planos para **lhe** deixar montado um negócio [...]

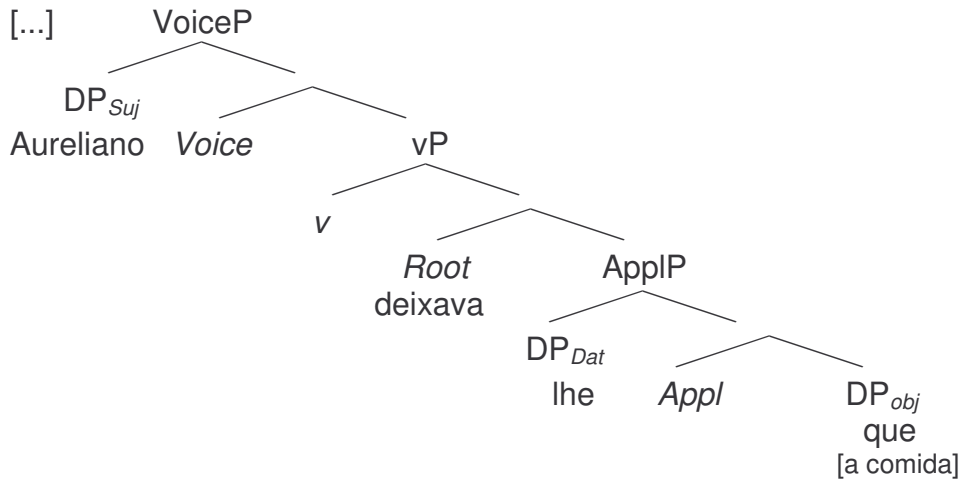
(10) Por isso [Aureliano] rogou-lhe que **lhe** deixasse a comida no peitoril da janela.

Esses exemplos corroboram a idéia de que em (08) houve, de fato, a opção por expressar o argumento dativo por meio de um PP, ou seja, pela estrutura ditransitiva preposicionada e não por uma estrutura applicativa, como em (09), (10) e (11). Veja em (12) a representação arbórea de (08); em (13), a de (09):

(11) Estrutura ditransitiva preposicionada



(12) Estrutura de objeto duplo em português



Com base em Torres-Morais (2007), é justo dizer que em (12) o DP-*tema* assimetricamente c-comanda o DP complemento da preposição *para*, a qual estabelece um relacionamento semântico entre os dois argumentos: **que [a comida]** e **para ela**. Nesse caso, a preposição funciona como uma verdadeira preposição, cujo conteúdo semântico denota o sentido direcional. Quanto à estrutura (13), o DP-*dat* assimetricamente c-comanda o DP-*tema* complemento. O núcleo aplicativo baixo indica uma relação dinâmica de posse em que o argumento dativo é interpretado como *recipiente*. O núcleo aplicativo licencia o DP-*dat* (**para ela**) e o relaciona ao DP-*tema* (**que [a comida]**). Nesse contexto, a preposição *a* é um marcador de caso dativo e não uma preposição verdadeira.

De modo geral, os dados totais da tabela revelam que, em termos de frequência, PB e PE exibem diferenças importantes. Além disso, evidenciam que estratégias de expressão do dativo anafórico de terceira pessoa típicas da fala do brasileiro começam a aparecer na língua escrita formal.

Nas próximas seções, estudaremos alguns contextos lingüísticos que podem ou não favorecer uma ou outra variante do argumento dativo de terceira pessoa.

4.1.1. Tipo de verbo e papel temático do dativo

Em português, verificamos que o argumento dativo realiza-se no contexto de vários verbos e recebe diferentes interpretações semânticas, a saber: *recipiente*, *fonte*, *experienciador*, *possuidor*, *afetado*. Como exposto na seção 3.2 do capítulo anterior, este estudo analisará a ocorrência das três variantes do dativo — clítico, pronome lexical e pronome nulo — nos contextos dos verbos da tipologia proposta por Torres-Morais & Berlinck (1996), na qual figuram: (a) verbos transitivos de atividade direcional; (b) verbos transitivos de criação; (c) verbos transitivos de atividade não-direcional; (d) verbos transitivos estativos; (e) verbos inacusativos psicológicos; (f) verbos inacusativos existenciais; (g) verbos inacusativos de mudança ou movimento; (h) verbos causativos; (i) verbos incoativos; (j) verbos inergativos. Trata-se de uma tipologia verbal que abarca predicadores de dois e de três lugares e que, portanto, captará a variedade de ocorrências do argumento dativo na amostra do PB e na do PE.

Os verbos transitivos de atividade direcional, também denominados verbos de transferência, têm como protótipos o verbo *enviar* (*Pedro **enviou** a documentação **ao advogado/enviou-lhe** a documentação*). Trata-se de predicadores dinâmicos de três lugares (ditransitivos) que licenciam argumentos dativos interpretados como *recipiente* ou *fonte*. Observem-se os exemplos seguintes:

- (13) Tinham-se passado já mais de três anos desde que Santa Sofia **lhe** (Aureliano) **trouxera** a gramática quando Aureliano conseguiu traduzir a primeira folha. (PB)
- (14) [...] José Arcádio Buendía andava como um louco à procura de Melquíades, para que ele **lhe revelasse** os infinitos segredos daquele pesadelo fantástico. (PE)
- (15) Cego de raiva, o capitão **lhe** [um soldado] **arrancou** o fuzil, abriu espaço no meio da rua, e apontou. (PB)

Em (12) e (13), os argumentos dativos são interpretados como *recipientes*, pois obtêm algo como resultado do evento descrito pelos verbos *trazer* e *revelar*. Por outras palavras, o que se verifica nas sentenças é uma interpretação dinâmica direcional de posse entre o OI e o OD. Há um movimento do argumento acusativo para o argumento dativo. No primeiro caso, a transferência é material; no segundo, abstrata.

A interpretação dinâmica direcional também é válida para (14), mas é preciso observar a direção oposta da relação de posse entre o argumento dativo e o genitivo, o que leva o dativo a ser interpretado como *fonte*, já que, ao invés de receber, perde algo.

Nos contextos dos verbos transitivos de criação, há um evento dinâmico, mas não necessariamente um processo de movimento ou transferência do OD para o OI. O verbo *fazer* (**Fez** uma sopa **ao Carlos/Fez-lhe** uma sopa.) pode ser considerado um protótipo para esse grupo de verbos. Nos contextos dos transitivos de criação, verifica-se que o objeto criado ou construído vai para um beneficiário, por isso, nesse caso, o argumento dativo é interpretado como *beneficiário*, como nas sentenças seguintes:

- (16) Mais tarde construíram-**lhe** [José A. Buendía] um alpendre de palma para protegê-lo do sol e da chuva. (PE)
- (17) Em vão falsificou **para eles** [canários] ninhos de esparto nas amendoeiras e espalhou alpistes nos telhados [...] (PB)

Nas sentenças com verbos de atividade não-direcional, encontram-se eventos dinâmicos, mas não ocorre o processo de transferência entre OI e OD. O verbo *lavar* (*A mãe **lavou** o rosto ao filho/**lavou-lhe** o rosto*) é um protótipo para esse grupo de verbos. Nesses contextos, o argumento dativo é interpretado como *possuidor*. Vejam-se os exemplos seguintes:

- (18) Ela esperou, coçando-**lhe** [Aureliano Buendía] a cabeça com a ponta dos dedos, até que seu corpo se desocupasse da matéria escura que não o deixava viver. (PB)
- (19) [Remédios] conservava-**lhe** [José A. Buendía] o cabelo e a barba limpos de piolhos e lêndeas, mantinha o alpendre de palma em bom estado [...] (PE)

Os verbos transitivos estativos figuram em contextos nos quais não ocorrem eventos dinâmicos nem transferência entre os argumentos dativos e acusativos. Têm como protótipo o verbo *admirar* (*O chefe **admirou** o empenho **ao** **funcionário/admirou-lhe** o empenho*). Nesses casos, o dativo recebe a interpretação de *possuidor* ou de *experenciador*, como verificamos nas frases seguintes:

- (20) Além de que a liberdade que então fruía e o tempo de que dispunha **lhe** [Aureliano] despertaram uma certa curiosidade pela aldeia, que conheceu sem admiração. (PE)
- (21) Foi disposto a desabafar com palavras, a que alguém **lhe** desembaraçasse os nós que **lhe** [Aureliano] oprimiam o peito mas só conseguiu se soltar num pranto fluido e cálido e reparador, no colo de Pilar Ternera. (PB)

Quanto ao grupo dos verbos inacusativos, é fundamental observar que eles não apresentam transitividade, o que quer dizer que, em sentenças com essa classe de verbos, não ocorrerá o processo de transferência entre OI e OD, até porque eles não selecionam um argumento acusativo. Vale acrescentar que as orações com verbos inacusativos são superficialmente intransitivas, isto é, exibem um sujeito e não contêm um objeto. No entanto, não é o que se verifica na posição em que são gerados, pois, em tal posição, os verbos inacusativos, a bem da verdade, selecionam argumento interno (objeto) e não argumento externo (sujeito). Na derivação por razões de checagem de traços gramaticais, o argumento interno

move-se para a posição de argumento externo para receber Caso nominativo da flexão verbal.

Nesta análise, lidaremos com os inacusativos psicológicos (protótipo: *agradar*: *O programa agradou aos ouvintes/agradou-lhes o programa*); com os inacusativos de mudança ou movimento (protótipo: *chegar*: *Chegou uma carta ao filho mais velho/chegou-lhe uma carta*) e com inacusativos existenciais (protótipo: *faltar*: *Falta um bom emprego ao Marcos /falta-lhe um bom emprego*). No primeiro cenário, o argumento dativo será interpretado como *experienciador*; no segundo, como *recipiente* ou *locativo*; no terceiro, como *possuidor*. Vejam-se os exemplos:

- (22) José Arcádio Buendía não teve um minuto de descanso. Fascinado por uma realidade imediata, que então **lhe** [José A. Buendía] pareceu mais fantástica do que o vasto universo da sua imaginação [...] (PE)
- (23) Como **lhe** [AB] ocorrera com a morte da esposa, como tantas vezes **lhe** ocorrera durante a guerra com a morte de seus melhores amigos, não experimentava um sentimento de pesar, mas uma raiva cega e sem direção, uma extenuante impotência. (PB)
- (24) A primeira notícia directa que Úrsula recebeu dele, vários anos depois de se ter ido embora, foi uma carta amarrotada e suja que **lhe** [Úrsula] chegou vinda de mão em mão desde Santiago de Cuba. (PE)
- (25) “São todos iguais”, Úrsula lamentava. “No começo são fáceis de criar, obedientes e sinceros, e parecem incapazes de matar uma mosca; mal ____ apontam a barba se atiram à perdição. (PB)
- (26) Várias vezes, quando **lhe** [PC] faltou ânimo para vender bilhetinhos e as pessoas perderam o interesse pelas rifas, ficou ela sem comer para que Fernanda comesse [...] (PE)

Nos contextos dos verbos causativos, também não se verificará o processo de transferência entre o argumento dativo e o argumento acusativo. Nesses casos, o verbo descreverá um evento de mudança de estado causada por um fator externo. O protótipo para essa classe de verbos é *abrir* (*A recepcionista **abriu** a porta **aos clientes/abriu-lhes** a porta*). O papel temático para os dativos associados a verbos causativos é *afetado*. Observem os exemplos:

- (27) Mas era tão inflexível a sua determinação de não abandonar aos insetos nem o mais recôndito e inútil canto da casa, que desarticulou quantos obstáculos se lhe depararam e, ao fim de três dias de insistência, conseguiu que **lhe** [Úrsula] abrissem o quarto. (PE)
- (28) Quando abriu a porta da rua **para ele**, Aureliano não teve necessidade de imaginar quem fosse para perceber que vinha de muito longe. (PB)

Nas sentenças com verbos incoativos (protótipo: *abrir*: *A porta **abriu-se aos clientes/abriu-se-lhes** a porta*), igualmente identificamos processos de mudança de estado, mas não se trata de mudança causada por uma força externa. Daí esses verbos serem incoativos. Nesses cenários, o dativo também será interpretado como *afetado*, como mostram as sentenças a seguir:

- (29) Quando saiu na brisa azul da neblina, o rosto **se lhe** [Aureliano Buendía] umedeceu como no outro amanhecer do passado [...] (PB)
- (30) Quando saiu para o ar da neblina, humedeceu-**se-lhe** [AB] o rosto como noutra amanhecer do passado [...] (PE)

Para finalizar, destacamos que as sentenças com verbos inergativos são intransitivas, porque tais verbos selecionam apenas argumento externo que tenderá a ser interpretado, segundo Miotto et al. (2004), como agentivo ou causativo. Pela

tipologia verbal adotada, nesses contextos o dativo pode ser interpretado como *Ético*.

(31) Era tão bonito, tão garboso e tranquilo, com uma elegância que *lhe* [um forasteiro] assentava tão bem, que Pietro Crespi ao lado dele teria parecido raquítico [...] (PE)

(32) A perplexidade não ____ [Úrsula] durou muito tempo, porque muito brevemente Aureliano Segundo começou a dar mostras de malandragem e dissipação. (PB)

A tabela seguinte mostra a distribuição do clítico dativo, tanto no PB como no PE, em todos os contextos previstos na tipologia verbal adotada.

Tabela 9: Distribuição do clítico dativo nos contextos verbais.

Tipo de verbo	Clítico			
	PB		PE	
VT atividade direcional	446/649	68%	675/698	96%
VT criação	12/19	63%	23/24	95%
VT atividade não-direcional	16/17	94%	126/127	99%
VT estativo	27/33	81%	58/59	98%
Inacusativo psicológico	32/38	84%	44/44	100%
Inacusativo existencial	24/30	80%	34/34	100%
Inacusativo mov./mud.	4/8	50%	17/17	100%
Causativo	3/5	60%	4/5	80%
Incoativo	1/17	5%	25/25	100%
Inergativo	10/13	76%	14/14	100%

Os resultados da tabela revelam que, na maioria dos contextos da tipologia verbal adotada, o clítico *lhe* é a estratégia preferida de expressão do dativo nas duas variedades do português escrito formal.

No PE, o uso do clítico é tão generalizado, que constituiu a única forma de representação do dativo anafórico em cinco dos dez contextos verbais da tipologia adotada. Com outros quatro tipos de verbos, o *lhe* alcançou índices de emprego igual ou superior a 95%. Seu menor índice de uso (80%) foi com os verbos causativos.

No PB, exceto com verbos incoativos, o clítico dativo atingiu índices acima de 60%, mas, com nenhum verbo, constituiu a única possibilidade de representação do dativo, o que revela um duelo entre ele e outra variante do dativo, em todos os contextos da tipologia verbal. É justo afirmar que no PB o clítico resiste mais fortemente nos contextos de verbos transitivos de atividade não-direcional (94%) e transitivos estativos e nos contextos de verbos inacusativos psicológicos (84%) e existenciais (80%).

É importante notar o baixo uso de clíticos nos contextos de verbos incoativos (5%). Como veremos mais adiante, isso ocorre porque, nesses casos, o PB escrito formal, de forma quase categórica, apaga o clítico.

Os pares de sentenças a seguir, em que “a” representa o PB e “b”, o PE, exibem os usos do clítico *lhe* nos vários contextos da tipologia verbal (veja mais exemplos no Anexo 1).

- (33) a) Só quando começou a desmontar a porta do quartinho é que Úrsula se atreveu a **lhe** [José A. Buendía] perguntar por que o fazia [...] (PB)
 b) Só quando começou a desmontar a porta do quartinho é que Úrsula se atreveu a perguntar-**lhe** [José A. Buendía] por que o fazia [...] (PE)
- (34) a) Desde a tarde, porém, em que chamou os meninos para que o ajudassem a desempacotar as coisas do laboratório, dedicou-**lhes** as suas melhores horas. (PB)
 b) Mas a partir da tarde em que chamou as crianças para o ajudarem a desempacotar as coisas do laboratório, dedicou-**lhes** as suas melhores horas. (PE)

- (35) a) Diga-**lhes** (as crianças) que venham me ajudar a tirar as coisas do caixote.
(PB)
b) Diz-**lhe** (as crianças) que me venham ajudar a tirar as coisas dos caixotes.
(PE)
- (36) a) Aquilo **lhe** [José A. Buendía] pareceu [...] tão simples e prodigioso que da noite para o dia perdeu todo o interesse pelas pesquisas de alquimia [...] (PB)
b) Aquilo pareceu-**lhe** [José A. Buendía] tão simples e prodigioso [...] que da noite para o dia perdeu todo o interesse pelas investigações de alquimia [...] (PE)

A tabela seguinte traz os resultados da distribuição da variante pronome lexical em todos os contextos verbais:

Tabela 10: Distribuição do pronome lexical nos contextos verbais.

Tipo de verbo	Pronome lexical			
	PB		PE	
VT atividade direcional	68/649	10%	1/710	0%
VT criação	4/19	21%	-	-
VT atividade não-direcional	-	-	-	-
VT estativo	3/33	9%	-	-
Inacusativo psicológico	1/38	2%	-	-
Inacusativo existencial	-	-	-	-
Inacusativo mov./mud.	-	-	-	-
Causativo	1/5	20%	-	-
Incoativo	-	-	-	-
Inergativo	1/13	9%	-	-

Os percentuais acima apontam que, na amostra do PE houve apenas uma ocorrência do pronome lexical com função dativa, em uma estrutura ditransitiva preposicionada. Esse fato comprova, como visto anteriormente, que no PE existe a

alternância dativa, com baixa ocorrência das construções ditransitivas preposicionadas (Torres-Morais, 2007).

Nos dados do PB, ao contrário, identificam-se mais ocorrências do pronome tônico em função dativa, principalmente nos contextos de verbos transitivos de atividade direcional e de verbos transitivos de criação. No entanto, cabe observar que, em uma tipologia com dez contextos verbais, em quatro contextos, não se identificou uma única ocorrência dessa variante e, em outros quatro contextos, constatou-se baixíssimo número de pronomes tônicos. Os exemplos seguintes ilustram o uso de tal variante no PB (veja mais exemplos no Anexo 2):

- (37) [José A. Buendía] Construiu outro, reuniu no quartinho homens do povoado e demonstrou **a eles** [...] a possibilidade de regressar ao ponto de partida navegando sempre para o Oriente. (PB)
- (38) “Agora sim você é um homem”, disse **a ele**. (PB)
- (39) Eram Amaranta e Rebeca. Mal haviam tirado o luto da avó, que guardaram com inflexível rigor durante três meses, e a roupa de cor parecia haver dado **a elas** um novo lugar no mundo. (PB)
- (40) Os punhados de terra faziam menos remoto e mais certo o único homem que merecia aquela degradação, como se o chão que ele pisava com as suas finas botas de verniz em outro lugar do mundo transmitisse **a ela** [Rebeca] o peso e a temperatura do seu sangue [...] (PB)
- (41) Diante da impossibilidade de conseguir intermediários, convencida de que o filho seria fuzilado ao amanhecer, Úrsula fez um embrulho com as coisas que queria levar **para ele** e foi sozinha ao quartel. (PB)

A tabela seguinte apresenta os resultados da distribuição da variante pronome nulo em todos os contextos verbais:

Tabela 11: Distribuição do pronome nulo nos contextos verbais.

Tipo de verbo	Pronome nulo			
	PB		PE	
VT atividade direcional	135/649	20%	23/698	3%
VT criação	3/19	15%	1/24	4%
VT atividade não-direcional	1/17	5%	1/127	-
VT estativo	3/33	9%	1/59	1%
Inacusativo psicológico	5/38	13%	-	-
Inacusativo existencial	6/30	20%	-	-
Inacusativo mov./mud.	4/8	50%	-	-
Causativo	1/5	20%	1/5	20%
Incoativo	16/17	94%	-	-
Inergativo	2/13	15%	-	-

Quanto ao pronome nulo, os números da tabela acima apontam que no PB seu emprego é estendido a todos os contextos da tipologia verbal, sobretudo com verbos incoativos, transitivos de atividade direcional e inacusativos de movimento/mudança e existenciais. Em contrapartida, no PE, sua produtividade é baixa e concentra-se, especialmente, nos contextos de verbos transitivos de atividade direcional. Em cinco contextos verbais, não se apurou um caso sequer de pronome nulo. Em outros quatro contextos, os dados são pouco expressivos.

Os exemplos seguintes exibem o uso do pronome nulo nas duas variedades do português (veja mais exemplos no Anexo 3):

- (42) Embora a viagem à capital fosse naquele tempo quase impossível, JAB prometia tentá-la logo que o governo ___ ordenasse, com o fim de fazer demonstrações práticas do seu invento diante dos poderes militares [...] (PB)
- (43) A primeira coisa que fez foi marcar a data definitiva para a adiada intervenção telepática. Mas os médicos invisíveis responderam ___ (Fernanda) que não era prudente enquanto persistisse o estado de agitação social em Macondo. (PB)

- (44) Contou-o a Santa Sofia de la Piedad, que *lhe* levava as refeições todos os dias e ela prometeu ____ (JAS) fazer os possíveis e os impossíveis por continuar viva para se certificar que o enterrariam morto. (PE)
- (45) Falaram com ele e ele olhou para elas sem as reconhecer dizendo ____ algo incompreensível. (PE)

Dos dados das tabelas, é importante analisar ainda o forte contraste entre as duas variedades do português quanto ao uso das variantes nos contextos de verbos incoativos. As diferenças são altamente significativas. Os pares de sentenças seguintes ilustram as diferenças de uso entre as duas variedades do português (veja mais exemplos no Anexo 4):

- (46) a) O buço povoou-se de uma penugem incipiente. (PB)
b) O buço povoou-**se-lhe** [JA] de uma penugem incipiente. (PE)
- (47) a) JA sentiu que os seus ossos se enchiam de espuma [...] (PB)
b) JA sentiu que os ossos **se lhe** enchiam de espuma [...] (PE)
- (48) a) [...] e a sua pele se desfez num suor pálido [...](PB)
b) [...] a pele desfez-**se-lhe** [cigana] num suor pálido [...] (PE)
- (49) a) Quando saiu na brisa azul da neblina, o rosto **se lhe** [Aureliano Buendía] umedeceu como no outro amanhecer do passado [...] (PB)
b) Quando saiu para o ar da neblina, humedeceu-**se-lhe** [AB] o rosto como noutra amanhecer do passado [...] (PE)

Os pares de exemplos de (47) a (50) evidenciam que o PE emprega, regularmente, o clítico dativo nos contextos de verbos incoativos. No PB, contrariamente, o que se verifica é o apagamento generalizado do clítico *lhe* nas sentenças incoativas. De todos os exemplos da amostragem do PB, registrou-se apenas uma ocorrência (cf. (50)) do *lhe* associado a verbo incoativo. Deve-se

destacar que o PB realiza o *se incoativo* na maioria das sentenças apresentadas. Esse item lingüístico foi apagado somente em algumas sentenças da amostra, fato que parece apontar uma tendência atual a se apagar também o *se* dos contextos incoativos no PB. Vejam-se os exemplos:

- (50) a) Na espera sua pele tinha enrugado [...] (PB)
 b) Durante a espera gretara-**se-lhe** [Pilar] a pele [...] (PE)
- (51) a) [...] seus [Pilar] seios tinham murchado [...] (PB)
 b) [...] esvaziaram-**se-lhe** [Pilar] os seios [...] (PE)
- (52) a) [...] e chupou o dedo com tanta ansiedade que formou um calo no polegar. (PB)
 b) [...] chuchou no dedo com tanta ansiedade que **se lhe** [Rebeca] formou um calo no polegar. (PE)
- (53) a) [...] e seu (Fernanda) coração gelou de pavor [...] (PB)
 b) [...] e o coração gelou-**se-lhe** [Fernanda] de pavor [...] (PE)

Dos exemplos acima, há que se observar ainda que, nos contextos incoativos, o argumento dativo, ao contrário do que ocorre com os outros verbos da tipologia apresentada, aparece sempre pronominalizado. Esse fato indica que, nesses contextos, parece improvável encontrar-se o dativo na forma de um a-DP. Da análise feita até aqui acerca da distribuição das variantes nos contextos verbais infere-se que no PE escrito formal apenas os contextos de verbos transitivos de atividade direcional constituem um campo de pequena variação entre duas estratégias de expressão do dativo: o robusto clítico *lhe* e o raquítico pronome nulo. Nos demais contextos verbais, pode-se dizer que, praticamente, não há duelo entre diferentes formas de representação do dativo, devido ao baixíssimo número de ocorrências de uma das estratégias (o pronome nulo). No caso do PB, a situação é um pouco diferente. A competição entre as variantes ocorre em todos os contextos

verbais. Deve-se notar, no entanto, que o principal foco de variação encontra-se nos contextos de verbos transitivos de atividade direcional e de verbos transitivos de criação. Acrescente-se que os verbos inacusativos na amostra do PB parecem repelir os pronomes lexicais.

É preciso destacar que os resultados evidenciam, no PB escrito formal, a presença de duas estratégias de expressão do dativo freqüentes na gramática da fala dos brasileiros — mais ou menos escolarizados (Berlinck, 1997; Freire, 2000, Bispo, 2004) — e na gramática de textos semiformais (Freire, 2005, Torres-Morais & Berlinck, 2006), a saber: o pronome lexical e o dativo nulo. É verdade que os números são baixos, mas mostram que o processo de variação e mudança na representação do dativo atingiu a escrita formal. Por outro lado, encontramos na amostra do PB um alto índice de emprego do clítico *lhe*, o que revela a forte influência do padrão culto da língua no texto formal. No PE, ao contrário, pode-se afirmar, a partir dos números, que praticamente não há variação, já que o uso do clítico é categórico.

Partindo das considerações anteriores, inferimos que os verbos são predicadores que selecionam, tanto em termos categoriais como em termos semânticos, os argumentos que cocorrerão com eles. Assim, os vários tipos de verbos da tipologia adotada impuseram suas restrições de seleção aos argumentos dativos e selecionaram, portanto, os papéis temáticos desses argumentos.

A tabela seguinte mostra a distribuição do clítico *lhe* de acordo com o papel temático do dativo:

Tabela 12: Distribuição do clítico segundo o papel temático do dativo.

Papel temático	Clítico			
	PB		PE	
Recipiente	439/639	68%	639/662	96%
Beneficiário	11/18	61%	26/28	92%
Possuidor	35/42	83%	197/198	99%
Experienciador	69/87	79%	89/89	100%
Afetado	4/22	18%	29/30	96%
Ético	9/10	90%	12/12	100%
Fonte	8/11	72%	28/28	100%

Os resultados da tabela evidenciam que no PE o clítico *lhe* é a forma preponderante em todos os tipos de dativo. Naturalmente, isso ocorre porque, como vimos anteriormente, na variedade lusitana, o uso *lhe* é praticamente categórico na realização do dativo de terceira pessoa. No entanto, cabe observar que, com interpretação de *recipiente* (96%), *beneficiário* (92%) e *afetado* (96%), o *lhe* não é absoluto e, como se verá mais adiante, cede um pequeno espaço para o pronome nulo.

Quanto ao PB, é preciso notar que, embora seja produtivo, o dativo na forma do clítico *lhe*, está em variação com outras formas de representação do argumento dativo. Com interpretação de *recipiente* (68%) e *beneficiário* (61%), o *lhe* abre espaço significativo para outras formas de representação do dativo (cf. tabelas 4.6 e 4.7). Esses dois tipos de dativo são característicos das sentenças com verbos de transferência, contextos em que o *lhe* duela com o pronome lexical e com o pronome nulo.

É importante destacar também o baixo índice de uso do clítico *lhe* interpretado como *afetado*. Tal interpretação do dativo é própria das sentenças causativas e incoativas. Nas últimas, como se explicou acima, o PB repele o clítico e emprega, quase que sistematicamente, o pronome nulo. Daí o baixo uso do dativo *afetado* na forma do clítico *lhe*.

A próxima tabela mostra a distribuição do pronome lexical de acordo com o papel temático do dativo:

Tabela 13: Distribuição do pronome lexical segundo o papel temático do dativo.

Papel temático	Pronome lexical			
	PB		PE	
Recipiente	67/639	10%	-	-
Beneficiário	4/18	22%	1/28	3%
Possuidor	3/42	7%	-	-
Experienciador	3/87	3%	-	-
Afetado	1/22	4%	-	-
Ético	-	-	-	-
Fonte	-	-	-	-

Os percentuais da tabela indicam que no PB o pronome lexical só não ocorre com o dativo *ético* e com o dativo *fonte*, o que nos mostra que o dativo na forma de um pronome tônico recebe diferentes interpretações. Note-se que os dativos *recipiente* e *beneficiário*, embora sejam realizados como clítico na maioria das ocorrências, começam a aparecer, de forma significativa, na forma de pronome tônico, como mostram as sentenças seguintes:

- (54) Amaranta fez **para ele** [JAS] um terno de linho com colarinho e gravata [...] (PB)
- (55) Foi ele [AS] quem resolveu tirá-la do quarto que ocupava desde menina e onde os olhos assombrados dos santos continuavam alimentando seus terrores de adolescente, e mobilou **para ela** [Meme] um quarto com uma cama de dossel, uma penteadeira ampla [...] (PB)

- (56) Tanto falou da família que as crianças aprenderam a organizar visitas imaginárias **para ela** [Úrsula] com seres que não apenas já tinham morrido há muito tempo, mas que tinham existido em épocas diferentes. (PB)
- (57) Preocupava-se em cortar-lhe o cabelo, catar-lhe os piolhos, adaptar **para ele** [Aureliano] a roupa velha que encontrava nos baús esquecidos [...]

No que respeita ao PE, não há muito o que explicar, já que identificou-se apenas uma ocorrência de dativo na forma de pronome tônico.

A tabela seguinte apresenta números acerca da distribuição do pronome nulo segundo o seu papel temático:

Tabela 14: Distribuição do pronome nulo segundo o papel temático do dativo.

Papel temático	Pronome nulo			
	PB		PE	
Recipiente	133/639	20%	23/662	3%
Beneficiário	3/18	16%	1/28	3%
Possuidor	4/42	9%	1/194	-
Experienciador	15/87	17%	-	-
Afetado	17/22	77%	1/30	3%
Ético	1/10	10%	-	-
Fonte	3/11	27%	-	-

Os números revelam que, na amostra do PB, o pronome nulo já constitui a segunda opção mais usada para a realização do dativo, especialmente quando recebe a interpretação de *recipiente*, *fonte* e *afetado*. Essas interpretações ocorrem quando o dativo está associado aos verbos de transferência, contextos nos quais, conforme se analisou anteriormente, o pronome nulo começa a aparecer de forma expressiva no PB escrito formal.

Não é demais ressaltar o alto índice do argumento dativo na forma do pronome nulo (77%) interpretado como *afetado*. O índice se explica porque o PB

tende a apagar o dativo associado a verbos incoativos, contexto no qual o dativo é *afetado*, o que não ocorre no PE, variedade em que o pronome nulo, nesse contexto, ainda é empregado de maneira bem tímida com índice de uso abaixo de 5%.

Quanto ao PE, verifica-se que o dativo na forma de pronome nulo apresenta baixíssima freqüência, o que se explica pelo fato de a variedade lusitana empregar largamente o clítico *lhe* na expressão do argumento dativo. Entretanto, deve-se destacar que quase todas as ocorrências de dativo na forma de pronome nulo receberam a interpretação de *recipiente* — papel temático próprio das sentenças com verbos de transferência, contexto em que se verificou o maior número de pronome nulo na amostra do PE.

4.1.2. A variação entre *a* e *para* na introdução do dativo no PB

Este trabalho também se deteve à variação entre as preposições *a* e *para* na introdução dos pronomes tônicos na amostra do PB. Observou-se o comportamento das preposições nos diferentes contextos da tipologia verbal adotada. A tabela a seguir apresenta a distribuição das preposições.

Tabela 15: Distribuição das preposições segundo o tipo de verbo no PB.

Tipo de verbo	A		Para	
VT atividade direcional	53/65	81%	15/65	23%
VT criação	-	-	4/4	100%
VT atividade não-direcional	1/1	100%	-	-
VT estativo	-	-	-	-
Inacusativo psicológico	-	-	-	-
Inacusativo existencial	-	-	1/1	100%
Inacusativo (outros)	-	-	1/1	100%
Causativo	-	-	1/1	100%
Incoativo	-	-	-	-
Inergativo	-	-	2/2	100%

Dos dados da tabela, deve-se observar a variação entre as preposições *a* e *para* nos contextos dos verbos transitivos de atividade direcional. Os resultados atestam que a preposição *a* é mais produtiva na língua escrita formal do PB. Entretanto, vale ressaltar que dos 53 verbos transitivos de atividade direcional que selecionaram dativo na forma de pronome lexical encabeçado pela preposição *a*, 37 eram verbos *dicendi*. Não se registrou caso de dativo introduzido por *para* em contexto de verbo *dicendi*. Vejam-se os exemplos:

- (58) — Não saia esta noite — disse **a ele**. — Fique para dormir aqui, que a Carmelita Montiel já cansou de me implorar para que a ponha no seu quarto. Aureliano José não captou o profundo sentido de súplica que tinha aquela oferta.
— Diga **a ela** que me espere à meia-noite — disse.
- (59) O Coronel Aureliano Buendía apareceu na cozinha antes das cinco e tomou o seu café sem açúcar habitual. “Num dia como este você veio ao mundo”, Úrsula disse **a ele**.
- (60) Aureliano Segundo guardou para sempre o segredo daquelas entrevistas. Certa ocasião sentiu que o seu mundo privado se desmoronava, porque Úrsula entrou no momento em que Melquíades estava no quarto. Mas ela não o viu.
— Com quem você está falando? - perguntou **a ele** [Aureliano Segundo]
- (61) Enquanto se jogava água, [Remédios] disse **a ele** [forasteiro] que era um problema que o teto estivesse naquele estado, pois ela acreditava que a camada de folhas apodrecidas pela chuva era o que enchia o banheiro de escorpiões.

Vale notar também que as preposições *a* e *para* aparecem, principalmente, nos contextos de verbos transitivos de atividade direcional e de verbos transitivos de criação. Trata-se justamente dos contextos em que Torres-Morais & Berlinck (2006)

e Torres-Morais (2007) examinaram a manifestação do fenômeno da alternância dativa, assunto que será abordado mais adiante.

4.1.3. Traço semântico do antecedente do dativo

A animacidade do referente constitui um fator semântico bastante explorado nos trabalhos acadêmicos (Duarte, 1989, 2002; Freire 2000, 2005, entre outros) que investigam as variáveis portadoras de significado. Freire (2000), por exemplo, no campo dos clíticos dativos, verificou que o traço [+/- animado] é significativo na escolha da variante que representa o dativo anafórico na fala culta do Brasil e de Portugal.

A pesquisa de Freire (2000) revelou que não só no PE como também no PB os dados concentram-se nos casos em que o referente tem traço [+humano]. Assim, no PB há uma concorrência entre as variantes do dativo anafórico de terceira pessoa quando o antecedente apresenta traço [+humano], no entanto há uma preponderância do pronome lexical (62%) sobre as demais variantes. Por outro lado, verifica-se 100% de uso do dativo nulo, quando o traço do antecedente é [-humano]. Acerca do PE, vale notar que, embora o traço [+humano] do antecedente favoreça uma variação na expressão do dativo, há o predomínio do clítico (85%). Nos casos em que o referente tem traço [-humano], identificaram-se apenas ocorrências de clítico, o que aponta uma rejeição de formas tônicas com antecedentes [-humano] no PE.

Em outro trabalho, Freire (2005), analisando a realização do dativo na língua escrita em um contínuo de *oralidade-letramento*, verifica que no PB o clítico dativo tem baixa produtividade tanto com antecedentes com traço [+animado] (26%) como com os de traço [-animado] (30%), sendo superado pelo SP anafórico (40% para [+animado] e 55% para [-animado]) e pelo objeto nulo (34% para [+animado] e 15% para [-animado]). Quanto ao PE, Freire (2005) constata que o clítico *lhe* é amplamente usado com antecedentes de ambos traços semânticos.

Os resultados do presente trabalho no que respeita ao traço semântico do antecedente do dativo está em sintonia com os números das pesquisas de Freire

(2000, 2005) quanto ao PE, mas quanto ao PB encontramos diferenças importantes. A tabela seguinte traz a distribuição das variantes segundo o traço semântico do argumento dativo.

Tabela 16: Distribuição das variantes segundo o traço semântico do dativo.

PB						
	Clítico		Pron. Lexical		Pron. Nulo	
[+ animado]	576/831	69%	79/831	9%	176/831	21%
[- animado]	3/3	100%	-	-	-	-
PE						
[+ animado]	1031/1060	97%	1/1060	-	28/1060	2%
[- animado]	9/9	100%	-	-	-	-

Os percentuais evidenciam que tanto no PB quanto no PE os argumentos dativos apresentam antecedente com traço [+animado] de forma quase absoluta. No PB, ao contrário dos dados de Freire (2005), não ocorreu sequer um caso de pronome lexical ou pronome nulo com referente [-animado]. Os três casos de dativo com antecedente [-animado] foram realizados com o clítico *lhe*. O PE segue a mesma linha do PB. O clítico *lhe* mostra-se inabalável na realização de dativos com os dois tipos de antecedentes.

Os resultados revelam, portanto, que o emprego do clítico, do pronome lexical ou do pronome nulo não está condicionado ao traço semântico do antecedente do argumento dativo, o que pode ser constatado nas sentenças seguintes com antecedentes [+animado] (cf. (62) e (63)) e [-animado] (cf. (64) e (65)):

- (62) Havia ordens superiores de não permitir visitas aos condenados à morte, mas o oficial assumiu a responsabilidade de *lhe* [Úrsula] conceder uma entrevista de quinze minutos. Úrsula mostrou **a ele** o que trazia no embrulho: uma muda de roupa limpa [...] (PB)

- (63) Desejava de todo o coração que a porta estivesse trancada e não simplesmente encostada como ela ____ (José Arcádio) prometera. (PE)
- (64) Ninguém se lembrava de quem trouxera aquele santo em tamanho natural. [...] Úrsula tinha-**lhe** posto velas e havia-se prostrado à frente dele, sem suspeitar que em vez de um santo estava a adorar quase duzentos quilos de ouro. (PE)
- (65) Enquanto ele amaciava com claras de ovos os seios eréteis de Amaranta Úrsula, [...] ela brincava de boneca com a portentosa criatura de Aureliano e pintava-**lhe** olhos de palhaço com batom e bigodes de turco com lápis de sobancelhas [...] (PB)

4.1.4. Tipo de sentença

Este estudo também examinou a distribuição das três variantes do dativo de acordo com o tipo de oração. A proposta inicial era observar o comportamento das variantes em sentenças raízes, subordinadas, coordenadas, interrogativas e optativas. Entretanto, nos dois últimos tipos de sentenças, não se registraram ocorrências de dativo nas amostras do PB e do PE. A tabela seguinte traz os resultados da análise.

Tabela 17: Distribuição das variantes segundo o tipo de sentença.

PB						
Tipo de sentença	Clítico		Pron. Lexical		Pron. Nulo	
Raiz	180/290	62%	47/290	16%	63/290	21%
Subordinada	276/396	75%	20/366	5%	70/366	19%
Coordenada	119/173	68%	11/173	6%	43/173	24%
PE						
Raiz	316/330	95%	-	-	14/330	4%
Subordinada	484/476	98%	1/484	-	7/484	1%
Coordenada	228/233	97%	-	-	5/233	2%

No que se refere à forma clítica, os percentuais da tabela evidenciam que no PB a sua distribuição nos três tipos de estruturas sintáticas não apresenta diferenças acentuadas. Todavia, há que se notar uma produtividade mais expressiva do clítico nas sentenças subordinadas. Na amostra do PE, constata-se que o clítico se distribui de forma equilibrada nos três tipos de sentenças.

Quanto ao pronome lexical no PB, percebe-se que sua frequência é mais alta nas sentenças raízes, o que, provavelmente, se explica, como vimos anteriormente, pelo alto número de pronomes lexicais associados a verbos *dicendi* em contextos de discurso direto. Vejam-se os exemplos seguintes:

- (66) Pilar, entretanto, quebrou o encanto. Estimulada pelo entusiasmo com que José Arcadiodesfrutava a sua companhia, escolheu errado a forma e a ocasião, e de um só golpe jogou-lhe o mundo nos ombros. “Agora sim você é um homem”, disse **a ele**. (PB)
- (67) — Veja que a boa sorte continua nos perseguindo — disse **a ele** (José ArcadioBuendía). — Amaranta e o italiano da pianola vão se casar. (PB)
- (68) Mal haviam começado, quando Amaranta advertiu que Remedios, a bela, chegava a estar transparente de tão intensamente pálida.
— Você está se sentindo mal? — perguntou **a ela**. (PB)

Acerca do pronome nulo, devemos observar que sua ocorrência na amostra do PB exhibe índices muito próximos nas três estruturas sintáticas. Esse fato corrobora as afirmações de Galves (1993, 1998, 2001), segundo as quais o objeto nulo no PB tem caráter irrestrito, porque pode estabelecer correferência com um elemento do contexto lingüístico ou extralingüístico em qualquer tipo de sentença. Seguem alguns exemplos do *corpus* do PB:

- (69) Aureliano podia, então, não só entender, mas também viver como coisa própria as experiências de seu irmão, porque numa ocasião em que este

explicava com muitos pormenores o mecanismo do amor, interrompeu-o para ___ perguntar: “O que é que se sente?” (PB)

(70) A adolescência ___ havia tirado a doçura da sua voz e o tornara silencioso e definitivamente solitário, mas por outro lado ___ tinha restituído a expressão intensa que teve nos olhos ao nascer. (PB)

(71) Certa noite de incerteza em que Pilar Ternera cantava no pátio com a tropa, ele pediu ___ (Pilar Ternera) que lesse o seu futuro no baralho. (PB)

No PE, o pronome nulo apresentou uma distribuição relativamente equilibrada entre as três estruturas sintáticas. Apesar dos baixos percentuais de ocorrências, pode-se dizer que as sentenças raízes favorecem o clítico nulo, ao passo que as estruturas subordinadas parecem repeli-lo. No entanto, assim como no PB, o pronome nulo em sentenças raízes está freqüentemente associado a verbos *dicendi*. Vejam-se os exemplos:

(72) — Olá, antropófago! — disse ___ [Aureliano] ela. — Outra vez na gruta.

(73) — Faço isto — disse ___ — porque prefiro carregar consigo vivo do que ter de carregar consigo morto para o resto dos meus dias.

4.1.5. Colocação do clítico na sentença

Como visto no capítulo 2, alguns importantes estudos (Galves, 2001; Torres-Morais & Ribeiro, 2005; Galves, Ribeiro & Torres-Morais, 2005, entre outros) mostraram que a colocação do clítico revela fortes contrastes entre PB e PE. Como este trabalho pretende justamente apresentar dados que corroborem a hipótese de que PE e PB exibem gramáticas distintas, procedeu-se à investigação da colocação do clítico nas duas variedades do português. A tabela seguinte apresenta os números referentes à colocação dos clíticos:

Tabela 18: Colocação dos clíticos no PB e no PE.

Colocação	PB		PE	
Próclise a um verbo finito	354/575	62%	452/1021	44%
Ênclise a um verbo finito	172/575	30%	492/1021	48%
Próclise ao auxiliar	39/575	7%	56/1021	6%
Ênclise ao auxiliar	2/575	-	10/1021	1%
Próclise ao principal (inf., ger., part.)	6/575	1%	-	-
Ênclise ao principal (inf., ger., part.)	2/575	-	10/1021	1%
Mesóclise	-	-	1/1021	-

Os resultados da tabela evidenciam que, nos contextos de verbos finitos, PB e PE apresentam diferenças importantes. No primeiro, a próclise é mais produtiva, exibindo um percentual de 62% de emprego, e a ênclise menos freqüente com um percentual de uso de 30%. No segundo, ao contrário, verifica-se que a ênclise apresenta maior produção, atingindo 48% de emprego contra 44% de próclise.

Os números apontados estão de acordo com as afirmações de Nunes (1993), segundo as quais a variedade europeia do português apresenta uma direção de cliticização à esquerda e a brasileira, à direita. Nesse sentido, é preciso explicar que o índice de 30% de ênclise no PB está ligado ao fato de o *corpus* ter sido constituído com dados da língua escrita formal, modalidade de língua mais conservadora que tende a reproduzir mais fielmente a norma culta, a qual, por sua vez, é mais próxima do português europeu padrão. No que diz respeito ao percentual de 43% de ocorrências de próclise no PE, deve-se esclarecer que elas estavam associadas aos chamados atratores de pronomes átonos.

As divergências entre as duas variedades explicitam-se nos pares de sentenças seguintes, nos quais “a” representa o PB e “b”, o PE:

(74) a) Aquilo *lhe* [José Arcádio Buendía] pareceu ao mesmo tempo tão simples e prodigioso [...]

- b) Aquilo pareceu-**lhe** [José Arcádio Buendía] tão simples e prodigioso ao mesmo tempo [...]
- (75) a) José Arcádio Buendía permaneceu imóvel [...] Mais tarde, outros ciganos **lhe** confirmaram que [...] Melquíades [...]
 b) José Arcádio Buendía permaneceu imóvel [...] Mais tarde, outros ciganos confirmaram-**lhe** que [...] Melquíades havia sucumbido às febres na dunas de Singapura[...]
- (76) a) Ela **lhe** [JA] pediu que nessa noite fosse procurá-la.
 b) Ela pediu-**lhe** [JA] que a procurasse nessa noite.
- (77) a) Seu pai **lhe** [Aureliano Buendía] disse: “tás”.
 b) O pai disse-**lho** [Aureliano Buendía]: “Tás”.
- (78) a) Úrsula **lhe** (José Arcádio Buendía) soltou as munhecas e os tornozelos [...]
 b) Úrsula desatou-**lhe** (José Arcádio Buendía) os pulsos e os tornozelos [...]

É importante notar que nos exemplos acima o PB contraria um dos preceitos da tradição gramatical (Rocha Lima, 2005, Cunha & Cintra, 2005, entre outros), o qual estabelece que sujeito representado por substantivo ou pronome, imediatamente antes do verbo, não funciona como atrator de pronome átono. Nesse caso, a ênclise seria, portanto, a colocação mais adequada segundo a tradição. Esse fato revela que até mesmo a língua escrita formal no PB diverge de alguns ditames da gramática tradicional.

Os dados da tabela também nos mostram que, com verbos auxiliares, tanto o PB quanto o PE preferem a próclise, a qual, na maior parte dos casos, está associada a atratores. No entanto, vale observar que o PB parece repelir a ênclise, já que esta ocorreu em apenas duas sentenças. Vejam-se os exemplos em uma perspectiva comparativa em que “a” representa o PB e “b”, o PE:

- (79) a) [...] e tinha deixado de rir há muito tempo, porque o escorbuto **lhe** (Melquíades) havia arrancado os dentes.
 b) [...] e tinha deixado de rir há já muito tempo, porque o escorbuto **lhe** (Melquíades) havia arrancado os dentes.
- (80) a) Sabia que para o Oriente estava a serra impenetrável [...] segundo **lhe** [José A. Buendía] havia contado o primeiro AB.
 b) Sabia que para oriente ficava a serra impenetrável [...] segundo **lhe** [José A. Buendía] tinha contado o primeiro AB [...]
- (81) a) Fez um relato de como [...] tinham aberto os caminhos e introduzido as melhoras que **lhes** (habitantes) fora exigindo a necessidade [...].
 b) Fez um relato [...] de como [...] haviam aberto os caminhos e introduzido as melhorias que a necessidade **lhes** (habitantes) foi exigindo.
- (82) a) [...] Úrsula **lhes** (soldados) foi designando novas tarefas.
 b) [...] Úrsula foi-**lhes** (soldados) dando novas tarefas.
- (83) a) A natureza o tinha feito reservado e esquivo, com tendência para a meditação solitária, e ela [...] **lhe** (AS) havia infundido a alegria de viver [...]
 b) A natureza tinha-o feito reservado e esquivo, com tendências para a meditação solitária, e ela [...] e tinha-**lhe** (AS) infundido o gosto de viver [...]

Quanto aos contextos com formas verbais complexas, embora sejam pouco representativos na amostragem, verifica-se que a próclise é preferida no PB e a ênclise, no PE. Vale notar que esses casos foram mais numerosos na variedade brasileira. As sentenças seguintes ilustram os usos — “a” corresponde ao PB e “b”, ao PE.

- (84) a) Porque uma coisa eu quero **lhe** [D. Apolinar Moscote] dizer:
 b) Porque uma coisa **lhe** (D. Apolinar Moscote) quero dizer:

- (85) a) [...] até que Aureliano voltou a **lhes** [quatro garotos] tomar os pergaminhos.
 b) [...] até Aureliano voltar a tirar-**lhes** [quatro garotos] os pergaminhos.

Os resultados apresentados quanto à colocação pronominal evidenciam diferenças importantes que constituem argumentos a favor da hipótese de que de que PB e PE apresentam gramáticas diferentes.

4.1.6. Clítico *lhe* possessivo *versus* pronomes possessivos

A comparação entre as amostras das duas variedades evidenciou que a perda progressiva das formas clíticas de terceira pessoa no PB afetou também a realização do clítico dativo de posse, o qual tem sido preterido em favor dos pronomes possessivos *seu*, *sua*, *seus* e *suas*. A tabela seguinte traz os percentuais de uso das três variantes com valor de posse nas duas variedades do português:

Tabela 19: Distribuição das variantes do dativo com valor de posse.

Variantes	PB		PE	
Clítico	35/42	83%	197/198	99%
Pronome lexical	3/42	7%	-	-
Pronome nulo	4/42	9%	1/194	-

Os números da tabela mostram que o clítico *lhe* com valor possessivo ocorre 198 vezes no *corpus* do PE e somente 42 vezes no *corpus* do PB. A diferença evidencia que a variedade lusitana empregou o clítico possessivo quase cinco vezes mais que a variedade brasileira. Nesta, vale notar também alguns usos do pronome lexical e do pronome nulo com valor possessivo. Entretanto, não se pode esquecer que o pronome tônico com valor de posse na amostra do PB representa um relação gramatical genitiva e não dativa.

Os pares de sentenças a seguir — em que “a” representa o PB e “b”, o PE — ilustram diferenças entre as duas variedades do português no que diz respeito à expressão da posse:

- (86) a) JAB [...] não se deixou amedrontar pelo desespero da mulher [...] que destroçou ___ o astrolábio [...]
 b) JAB [...] não se deixou amedrontar pelo desespero da mulher, que [...] **lhe** desfez o astrolábio contra o chão.
- (87) a) [...] enquanto esguichava ___ (Melquíades) pelas têmporas a gordura derretida pelo calor.
 b) [...] enquanto **lhe** (Melquíades) jorrava pelas têmporas a gordura derretida do calor.
- (88) a) Esperou que ___ passasse o quente rubor das orelhas [...]
 b) Esperou que **lhe** (Amaranta) passasse o quente rubor das orelhas [...]
- (89) a) [...] levantara a mantilha para ver melhor a cara **dele** [...]
 b) [...] levantou o véu para ver-**lhe** [o cavaleiro] melhor a cara [...]
- (90) a) Úrsula ficou uma fração de segundo com a boca aberta [...] e pulou no pescoço **dele** gritando e chorando de alegria.
 b) Úrsula ficou de boca aberta durante uma fracção de segundo [...] e saltou-**lhe** (José Arcadio) ao pescoço a berrar e a chorar de alegria.

Também se extraíram das amostras os pares de sentenças, nos quais o PB emprega o pronome possessivo e o PE, o clítico dativo. Vejam-se os exemplos seguintes, em que “a” representa o PB e “b”, o PE (consulte outros exemplos no Anexo 5):

- (91) a) “As coisas têm vida própria” [...] “tudo é questão de despertar a **sua** alma.”
 b) As coisas têm vida própria [...] é tudo uma questão de **lhes** acordar a alma.
- (92) a) Seu marido [...] procurando a maneira de aliviar os **seus** terrores.
 b) O marido [...] tentando descobrir uma maneira de **lhe** aliviar os terrores.

- (93) a) A adolescência havia tirado a doçura da **sua** voz [...]
 b) A adolescência tirara-**lhe** [Aureliano Buendía] a doçura da voz [...]
- (94) a) JAB voltou para casa liberado de uma carga que [...] pesou tanto na **sua** consciência [...]
 b) JAB regressou a casa liberto de uma carga que [...] **lhe** pesou tanto na consciência [...]

4.1.7. A aparente alternância dativa no PB

Como visto na seção 2.5 do capítulo 2, o fenômeno da alternância dativa se manifesta em duas estruturas básicas: a) *construção ditransitiva preposicionada*, na qual o argumento dativo é encabeçado por uma preposição lexical (*a*, *de* ou *para*) — que contribui para o sentido direcional ou locativo — e assume a forma de um sintagma preposicional (PP); b) *construção de objeto duplo ou aplicativa*, em que o argumento dativo realiza-se como um item lexical, introduzido pela preposição *a* — a qual funciona como um marcador de caso dativo — ou como clítico dativo de terceira pessoa: *lhe/lhes*. Nesse caso, o argumento dativo é interpretado como *fonte/recipiente/beneficiário*. A sentença (89) ilustra a construção ditransitiva preposicionada; as sentenças (90), (91) e (92), construções de objeto duplo:

- (95) Até o próprio José Arcadio Buendía achou que os conhecimentos de Melquíades tinham chegado a extremos intoleráveis, mas sentiu uma saudável excitação quando o cigano **lhe explicou**, a sós, o mecanismo da sua dentadura postiça. (PE)
- (96) Apesar do que a mãe **lhe** (Rebeca) **ensinara** sobre as mudanças da adolescência, certa tarde de Fevereiro irrompeu aos gritos pela sala onde as irmãs estavam a conversar com Aureliano [...] (PE).

- (97) O presidente da República **dirigiu-lhe** [Aureliano Buendía] um telegrama de pêsames em que **lhe prometia** uma investigação exaustiva e prestava homenagem aos mortos. (PE)
- (98) Uma manhã [Aureliano] foi acender o fogão como de costume e encontrou nas cinzas apagadas a comida que **deixara para ela** [Fernanda] na véspera. (PE).

Não é demais recordarmos que, segundo Torres-Morais & Berlinck (2006) e Torres-Morais (2007), na gramática do PE o argumento dativo realizado como um a-DP ou como um clítico é introduzido na sentença por um núcleo aplicativo baixo. Importa dizer que tem significado estrutural, ou seja, recebe papel temático (*fonte/recipiente/beneficiário*) não só da posição em que o argumento é gerado, mas também dos diferentes tipos de eventos que selecionam as frases aplicativas. Por outros termos, os argumentos dativos são licenciados, sintática e semanticamente, por um núcleo especializado, um introdutor de argumento, denominado núcleo aplicativo. Não são, portanto, licenciados como argumentos do verbo.

Com base no quadro teórico que envolve a alternância dativa, Torres-Morais & Berlinck (2006) e Torres-Morais (2007) postulam que o PB perdeu a propriedade gramatical de expressar morfologicamente o argumento dativo, ou seja, perdeu a possibilidade de introduzir tal argumento na sentença por meio de um núcleo aplicativo. Para as pesquisadoras, o PE reanalisou o dativo como um PP, tanto nos casos em que se realiza como um item lexical pleno, como nos casos em que se apresenta como uma forma pronominal tônica. Esse fato, portanto, constitui mais um argumento a favor da hipótese de que PE e PB têm gramáticas diferentes.

No entanto, é preciso destacar que os contextos dos verbos transitivos de atividade direcional e dos verbos transitivos de criação da amostra do PB apresentaram estruturas que parecem compor o fenômeno da alternância. Vejam-se os exemplos:

- (99) Úrsula **levava para eles** [Gerineldo Márquez e Amaranta] café com leite e biscoito [...]

(100) Cego de raiva, o capitão **lhe** (um soldado) **arrancou** o fuzil, abriu espaço no meio da rua, e apontou. (PB).

(101) Era tão grave a sua inércia que quando **lhe** (Aureliano Buendía) **anunciaram** a chegada de uma comissão do seu partido, [...] ele se mexeu na rede sem acordar de todo. (PB)

(102) Úrsula vestia [...] umas calças compridas rudimentares que sua mãe **lhe fabricou** com lona de veleiro. (PB)

Os dados revelaram uma alta freqüência de construções de objeto duplo com o argumento dativo realizado na forma do clítico *lhe* e baixíssima ocorrência de construções ditransitivas preposicionadas. A tabela seguinte ilustra a distribuição das duas estruturas na amostra do PB.

Tabela 20: Distribuição das estruturas que compõem o aparente fenômeno da alternância dativa no PB.

Tipo de construção	PB	
Estrutura ditransitiva preposicionada	19/477	3%
Estrutura de objeto duplo ou aplicativa	458/477	96%

As considerações anteriores nos conduzem a uma importante pergunta: se o PB, como postulam Torres-Morais & Berlinck (2006) e Torres-Morais (2007), perdeu a alternância dativa, como devemos entender os resultados da tabela 4.9, dos quais podemos depreender uma alta produtividade de clítico *lhe* nos casos de construções de objeto duplo?

Um bom caminho para analisarmos os resultados é admitir que a alternância dativa presente na amostra do PB é uma propriedade gramatical adquirida no processo de aprendizagem formal, comumente conduzido pela escola. Ou seja, não se trata de um aspecto da língua incorporado no processo de aquisição.

Como visto no capítulo 2, vários estudos (Berlinck, 1997; Freire, 2000, 2005; Bispo, 2004, entre outros) revelaram que o clítico dativo no PB, ao contrário do PE,

apresenta baixíssima produtividade, seja na fala seja nos textos considerados semiformais. Freire (2005) mostrou, em um contínuo de oralidade – letramento, que, quanto maior é o grau de letramento relativo ao ato de comunicação, maior a frequência de uso dos clíticos. Daí inferimos que o uso do clítico *lhe* é, de fato, adquirido por instrução escolar¹. Faz parte, portanto, daquilo que Kato (2002) chamou de uma segunda língua (L2).

Nessa perspectiva, podemos dizer que a criança portuguesa é exposta a uma alta frequência do clítico *lhe*, ou seja, a uma alta produtividade de estruturas aplicativas. Esses dados *lhe* permitem fixar, dentre um inventário de núcleos funcionais universais, o núcleo aplicativo introdutor de Oi. O mesmo processo não ocorre com a criança brasileira, já que ela, em lugar de dativos realizados por um a-DP ou por um clítico, é exposta a uma alta frequência de dativos realizados na forma de um PP, o que não *lhe* possibilita, portanto, a postular um núcleo introdutor de argumento dativo. Essa diferença no processo de aquisição da linguagem nos autoriza a pressupor, mais uma vez, que a língua-l dos falantes brasileiros, em muitos aspectos, é diferente da língua-l dos falantes portugueses.

Com base nos fatos apresentados até aqui, podemos dizer que em PB, atualmente, temos duas gramáticas em competição: uma do vernáculo e outra ensinada pela escola. Na primeira, mais comumente, encontramos o argumento dativo como um PP; na segunda, mais cuidada, identificamos maior ocorrência de formas clíticas. Na escrita formal do PB, objeto de estudo deste trabalho, verificamos mais fortemente a gramática adquirida via escolarização, ou seja, aquela sistematizada pelos livros de gramática, os quais se mantêm em forte sintonia com a tradição literária e com os usos do português lusitano.

É importante destacar ainda que o fato de o PB escrito formal apresentar alta produtividade do clítico *lhe* não significa — como postula Galves (2001) sobre os clíticos no PB — que esse clítico faça parte da língua-l dos falantes do Brasil. Assim, não se pode afirmar, com base na amostra analisada, que o PB escrito formal apresenta, em ação, um núcleo aplicativo introdutor de argumento dativo, ou seja, não se pode dizer que, no PB escrito formal, haja a alternância dativa.

¹ Não se pretende propor aqui nenhuma hipótese a respeito do estatuto da gramática adquirida por instrução escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo, dentro do quadro teórico da Teoria Gerativa e da Teoria da Variação de inspiração laboviana, procurou examinar, em uma perspectiva comparativa entre o PB e o PE, a representação do argumento dativo em um *corpus* de língua escrita formal, constituído pelas traduções brasileira e lusitana — feitas diretamente do espanhol — do romance *Cem anos de solidão* de Gabriel Garcia Marques.

A análise deteve-se a três variantes da expressão do dativo de terceira: o clítico *lhe/lhes*, os PPs *a/para ele(s)/ela(s)* e o pronome nulo. Os contextos verbais relevantes incluíram predicados ditransitivos, inacusativos, causativos, incoativos e inergativos. Nesses contextos, o argumento dativo recebe um conjunto de interpretações, a saber: *recipiente, fonte, possuidor, afetado, beneficiário*.

Os resultados da pesquisa revelaram importantes diferenças entre as variedades brasileira e europeia do português no que diz respeito às estratégias de expressão do argumento dativo de terceira pessoa, o que nos remete às expectativas expostas na introdução deste trabalho.

Quanto ao clítico, verificou-se que, de fato, seu emprego é, praticamente, categórico no PE. O índice de uso desse item lexical nessa variedade do português foi de 100% em cinco dos dez contextos verbais da tipologia adotada e igual ou superior a 95% em outros quatro contextos. O menor índice de utilização foi de 80%, nos casos de verbos causativos.

Na amostra do PB, a produtividade do clítico, apesar de ser menor do que a do PE, mostrou-se bastante significativa, o que contrariou a expectativa inicial, segundo a qual o PB escrito formal apresentaria baixa frequência do clítico dativo em referência à terceira pessoa, em razão do seu escasso uso na fala corrente de brasileiros cultos. Em cinco contextos da tipologia verbal, o emprego do *lhe* atingiu índice igual ou superior a 75%, chegando ao percentual de 94% nos casos de verbos transitivos de atividade não-direcional. Em outros três contextos verbais, a frequência ficou entre 60% e 68%.

No que diz respeito aos PPs *a/para* ele(s), ela(s) como estratégia de substituição do clítico *lhe*, constatou-se que no PB seu emprego não é tão robusto como se esperava. O índice de uso desse item lexical atingiu 9%. Suas ocorrências concentram-se nos contextos dos verbos transitivos de atividade direcional e dos verbos transitivos de criação. No PE, apurou-se apenas uma ocorrência de PP na posição de dativo.

Com relação ao pronome nulo, confirmou-se a previsão de que o PE apresentaria baixa produtividade dessa estratégia de representação do dativo. A frequência não superou 2,5%, e as ocorrências concentraram-se, sobretudo, nos contextos de verbos transitivos de atividade direcional. Quanto ao PB, não se verificou, como se previa, um largo uso dessa estratégia. O índice de emprego chegou a 21%, e as ocorrências se distribuíram em todos os contextos da tipologia verbal.

Também se verificou que, no PB, com efeito, existe uma competição entre as preposições *a* e *para* na introdução do argumento dativo. Dos 78 PPs da amostra do PB, 24 (31%) foram construídos com a preposição *para* e 54 (69%) com a preposição *a*. Entretanto, é preciso notar que 70% das ocorrências da preposição *a* estavam associadas a verbos *dicendi*.

Outro aspecto analisado foi a colocação dos clíticos na sentença. Constatou-se, como já apontaram alguns estudos, que, nos contextos de verbos finitos, a próclise é mais produtiva no PB (62%); e a ênclise, no PE (48%). Quanto aos contextos de verbos auxiliares as duas variedades apresentaram certo equilíbrio (7% para o PB e 6% para o PE). Acrescente-se que a próclise no PE foi invariavelmente acionada por atratores, o que não ocorreu no PB.

É preciso destacar ainda as diferenças relativas ao emprego do clítico *lhe* com valor possessivo. Confirmou-se que o PB, de fato, apresenta frequência moderada de *lhe* possessivo (35%). A idéia de posse nessa variedade é fortemente representada pelos pronomes possessivos *seu(s)*, *sua(s)*. No PE, ao contrário, é farto o uso do clítico com sentido de posse (99,5%).

De modo geral, os resultados quantitativos mostraram que o PB e o PE, de fato, apresentam diferenças quanto à expressão do argumento dativo na língua

escrita formal. Na amostra do PB, como se previa, constatou-se a infiltração de estratégias de representação do dativo largamente empregadas na fala e em textos semiformais (Berlinck, 1997; Freire, 2001, 2005; Bispo, 2004; Torres-Morais & Berlinck, 2006, entre outros). Por outro lado, na amostra do PE, confirmou-se que o clítico *lhe* é inabalável quando se trata da expressão do dativo.

Os resultados da pesquisa, embora não evidenciem, numericamente, um forte contraste entre PB e PE, parecem constituir importantes argumentos em favor da hipótese de que essas duas variedades do português apresentam gramáticas distintas (Galves, 1993).

É preciso acrescentar ainda que, guardadas as diferenças, a gramática do texto formal da variedade brasileira do português ainda mantém forte sintonia com gramática do texto formal lusitano. Mais do que isso, a escrita formal do PB ainda exhibe, de forma robusta, os preceitos do padrão culto da língua, o qual mantém forte sintonia com a gramática lusitana, é fundamentalmente sistematizado pela tradição literária e altamente prestigiado pelas camadas sociais mais escolarizadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECHARA, E. (2003) *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. Rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna.
- BERLINCK, R. A. (1996) "The Portuguese Dative". In VAN BELLE, W. & VAN LANGENDONCK, W. *The Dative*. vol 1: Descriptive Studies. Amsterdam: John Benjamins, p.119-151.
- BERLINCK, R. A. (1997) "Sobre a realização do objeto indireto no português do Brasil". In *II Encontro do CelSul* (CÍRCULO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO SUL).
- BERLINCK, R. A. (1999) "O objeto indireto no português brasileiro do século XIX". In *II Congresso Nacional da ABRALIN, 2000*, Florianópolis: Anais do II Congresso Nacional da ABRALIN e XIV Instituto Lingüístico. Florianópolis, 210-220.
- BERLINCK, R. A. (2000) "Complementos preposicionados: variação e mudança no português brasileiro". Conferência proferida no Congresso Internacional "500 anos de língua portuguesa no Brasil". Universidade de Évora, Portugal, inédito.
- BERLINCK, R. A. (2001). "Dativo ou Locativo? Sobre sentidos e formas do dativo no português". *Revista Letras*, Curitiba - PR, v. 56, p. 159-175.
- BISPO, F. I. C. K. *A sintaxe do objeto indireto no português do Brasil*. Dissertação de mestrado, Brasília: UnB, 2004.
- BISPO, F. I. C. K. & SALLES, H. M. M. L. A. (2005) Um estudo comparativo do dativo no Português Brasileiro e em Línguas Românicas e Germânicas. In *Estudos Lingüísticos*, Campinas, v. 34.
- CUNHA, C. & CINTRA, L. (2001) *Nova Gramática do Português contemporâneo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- CYRINO, S. M. L. (1993) "Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos". In KATO, M. & ROBERTS, I. (orgs.) *Português brasileiro – uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. UNICAMP, 163-175.
- CYRINO, S. M. L. (2000) "O objeto indireto nulo no português brasileiro." In *Signum*. Nº 3. Londrina: Ed.UEL.

- DILLINGER, M. & al. (1996) "Padrões de complementação no português falado", In KATO, M. (org.) *Gramática do português falado*. vol. V. Campinas: UNICAMP.
- DUARTE, M. E. L. (1989) "Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil". In TARALLO, F. (org.) *Fotografias Sociolingüísticas*. Campinas: Ed. da Unicamp, 19-34.
- DUARTE, M. E. L. (1993) "Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil". In: ROBERTS, I. & KATO, M. (orgs.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. da Unicamp, 107-128.
- DUARTE, M. E. L. (1996) *A perda do princípio "evite pronome" no português brasileiro*. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp.
- DUARTE, M. E. L. (2004) Sobre outros frutos de um projeto herético: o sujeito expletivo e as construções de alçamento. In CASTILHO, A. et alii. Campinas: Ed. da Unicamp.
- FREIRE, G. (2000) *Os clíticos de terceira pessoa e as estratégias para sua substituição na fala culta brasileira e lusitana*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ.
- FREIRE, G. (2005) *A realização do acusativo e do dativo anafóricos de terceira pessoa na escrita brasileira e lusitana*. Tese de Doutorado. UFRJ.
- GALVES, C. & ABAURRE M. B. (2002) "Os clíticos no português brasileiro: elementos para uma abordagem sintático-fonológica". In CASTILHO, A. & BASÍLIO, M. (orgs.). *Gramática do Português Falado*. Vol IV. *Estudos Descritivos*. Campinas: Editora da UNICAMP. P.267-312. 2002.
- GALVES, C. (1993) "O enfraquecimento da concordância no português brasileiro." In KATO, M. & ROBERTS, I (orgs.) *Português Brasileiro – uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. UNICAMP, pp. 387 – 403.
- GALVES, C. (1998) "A gramática do português brasileiro". In *Línguas. Instrumentos Lingüísticos*. Pontes. 79-93.
- GALVES, C. (2001) *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: Editora da Unicamp.
- GARCIA, M. G. (1995) *Cem anos de solidão*. Trad. Margarida Santiago. 11ª ed. Lisboa: Publicação Dom Quixote Ltda.

- GARCIA M. G. (2003) *Cem anos de solidão*. Trad. Eliane Zagury. 53ª ed. Rio de Janeiro: Record.
- GOMES, C. A. (2003) “Variação e mudança na expressão do dativo no português brasileiro.” In PAIVA, M. C. & DUARTE, M. E. L. (orgs.) *Mudança lingüística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 81 – 96
- ILARI, R. et al. (1996) “Os pronomes pessoais do português falado: roteiro para análise. In CASTILHO, A. & BASÍLIO. M. (orgs.) *Gramática do português falado. Estudos Descritivos*. Vol. IV: 79-168.
- KATO, M. A. (1999) “Os frutos de um projeto herético” In D. Hora & E. Christiano (orgs.) *Estudos Lingüísticos: realidade brasileira*. João Pessoa, Editora UF Paraíba/Ed. Idéias, 95-225.
- KATO, M. A. & RAPOSO E. (2001) “O objeto nulo definido no português europeu e no português brasileiro: convergências e divergências”. In CORREIA, C. N. & GONÇALVES, A. (orgs.) *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Lingüística*. Lisboa: Associação Portuguesa de Lingüística, 673-684.
- KATO, M. A. (2005). “A gramática do letrado: questões para a teoria gramatical”. In MARQUES, M. A., KOLLER, E., TEIXEIRA, J. & LEMOS, A. S. (Org.). *Ciências da Linguagem: 30 anos de investigação e ensino*. Braga: CEHUM (Universidade do Minho), 2005, 131-145.
- LUCCHESI, D. (2004) *Sistema, Mudança e Linguagem: um percurso na história da lingüística moderna*. São Paulo: Parábola Editorial.
- MATEUS, M. H. M. & alii (2003) *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- MIOTO, C., M. C. FIGUEIREDO SILVA & R. E. V. LPES (1999) *Manual de Sintaxe*. Florianópolis: Ed. Insular.
- MONTEIRO, J. L. (2000) *Para compreender Labov*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- NUNES, J. (1993) Direção de Cliticização, Objeto Nulo e Pronomes Tônicos na Posição de Objeto em Português Brasileiro. In ROBERTS, I. & KATO, M. (Org.). *Português Brasileiro: Uma Análise Diacrônica*. 1.a ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 207-222.

- OLIVEIRA, M. (2003) "A perda da preposição *a* e a recategorização do clítico *lhe*" In *51 Seminário do GEL*, Taubaté. Taubaté e São Paulo: Unitau e FFLCH.
- OLIVEIRA, M. (2005) "A aquisição da preposição *a* no português como L2: complementos dativos". *Boletim da Associação Brasileira de Lingüística (ABRALIN)*, 2005.
- RAPOSO, E. (1992) *Teoria da Gramática. A Faculdade da Linguagem*. Lisboa: Editorial Caminho S.A.
- RAPOSO, E. (1998) *Some observations on the pronominal system of portuguese. Catalan Working Papers in Linguistics*, 6-59-93.
- RAPOSO, E. (2001) *Objectos nulos e CLLD: uma teoria unificada*. Ms. Santa Bárbara: Universidade da Califórnia.
- ROCHA LIMA, C. H. (2005) *Gramática da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1974.
- SILVA-CORVALÁN, C. (1989). *Sociolingüística: teoría y análisis*. Madrid: Alhambra.
- TARALLO, F. (1985) *A Pesquisa Sociolingüística*. São Paulo: Ática (Série Princípios).
- TARALLO, F. & M. KATO (1989) "Harmonia trans-sistêmica: variação inter e intra-lingüística". In *Preedição* 6, 1-41.
- TORRES-MORAIS & BERLINCK, R. A. (2002) "Caracterização do objeto indireto no português". Trabalho apresentado no V encontro do PHPB. Outro Preto. MG.
- TORRES-MORAIS, M. A. (2002) "Rastreamento aspectos gramaticais e sóciohistóricos do português brasileiro em anúncios de jornais do século XIX" In: ALKMIM, T.M. (org.) *Para a história do português brasileiro: Primeiros Estudos*. Vol.III. São Paulo: Humanitas. 69-126.
- TORRES-MORAIS, M. A. (2003) "EPP generalizado, sujeito nulo e língua de configuração discursiva". *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 38, 10-20.
- TORRES-MORAIS, M. A. (2004) "Aspectos diacrônicos do sistema pronominal do português brasileiro". In *II Encontro Nacional do GELCO: Integração lingüística, étnica e social*. Brasília: Atas do II Encontro Nacional do GELCO: Integração lingüística, étnica e social. Brasília: Oficina Editorial do Instituto de Letras da UnB, 191-197.

TORRES-MORAIS, M. A. (2006) “Argumentos dativos: um cenário para o núcleo aplicativo no português europeu”. In *Revista da ABRALIN*, v. 5, n. 1 e 2, p. 239-266.

TORRES-MORAIS, M. A. (2006) “Dativo de posse no português”. In 54 seminário do gel, Araraquara. Caderno de resumos. Araraquara: Unesp, p. 339-339.

TORRES-MORAIS & BERLINCK, R. A. (2006) “Eu disse pra ele” ou “Disse-lhe a ele”: A expressão do dativo nas variedades brasileira e europeia do português. USP/UNESP. Ms. Inédito.

ANEXOS

Anexo 1

Exemplos de uso do clítico dativo no PB e no PE

- (01) a) O Sr. Apolinar Moscote levou-a de braço dado pela rua enfeitada de flores e guirlandas [...] e ela cumprimentava com a mão agradecia com um sorriso aos que das janelas **lhe** (Remedios) desejavam boa sorte. (PB)
- b) Dom Apolinar Moscote levou-a pelo braço pela rua adornada de flores e grinalda [...] e ela ia saudando com a mão e agradecia com um sorriso a quantos, das janelas, **lhe** (Remedios) desejavam felicidades. (PE)
- (02) a) Aureliano, evidentemente, percebeu que a aflição do irmão não tinha origem na busca da pedra filosofal, mas não **lhe** [JA] conseguiu arrancar nem uma confiança. (PB)
- b) Claro está que Aureliano compreendeu que a aflição do irmão não se originava na busca da pedra filosofal, mas não conseguiu arrancar-**lhe** [JA] confiança alguma. (PE)
- (03) a) Apesar do seu fingido interesse, JA nunca entendeu os poderes do ovo filosófico, que simplesmente **lhe** parecia um frasco malfeito. (PB)
- b) Apesar do seu fingido interesse, JA nunca percebeu os poderes do ovo filosófico, que não **lhe** parecia ser mais do que um frasco malfeito. (PE)
- (04) a) Bastou-**lhes** (JA e um garoto) levantar as tábuas quebradas do lugar onde sempre estivera a cama de Úrsula [...] (PB)
- b) Bastou-**lhes** (JA e um garoto) levantar as placas quebradas do canto onde esteve sempre a cama de Úrsula [...] (PE)
- (05) a) Limpou-**lhe** [AB] a cara com um trapo úmido, tirou-**lhe** a roupa e logo se despiu por completo [...] (PB)
- b) Limpou-**lhe** (Aureliano Buendía) a cara com um esfregão húmido, tirou-**lhe** a roupa e depois despiu-se completamente [...] (PE)

- (06) a) Amaranta não podia dissimular a repugnância que **lhe** produziam na mesa os arrotos bestiais. (PB)
b) Amaranta não conseguia disfarçar a repugnância que lhe davam aqueles arrotos bestiais à mesa. (PE)
- (07) a) Pendurou a rede no quarto que **lhe** (José Arcadio) designaram e dormiu três dias. (PB)
b) Pendurou a rede no quarto que **lhe** (José Arcadio) deram e dormiu três dias. (PE)
- (08) a) [...] o oficial assumiu a responsabilidade de **lhe** (Úrsula) conceder uma entrevista de quinze minutos. (PB)
b) [...] o oficial assumiu a responsabilidade de **lhe** (Úrsula) conceder uma visita de quinze minutos. (PE)
- (09) a) Assegurou-**lhe** (Amaranta) que o coronel AB Buendía faria qualquer coisa [...] (PB)
b) Garantiu-**lhe** (Amaranta) que o coronel AB Buendía faria qualquer coisa [...] (PE)
- (10) a) A descoberta da filha restituiu-**lhe** (Aureliano Segundo) a antiga jovialidade [...] (PB)
b) A descoberta da filha restituiu-**lhe** (Aureliano Segundo) a antiga jovialidade [...] (PE)

Anexo 2

Exemplos do uso do pronome lexical em PB

- (01) José Arcádio trazia **para ele** [Aureliano] no quarto fatias de presunto [...]
- (02) Úrsula mostrou **a ele** [um oficial] o que trazia no embrulho [...]
- (03) [...] e deixou, **para ele** (José Arcádio Buendía), além disso, uns mapas portugueses [...]
- (04) As crianças haviam de recordar [...] a solenidade com que o pai [...] revelou **a eles** a sua descoberta.
- (05) [...] levava-a para ser amamentada [...] e à noite até cantava **para ela** (Amaranta) [...] as canções [...]
- (06) Então optou por mentir **para ele** (José Arcádio Buendía)
- (07) Nesse instante, apontaram **para ele** (Arcadio) as bocas fumegantes dos fuzis [...]
- (08) [...] desde que Pilar Ternera entregou **a ela** (Amaranta) para que acabasse de criá-lo.
- (09) — Diga **a ela** (Carmelita Montiel) que me espere à meia-noite - [...]
- (10) — Se acontecer, dê **a ele** (Aureliano Buendía) um abraço meu [...]
- (11) Amaranta fez **para ele** (José Arcádio Segundo) um terno de linho com colarinho e gravata [...]

- (12) Na verdade, o que interessava **a ele** (Aureliano Buendía) não era o negócio [...]
- (13) [...] e mandou **para eles** (os 17 irmãos) por Argénida [...] um punhado de moedas [...]
- (14) [...] que Fernanda optou por comprar **para ele** (A C) um serviço de folha-de-flandres [...]
- (15) Mas AT e AC [...] ofereceram trabalho **para eles** (dois irmãos) nas suas empresas.
- (16) [...] de uma vez toda a compaixão [...] que estava devendo **a ele** (filho).
- (17) Aureliano Segundo voltou a se entregar **a ela** (Pietra Cotes) com a fogueira da adolescência [...]
- (18) Alimentava-se de qualquer coisa que Úrsula levasse **para ele** (Coronel Aureliano Buendía) uma vez por dia [...]
- (19) [...] e mobilou **para ela** (Meme) um quarto com uma cama de rainha [...]
- (20) [...] e pediu **a ele** (alcaide) que ordenasse um guarda noturno para o quintal [...]
- (21) Ela estava tão apressada e tão mal informada que explicou **a eles** (médicos invisíveis), noutra carta, que não existia tal estado de agitação [...]
- (22) Mas uma das tantas pessoas [...] tinha dito **a ela** (Fernanda) que a companhia estava botando abaixo [...]

- (23) [...] que as crianças aprenderam a organizar visitas imaginárias **para ela** (Úrsula)
- (24) [...] para suplicar **a eles** (médicos invisíveis) que a deixassem em paz [...]
- (25) Quando abriu a porta da rua **para ele** (Aureliano) [...]
- (26) JA trazia **para ele** (Aureliano) no quarto fatias de presunto [...]
- (27) [...] devia-se atribuir **a ele** (o homem) também outro [...] que era o instinto de matar baratas [...]
- (28) [...] onde um operário saciava a sua luxúria com uma mulher que se entregava **a ele** por rebeldia [...]
- (29) — Entre você também — disse **a ele** (Aureliano Buendía) —
- (30) — Diga **a ele** (José Arcadio Buendía) — sorriu o coronel — que não se morre quando se deve mas sim quando se pode.

Anexo 3

Exemplos do uso de pronome nulo no PB e no PE

- (01) Aureliano Segundo ajudou-a a voltar para a cama e com a mesma informalidade com que a tratava sempre perguntou ____ (Úrsula) o significado da sua despedida. (PB)
- (02) "Muito em breve vamos ter ouro de sobra para assoalhar a casa, respondeu ____ o marido". (PB)
- (03) Fazia-o contar ____ [Aureliano Buendía] as minuciosas peripécias [...] (PB)
- (04) Bastava ____ escutar as gargalhadas trepidantes de Pilar [...] (PB)
- (05) Chamou [...] os pedreiros e um deles revelou ____ (José Arcádio Buendía) que havia emparedado o saco [...] (PB)
- (06) [...] ele pediu ____ (Pilar Ternera) que lesse o seu futuro no baralho. (PB)
- (07) [...] interrompeu-o para ____ (José Arcadio) perguntar [...] (PB)
- (08) E agora, senhoras e senhores, vamos apresentar ____ a prova terrível [...] (PB)
- (09) [...] nem trouxeram o homem-víbora que [...] era o único que podia dar ____ (familiares) informações de [...] (PB)
- (10) A adolescência [...] ____ tinha restituído a expressão intensa que teve nos olhos ao nascer. (PB)
- (11) Mas a índia explicou ____ (família) que o mais temível da doença da insônia [...] (PB)

- (12) Às mulheres que o assediaram com a sua cobiça, perguntou ____ quem pagava mais. (PB)
- (13) [...] quando Amaranta trazia ____ comida [...] (PB)
- (14) Arcadio respondeu ____ (Rebeca) da mesma maneira. (PB)
- (15) Desejava de todo o coração que a porta estivesse trancada [...] como ela ____ (JA) prometera. (PE)
- (16) Um vento misterioso apagava as luzes da sala de visitas e Úrsula surpreendia os noivos a beijarem-se na escuridão. Pietro Crespi dava ____ [Úrsula] explicações atarantadas sobre a má qualidade dos modernos candeeiros de alcatrão [...] (PE)
- (17) Apesar daquela conspiração sorridente, os garotos habituaram-se a pensar no avô como num ser lendário que ____ transcrevia versos piedosos nas cartas [...] (PE)
- (18) Como se cumprisse um pacto implícito, levou o filho para “o quarto dos bacios”, arranjou ____ (JAS) o desconjuntado catre de Melquíades [...] (PE)
- (19) Visitación não o reconheceu ao abrir ____ (Melquíades) porta [...] (PE)
- (20) A rapariga agradeceu ____ [Aureliano Buendía] em silêncio. (PE)
- (21) Pietro Crespi dava ____ (Úrsula) explicações atarantadas [...] (PE)
- (22) Antes de Arcadio ter tempo de raciocinar, desferiu ____ a primeira vergastada. (PE)

Anexo 4

Pronome nulo *versus* clítico *lhe* nos contextos de verbos incoativos.

- (01) a) [...] onde o seu coração se desbaratou num manancial de obscenidades ternas [...] (PB)
 b) [...] onde o coração **se lhe** [JA] desfez num manancial de obscenidades ternas [...] (PE)
- (02) a) Deu para beber a JAB uma substância de cor suave, e luz se fez na sua memória. (PB)
 b) Deu a beber a JAB uma substância de cor suave e fez-**se-lhe** luz na memória. (PE)
- (03) a) Seus olhos se umedeceram de pranto [...] (PB)
 b) Os olhos humedeceram-**se-lhe** [José A. Buendía] de pranto [...] (PE)
- (04) a) [...] e se havia apagado a brasa do coração. (PB)
 b) [...] apagara-**se-lhe** [Pilar] a lareira do coração. (PE)
- (05) a) A pele se cobriu de um musgo macio [...] (PB)
 b) A pele cobriu-**se-lhe** [Melquíades] de um musgo tenro [...] (PE)
- (06) a) Seus ossos começaram a se encher de ruídos. (PB)
 b) Os ossos começaram a encher-**se-lhe** [Melquíades] de ruídos. (PE)
- (07) a) [...] enquanto a camisa se ensopava de sangue [...] (PB)
 b) [...] enquanto a camisa **se lhe** [um fuzilado] empapava em sangue [...] (PE)
- (08) a) Seus olhos se umedeceram de indignação [...] (PB)
 b) Os olhos humedeceram-**se-lhe** [AB] de indignação [...] (PE)

- (09) a) [...] e que os olhos se enchessem de lágrimas [...] (PB)
b) [...] e que os olhos **se lhe** [Fernanda] enchessem de lágrimas [...] (PE)
- (10) a) [...] e sua alma se cristalizou com a saudade dos sonhos perdidos. (PB)
b) [...] e a alma cristalizou-**se-lhe** [Fernanda] com a nostalgia dos sonhos perdidos. (PE)
- (11) a) [...] e suas pálpebras se contraíram como duas amêijoas. (PB)
b) [...] e as pálpebras contraíram-**se-lhe** [proprietário] como duas amêijoas. (PE)
- (12) a) [...] e o seu (AU) perfil se afilou [...] (PB)
b) [...] e afilou-**se-lhe** [AU] o perfil [...] (PE)
- (13) a) Quando saiu na brisa azul da neblina, o rosto **se lhe** [Aureliano Buendía] umedeceu como no outro amanhecer do passado [...] (PB)
b) Quando saiu para o ar da neblina, humedeceu-**se-lhe** [AB] o rosto como noutra amanhecer do passado [...] (PE)
- (14) a) [...] e que os olhos se enchessem de lágrimas [...] (PB)
b) [...] os olhos encheram-**se-lhe** [cigana] de lágrimas [...] (PE)

Anexo 5

Clítico *lhe* possessivo *versus* pronomes possessivos

- (01) a) Mas o sedentarismo, que acentuou as **suas** maçãs do rosto [...] (PB)
 b) Mas a vida sedentária que **lhe** [Aureliano Buendía] acentuou as maçãs do rosto [...] (PE)
- (02) a) Era uma rãzinha lânguida [...], mas tinha uma decisão e um calor que compensavam a **sua** (da cigana) fragilidade. (PB)
 b) Era uma rãzinha lânguida [...], mas tinha uma iniciativa e um calor que **lhe** (cigana) compensavam a fragilidade. (PE)
- (03) a) JAB voltou para casa liberado de uma carga que [...] pesou tanto na **sua** consciência [...] (PB)
 b) JAB regressou a casa liberto de uma carga que [...] **lhe** pesou tanto na consciência [...] (PE)
- (04) a) AB deixou cair a aliança ao tentar colocá-la no **seu** (Remédio) dedo. (PB)
 b) [...] AB deixou cair a aliança ao tentar colocar-**lha** (aliança + Remedios). (PE)
- (05) a) Detrás da sua inocente fachada de médico sem prestígio, escondia-se um terrorista que tapava com umas polainas de meia-perna as cicatrizes que deixaram nos **seus** tornozelos cinco anos de cepo. (PB)
 b) Por trás da sua inocente fachada de médico sem prestígio, escondia-se um terrorista que tapava com umas polainas de meia perna as cicatrizes que cinco anos de cepo **lhe** deixaram nos tornozelos. (PE)
- (06) a) Não encontraram nenhuma ferida no **seu** corpo [...] (PB)
 b) Não **lhe** (JA) encontraram nenhuma ferida no corpo [...] (PE)

- (07) a) Gostava de contemplar as **suas** mãos enquanto franzia babados [...] (PB)
b) Gostava de apreciar-**lhe** (Amaranta) as mãos com que fazia nascer delicadas prendas [...] (PE)
- (08) a) O coronel GM [...] reprovava a **sua** [Aureliano Buendía] a temeridade inútil. (PB)
b) O coronel GM [...] reprovava-**lhe** [Aureliano Buendía] a temeridade inútil. (PE)
- (09) a) A resposta [...] aumentou a **sua** (AS) curiosidade. (PB)
b) A resposta [...] aumentou-**lhe** (AS) a curiosidade. (PE)
- (10) a) Vigiava-o, desmanchava os **seus** (do irmão) planos [...] (PB)
b) Vigiava-o, estragava-**lhe** (do irmão) os planos [...] (PE)
- (11) a) A comprovação tardia do seu involuntário paganismo agravou o **seu** desconsolo. (PB)
b) A tardia comprovação do seu paganismo involuntário agravou-**lhe** (Úrsula) o desconsolo. (PE)
- (12) a) Um dos antigos soldados que vigiaram a **sua** casa nos primeiros dias de paz [...] (PB)
b) Um dos antigos soldados que **lhe** [Aureliano Buendía] guardaram a casa nos primeiros dias de paz [...] (PE)
- (13) a) Fernanda pôs em dúvida a visão da infância, mas a mãe reprovou a **sua** (de Fernanda) incredulidade. (PB)
b) Fernanda pôs em dúvida a visão da infância, mas a mãe recriminou-**lhe** (de Fernanda) a incredulidade. (PE)

- (14) a) [...] porque tinha espedaçado em poucas horas quantos objetos quebráveis Aureliano Centeno) haviam passado pelas **suas** mãos. (PB)
b) [...] porque partira em poucas horas os objectos quebráveis que **lhe** (Aureliano Centeno) passaram pelas mãos. (PE)
- (15) a) [...] para poder seguir o **seu** rastro pela casa. (PB)
b) [...] para poder seguir-**lhe** o rasto pela casa. (PE)
- (16) a) O suor pegajoso da sesta indesejável reviveu nas **suas** [Aureliano Buendía] axilas as cicatrizes dos furúnculos. (PB)
b) O suor peganhento da sesta indesejável reviveu-**lhe** [Aureliano Buendía] nas axilas as cicatrizes dos furúnculos